



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E DESENVOLVIMENTO RURAL
PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURAS AMAZÔNICAS



AGRICULTURA FAMILIAR

Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

Número 5/8 - Ano 2005/2008

ISSN - 1414-0810

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E DESENVOLVIMENTO RURAL
PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURA AMAZÔNICAS



AGRICULTURA FAMILIAR
Pesquisa, Formação e Desenvolvimento



APOIO FINANCEIRO

ISSN - 1414-0810

Universidade Federal do Pará

Reitor:

Carlos Edílson de Almeida
Maneschy

Vice-Reitor:

Horácio Schneider

**Núcleo de Ciências Agrárias e
Desenvolvimento Rural**

Diretor:

Paulo Fernando da Silva Martins

Vice-Diretora:

Laura Angélica Ferreira

**Programa de Pós-graduação em
Agriculturas Amazônicas**

Coordenação:

Maria das Graças Pires Sablayrolles

Vice-Coordenação:

Dalva Maria da Mota

Conselho Editorial:

Aquiles Simões

Dalva Maria da Mota

Laura Angélica Ferreira

Maria das Graças Pires Sablayrolles

Paulo Fernando da Silva Martins

Walkymário de Paulo Lemos

Editor Chefe

Laura Angélica Ferreira

Revisão

Irene Margarete Höhn

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) – Biblioteca
do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural / UFPA, Belém-PA

Agricultura familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento /
Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento
Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas. – v. 1, n. 1
(1996) – Belém : UFPA/NCADR/PPGAA.

Anual

ISSN 1414-0810

1. Agricultura familiar - Aspectos econômicos - Amazônia. 2.
Agricultura familiar – Aspectos sociais - Amazônia. 3. Agricultura familiar –
Aspectos ambientais - Amazônia. I. Universidade Federal do Pará. Núcleo de
Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural. Programa de Pós-Graduação em
Agriculturas Amazônicas.

CDD – 22.ed. 338.109811

NOTA EXPLICATIVA

A Revista Agricultura Familiar é uma produção acadêmica ligada ao antigo Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar (NEAF), do Centro de Ciências Agrárias da UFPA. Em decorrência de mudanças regimentais ocorridas na instituição, o referido Centro transformou-se no Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural (NCADR), a partir de 2008. Desde 2000, o NCADR abriga o Programa de Pós Graduação em Agriculturas Amazônicas, ao qual a Revista Agricultura Familiar encontra-se igualmente vinculada na atualidade.

Pareceristas da Revista

- Ademir Antonio Cazella, *UFSC - Brasil*
• Aquiles Simões, *UFPA - Brasil*
Christian Castellanet, *GRET - França*
Christophe Albaladejo, *INRA - França*
• Dalva Maria da Mota, *Embrapa Amazônia Oriental - Brasil*
Danielle Mitja, *IRD - França*
Delma Pessanha Neves, *UFF - Brasil*
Doris Alcida Villamizar Sayago, *UEPB - Brasil*
Eric Pierre Sabourin, *CIRAD - França*
Eros Mussoi, *UFSC - Brasil*
Fernando Michelotti, *UFPA - Brasil*
Flávio Sacco dos Anjos, *UFPEL - Brasil*
Francisco de Assis Costa, *UFPA - Brasil*
• Gutemberg Armando Diniz Guerra, *UFPA - Brasil*
Heribert Schmitz, *UFPA - Brasil*
Iran Veiga, *UFPA - Brasil*
Jadir de Moraes Pessoa, *UFG - Brasil*
Jalcione Almeida, *UFRGS - Brasil*
Jane Felipe Beltrão, *UFPA - Brasil*
Joel Orlando Bevilacqua Marin, *UFG - Brasil*
• Laura Angélica Ferreira, *UFPA - Brasil*
Lovois de Andrade Miguel, *UFRGS - Brasil*
Luis Mauro Santos Silva, *UFPA - Brasil*
Luiza Helena Meller, *UFPA - Brasil*
Márcia Muchagata, *MMA - Brasil*
• Maria das Graças Pires Sablayrolles, *UFPA - Brasil*
Maria de Fátima Carneiro da Conceição, *UFPA - Brasil*
• Maria de Nazaré Angelo-Menezes, *UFPA - Brasil*
Myriam Cynthia César de Oliveira, *UFPA - Brasil*
Noemi Porro, *UFPA - Brasil*
Oswaldo Ryhoei Kato, *Embrapa Amazônia Oriental - Brasil*
Pascale de Robert, *IRD - França*
• Paulo Fernando da Silva Martins, *UFPA - Brasil*
Philippe Léna, *IRD - França*
Raymundo Heraldo Maués, *UFPA - Brasil*
René Pocard-Chapuis, *CIRAD - França*
Roberto Bustos Cara, *UNDS - Argentina*
Sérgio Roberto Martins, *UFSC - Brasil*
Simão Lindoso de Souza, *UFPA - Brasil*
Xavier Arnould, *CNRS - França*
• Walkymário de Paulo Lemos, *Embrapa Amazônia Oriental - Brasil*
William Santos de Assis, *UFPA - Brasil*

SUMÁRIO

	P.
Impactos das limitações epistêmicas sobre sustentabilidade nas ações do Pronaf na porção sudeste do Pará.....	07
<i>Luís Mauro Santos Silva, Sérgio Roberto Martins</i>	
Complexo rural brasileiro: Há uma teoria para compreender?.....	29
<i>José Antônio Herrera, Pedro Ramos</i>	
Divisão social do trabalho no extrativismo de mangaba no nordeste do Brasil	53
<i>Dalva Maria da Mota, Heribert Schmitz, Josué Francisco da Silva Júnior, Thiara Fernandes</i>	
Controle da natalidade de famílias camponesas e estabilização das frentes pioneiras na Amazônia oriental brasileira.....	71
<i>Xavier Arnauld de Sartre, Hélène Guétat-Bernard, Gutemberg Armando Diniz Guerra</i>	
A identificação da demanda numa pesquisa sobre mecanização na Transamazônica.....	105
<i>Aquiles Simões, Heribert Schmitz</i>	
O discurso sobre o desenvolvimento sustentável nas organizações de trabalhadores rurais: uma reflexão a partir dos documentos da Contag... ..	123
<i>William Santos de Assis</i>	

IMPACTOS DAS LIMITAÇÕES EPISTÊMICAS SOBRE SUSTENTABILIDADE NAS AÇÕES DO PRONAF NA PORÇÃO SUDESTE DO PARÁ¹

Luis Mauro Santos Silva²

Sérgio Roberto Martins³

RESUMO

Uma das grandes mudanças nas recentes políticas sociais ligadas ao contexto agrário brasileiro é o reconhecimento da agricultura familiar como categoria estratégica no novo processo de desenvolvimento rural brasileiro. No entanto, as dificuldades metodológicas e de percepção de sua heterogeneidade sócio-ambiental limitam a efetividade das políticas públicas, particularmente do Pronaf. Na porção Sudeste do Pará, Amazônia brasileira, os avanços no processo de regularização fundiária não têm refletido nos investimentos produtivos. Alguns fatores reforçam uma visão descontextualizada de sustentabilidade que se limita, geralmente, à dimensão econômica. Entre eles se destacam os entraves na liberação dos recursos disponíveis, o desequilíbrio na distribuição desses recursos, o engessamento burocrático das agências financiadoras e a falta de uma visão sistêmica e de percepção integral dos agroecossistemas pelos agentes de desenvolvimento. O presente artigo chama a atenção para a necessidade de abordar o tema da sustentabilidade para além do aspecto econômico, e não mais conceber a sustentabilidade como “ponto de chegada”. O caminho escolhido foi tentar compreender o *desenvolvimento sustentável* como um processo, rumo à construção de sua nova *episteme*. Tanto do ponto de vista teórico quanto metodológico esse é um desafio imprescindível de ser enfrentado.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável, Pronaf, abordagem sistêmica.

1 Artigo elaborado a partir do texto apresentado no VII Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção – SBSP, 2007, Fortaleza – CE, em 2007.

2 Eng. Agr., Dr. Docente da UFPA/NCADR/LASAT. End: Rua Frei Rdo. Lambezart, n° 2454, Apto. 09-A, Cidade Nova; CEP: 68.501680; Marabá - PA; E-mail: lmsilva@ufpa.br

3 Eng. Agr., Dr.; UFSC/ENS. End: Rua Profa. Emilia Schmidt, n° 42, Bairro, Bom Abrigo; CEP: 88085-270; Florianópolis-SC; E-mail: martinss@brturbo.com.br

RESUMEN

Uno de los más expresivos cambios en las recientes políticas sociales vinculadas al contexto agrario brasileño es el reconocimiento de la agricultura familiar como categoría estratégica en el nuevo proceso de desarrollo rural en Brasil. Sin embargo, las dificultades metodológicas y de percepción de su heterogeneidad socio-ambiental limita la efectividad de las políticas públicas, particularmente del Pronaf. En la porción sudeste del Estado de Pará, Amazonía brasileña, los avances en el proceso de regularización fundiária no se revela en las inversiones productivas. Algunos factores acentúan una visión descontextualizada de la sustentabilidad que se limita, en general, a la dimensión económica. Entre ellos se destacan las limitaciones en la liberación de los recursos financieros disponibles, el desequilibrio en su distribución, los obstáculos burocráticos de las agencias financiadoras y la falta de una visión sistémica y de percepción integral de los agro-ecosistemas por parte de los agentes de desarrollo. El presente texto destaca la necesidad de abordar el tema de la sustentabilidad más allá del aspecto económico, y la importancia de superar la concepción equivocada de la sustentabilidad como "punto de llegada". El camino apuntado fue comprender el *desarrollo sostenible* como un proceso que presupone la construcción de una nueva *episteme*. Tanto del ponto de vista teórico cuanto metodológico eso constituye un imprescindible desafío que debe ser enfrentado.

Palabras-clave: desarrollo sostenible, Pronaf, enfoque sistémico.

1. INTRODUÇÃO

Concebido como política essencial para a consolidação da agricultura familiar brasileira, o Pronaf acumula uma década de experiências e ações, mas sem conseguir ampliar sua noção de sustentabilidade. Aspectos importantes como a crescente crise ambiental e as obrigações de cunho social não estão sendo internalizadas no programa. A causa aparente seria o forte viés econômico adotado no planejamento, implementação e avaliação das intervenções junto às famílias e organizações civis beneficiadas.

A necessidade de fazer funcionar a engrenagem burocrática relacionada à liberação de recursos tem obrigado os agentes de desenvolvimento a um incondicional enquadramento dos projetos de crédito aos pacotes tecnológicos de alta dependência de insumos externos e, conseqüentemente, inibindo iniciativas de valorização das experiências locais mais adaptadas ao contexto. Do ponto de vista metodológico, pouco se tem focado sobre a valorização da heterogeneidade sócio-ambiental envolvida, mantendo “invisíveis” agroecossistemas diversificados e menos dependentes do mercado formal.

Esta dificuldade de ambientação da política é especialmente percebida na Região Amazônica, em função das características de sua realidade imensamente complexa.

Baseado em uma revisão teórica sobre noções de sustentabilidade, artigos científicos e documentos oficiais sobre o Pronaf, o presente texto chama a atenção para a necessidade de abordar o tema da sustentabilidade além do aspecto econômico. São pontuadas algumas limitações nas diferentes leituras sobre a implementação do Pronaf, principalmente no que diz respeito à preferência da academia pelos dados econômicos gerados por órgãos oficiais e a pouca ousadia no desenvolvimento de metodologias que levem em conta a escala local e que apresentem um enfoque multidimensional das realidades envolvidas.

2. A POLISSEMIA DO SIGNIFICADO DO “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL” NAS POLITICAS PUBLICAS DO ESTADO

O contexto rural brasileiro não foi mais o mesmo desde que entrou em vigor o decreto N°1.946, de 28 de julho de 1996, criando o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Muitas coisas mudaram desde a implementação dessa política pública, já que antes nunca se havia aplicado tanto recurso público nesta categoria produtiva. No entanto, ficaram nítidos seus limites quanto às transformações da realidade numa perspectiva realmente sustentável devido à adoção de uma noção reduzida de desenvolvimento.

Entre os objetivos a que se propõe, o Pronaf coloca como desafio maior a promoção de um **desenvolvimento sustentável protagonizado**

pelas unidades familiares de produção. Uma questão inicial a ser destacada é a noção quase unidimensional de desenvolvimento sustentável embutida no decreto presidencial:

“Art. 1º Fica criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, como a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda (grifo nosso) (trecho inicial do Decreto Lei nº 1.946 em 28.07.1996).”

Salvo uma breve citação sobre a dimensão ambiental contida na diretriz b do art.2º do mesmo decreto, o Pronaf deixou claro desde o início sua limitação em tratar essa questão do desenvolvimento sustentável de uma maneira mais ampla, limitando-se a uma dimensão econômica. Isso ficou evidente desde as primeiras tipificações feitas para caracterizar a agricultura familiar, onde os principais critérios convergiam para a sua capacidade de pagamento do empréstimo e capacidade de inserção no mercado formal (FAO/INCRA, 1995).

Mesmo com as modificações feitas no texto original do programa após seu quinto ano de implementação, o mesmo não deixou de privilegiar essa dimensão econômica sobre as demais:

“(–) promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a elevação da renda, visando à melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania dos agricultores familiares (grifo nosso) (trecho do Decreto nº 3.991 em 30.10.2001).”

Apesar de ainda limitado, esse novo texto demonstra o esforço de ampliar a discussão sobre o significado de sustentabilidade no que diz respeito à sua base sócio-ambiental. Isto possibilita a internalização da característica multidimensional da idéia de *desenvolvimento* na estrutura governamental (ministérios, institutos, órgãos, secretarias, departamentos etc.), muito embora essa idéia seja entendida de acordo com as peculiaridades e nuances que

representam os distintos sistemas de interesses que lhe constituem.

Em que pese a banalização da expressão “desenvolvimento sustentável” e o oportunismo de sua utilização para justificar estratégias insustentáveis, mais do que nunca, é fundamental reafirmar seu propósito de criação de um novo paradigma civilizatório para o século XXI, a partir da constatação do colapso global provocado pelo divórcio entre homem e natureza. As alterações climáticas, embora somente agora estejam sendo assumidas como verdade científica, anunciadas há mais de três décadas, estando diretamente relacionadas a um padrão de desenvolvimento absolutamente equivocado que se assenta no falso entendimento do que pode ser traduzido por crescimento econômico, sem considerar os fluxos de matéria e energia e suas externalidades; trata-se de um ciclo fechado e perfeito, em que a natureza é considerada como um subsistema da economia.

Embora o significado de sustentabilidade venha sendo construído como contraponto e negação ao desenvolvimentismo e tenha uma clara episteme ecológica, é comum observar-se a utilização da expressão “desenvolvimento sustentável” como a manutenção de estratégias meramente econômicas: possibilidade da manutenção (sustentação) de políticas de crescimento econômico. Ou seja, após trinta anos de debate sobre a construção de um novo marco civilizatório, observam-se discursos e práticas que retornam ao mesmo ponto de partida: crescer para depois desenvolver, e o pior: crescer com a máxima velocidade possível, sem considerar que o crescimento está condicionado aos limites físicos da biosfera. Estas contradições também permeiam as organizações públicas e privadas, fazendo parte de valores, princípios e atitudes, e são determinantes das políticas públicas com sérias conseqüências na vida das pessoas e no seu entorno.

Tomando como exemplo as noções propostas pelo Governo Federal (quadro 01) no que diz respeito à idéia de sustentabilidade, nem sempre fica clara a diferença entre as noções de desenvolvimento e de crescimento. Em alguns casos, o viés econômico suplanta todas as demandas sociais e ambientais ou delas está desconectado. Em outras palavras, nem sempre possibilitam associar a sustentabilidade da agricultura familiar com a compreensão de agroecossistema como unidade de planejamento, um espaço definido onde homem e natureza são inseparáveis, constituindo-se em uma realidade única que, como tal, deve ser tratada.

Quadro 01 Exemplos do significado de *sustentabilidade* assumido pelo Governo Federal.

Ministério	Conceito e/ou noção de sustentabilidade	Público prioritário	Programa ligado à agricultura familiar
MDA – SAF (Brasil, 2002).	Aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a elevação da renda, visando à melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania dos agricultores familiares.	Agricultores Familiares	PRONAF PRONERA Etc.
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ⁴ .	Propiciar o progresso técnico, econômico e social da agricultura familiar, dos empreendimentos de pequeno porte, dos assentamentos de reforma agrária e das comunidades tradicionais, considerando as especificidades regionais, sociais e ambientais.	Empresários rurais (agro-negócio).	- Ações pontuais da Embrapa. - Lançamento do Marco Referencial de Agroecologia.
Ministério da Educação e Cultura.	O modelo de Desenvolvimento Humano Sustentável, mas não ultrapassa o viés de crescimento e estabilidade econômica, além de citar a justiça social ⁵ .	-	Ações pontuais de IFES
Ministério da Fazenda	Assume que o desenvolvimento está contemplado na noção de crescimento econômico sustentado ⁶ .	-	Sem programas específicos.
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.	Tem por missão a construção de um Brasil competitivo, justo e rico em oportunidades. Ressalta o termo Desenvolvimento Sustentado ⁷ .	Setores produtivos	Sem programas específicos.
Interministerial	Reedita a idéia de crescimento econômico (Programa de Aceleração do Crescimento – PAC) ⁸	Indústrias e o agro-negócio.	Sem programas específicos.

Como será visto a seguir, a maioria das leituras disponíveis sobre os impactos do Pronaf explicita uma análise limitada às atividades financeiras, perdendo assim a oportunidade de pormenorizar o funcionamento dos sistemas de produção familiares.

3. IMPACTOS DO PRONAF NO CENÁRIO AGRÁRIO DO PAÍS

O aumento considerável de recursos destinados à ampliação do programa por si só é meritório uma vez que favorece algumas medidas para a consolidação de uma agricultura familiar capaz de participar ativamente no processo de investimento (dimensão econômica do seu desenvolvimento). Entre estas medidas se identificam a criação de linhas de crédito em uma perspectiva de diversificação social e de atividades produtivas (especialmente o Pronaf florestal, o Pronaf mulher e o Pronaf jovem) e a declaração de aptidão (DAP) fornecida pela própria unidade familiar (BRASIL, 2002).

No entanto, ainda se observam a continuidade de problemas básicos presentes desde o início da implementação do programa. Avaliações em escalas nacional e regional (NUNES, 2005; MATTEI, 2005; GUANZIROLI, 2006) permitem observar que a Região Sul continua favorecida na distribuição dos recursos⁹, principalmente quando comparada com a Região Norte. Esta má distribuição regional permanece como um dos principais problemas do Pronaf (FIG.01)

4 BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Plano Plurianual 2004-2007., Brasília, DF, 2003, 62 p.

5 Extraído de http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/artigo_haddad_filmus.pdf, acesso em 18.06.2007.

6 Extraído de <http://www.fazenda.gov.br/>, acesso em 18.06.2007.

7 Extraído de <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/ministerio/ministerio/competencia.php>, acesso em 18.06.2007.

8 Extraído de <http://www.fazenda.gov.br/portugues/releases/2007/r220107-PAC-integra.pdf>, acesso em 18.06.2007.

9 Os vinte municípios que mais acessaram crédito estão na Região Sul do Brasil (MATTEI, 2005).

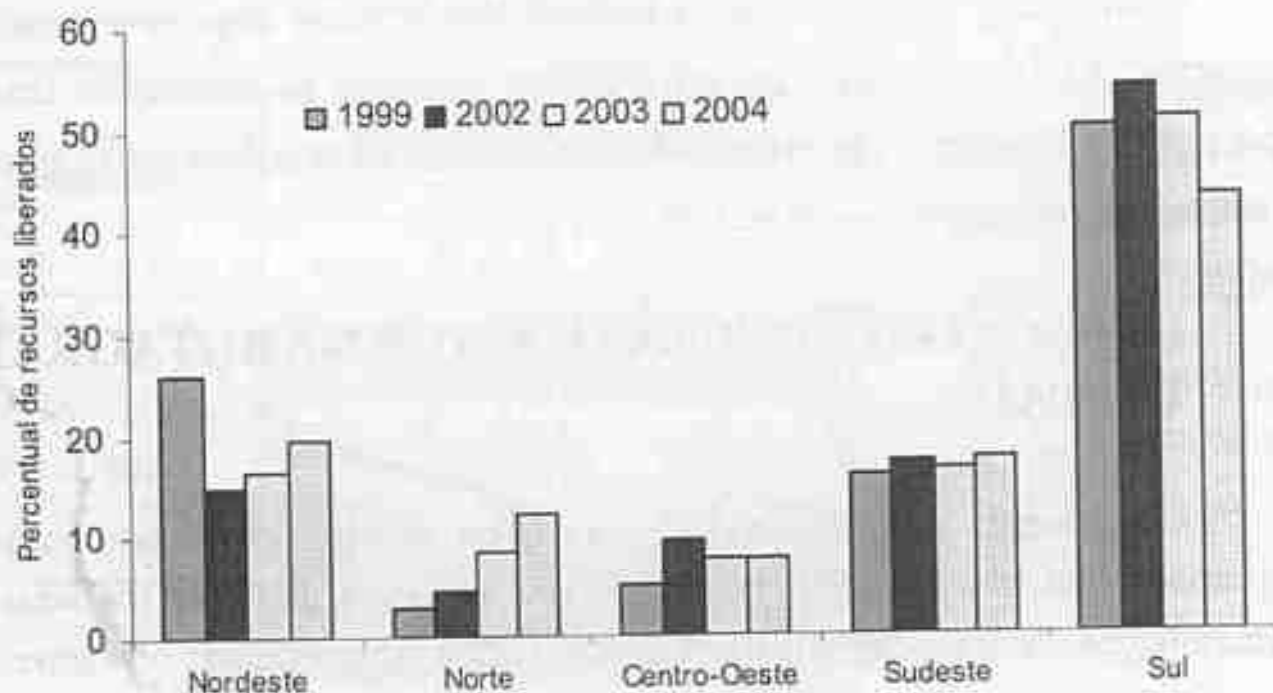


FIG.01: Evolução recente da distribuição dos recursos do Pronaf.
 Fonte: adaptado de Nunes (2005) e Guanzioli (2006).

Sobre este aspecto Vilela (1997) sugere que este protagonismo da agricultura familiar ainda não faz parte da nossa realidade devido, principalmente, à influência do Banco Mundial sobre o modelo de agricultura imposto ao terceiro mundo. Além disso, o processo de seleção de unidades produtivas economicamente mais competitivas e inseridas no mercado formal explicaria, em parte, a manutenção dos maiores volumes financiados para a Região Sul.

Fora o descompasso regional na distribuição dos recursos, existe um grande desequilíbrio dentro das próprias linhas de crédito enquadradas no Pronaf. O total de recursos utilizados mostra que as unidades familiares mais prestigiadas não são as mais fragilizadas (FIG.02). As famílias recém estabelecidas em assentamentos e/ou com situação econômica e infra-estrutura debilitada (beneficiárias do Pronaf A) acessam um volume de recursos muito inferior quando comparadas com famílias em situação econômica considerada mais estável.

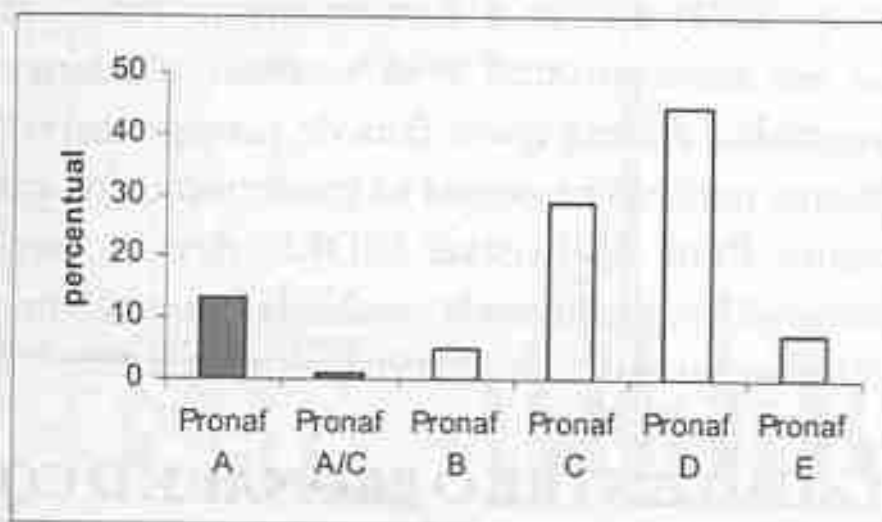


FIG. 02: Volume total de recursos distribuídos pelo Pronaf.
 Fonte: INCRA – SR27 (2006).

Outro dado instigante está na tendência de decréscimo dos recursos destinados ao Pronaf A¹⁰ sem reflexo nenhum sobre a evolução dos recursos destinados ao Pronaf A/C (crédito ligado aos egressos do enquadramento anterior) (Fig. 03). Como a maioria dos créditos enquadrados no Pronaf A se concentra nas regiões Norte e Nordeste, ditas periféricas, este problema é tido como fundamental no presente texto.

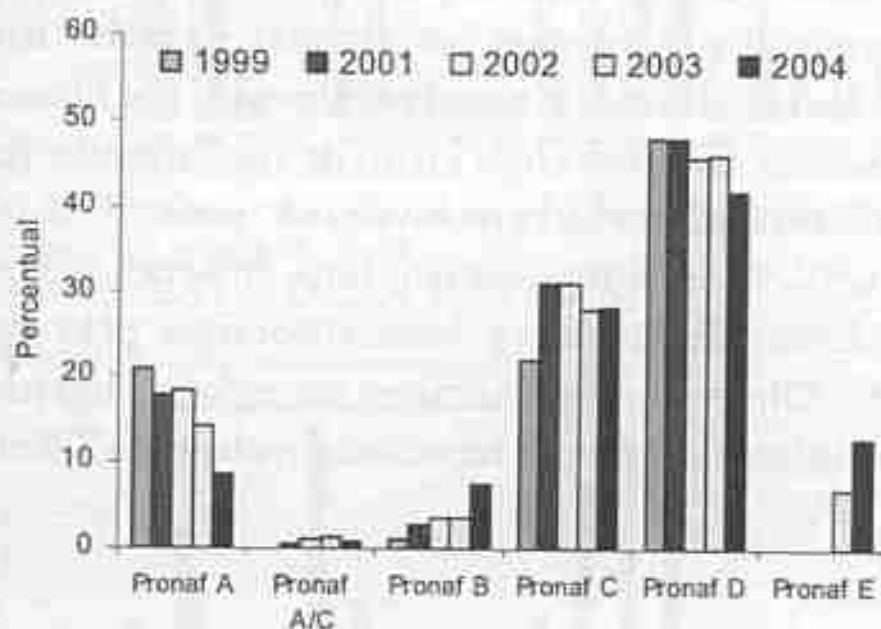


FIG.03: Evolução do volume de recursos distribuídos pelas diferentes categorias do Pronaf.
 Fonte: adaptado de Sousa & Valente Júnior (2006).

10. O Pronaf A é a primeira modalidade acessada por uma família assentada que possui renda bruta de até R\$ 2 mil; sendo até 35% do valor financiado passível de ser utilizado em atividades de custeio. O Pronaf A/C atende aos egressos do Pronaf A, sendo destinado ao custeio. Sobre detalhes dos critérios dessas e demais categorias de crédito ver BRASIL (2002) ou síntese em Souza & Valente Junior (2006).

Abramovay (2001) aponta o distanciamento cada vez maior entre os investimentos em infra-estrutura e as escolhas produtivas conduzidas pelas famílias assentadas. Afirma que a falta de protagonismo por parte dos agricultores familiares pode ser percebida na constituição dos atuais Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS) devido, principalmente, à baixa representatividade e à equivocada noção de desenvolvimento discutida nestes fóruns públicos, fato este observado de norte a sul.

4. A RELAÇÃO ENTRE O PRONAF E O CONTEXTO FUNDIÁRIO NUMA REALIDADE AMAZÔNICA FORTEMENTE ANTROPIZADA

Observa-se que a mudança no contexto fundiário amazônico tem influenciado significativamente nos impactos promovidos pelo Pronaf.

Um dos fatores determinantes para a aceleração do processo de regularização fundiária foi gerado pelo hediondo massacre de Eldorado dos Carajás¹¹ que se constituiu num marco histórico da nova realidade agrária do estado do Pará. Após esse episódio se observou um aumento considerável, mesmo que intermitente, do número de famílias incluídas nas estatísticas agrárias oficiais. Vale ressaltar que o maior número dos assentamentos criados da Região Sul e Sudeste do estado teve efeito de regularização fundiária, pois a maioria das famílias já habitava e explorava estas terras¹².

As figuras 04, 05 e 06 representam uma dinâmica muito semelhante em relação ao número de famílias e áreas absorvidas pelo contexto rural familiar do estado. Observando os números da reforma agrária em todo o Pará é possível perceber a expressiva representatividade do Território Sudeste nesse processo (35%).

11. Evento de repercussão internacional ocorrido em 17 de abril de 1996 em que a Polícia Militar paraense, com o pretexto de cumprir mandato de reintegração de posse, executou sumariamente 19 trabalhadores rurais sem terra que acampavam às margens da rodovia PA-150, reivindicando desapropriação da Fazenda Macaxeira por ser considerada improdutivo e passível de incorporação ao processo de reforma agrária.

12. Mais da metade dos assentamentos criados não beneficiou novas famílias, pois a grande maioria das famílias ditas assentadas já residia e explorava estas mesmas áreas (as antigas áreas de posse evoluíram para loteamentos oficiais) (LEITE *et al.*, 2004).

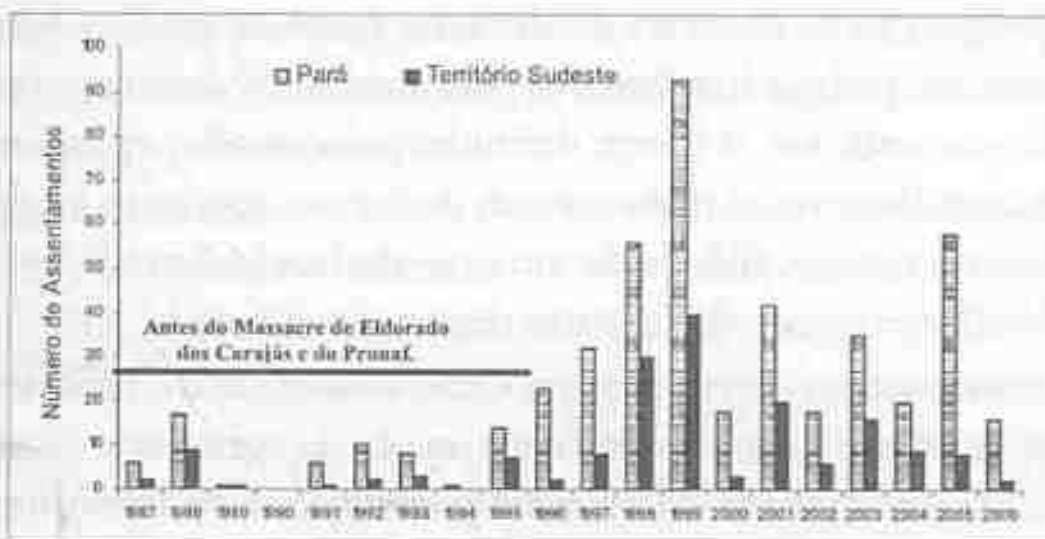


FIG.04: Evolução da regularização fundiária no estado do Pará.
Fonte: adaptado de INCRA SR27 (2006).

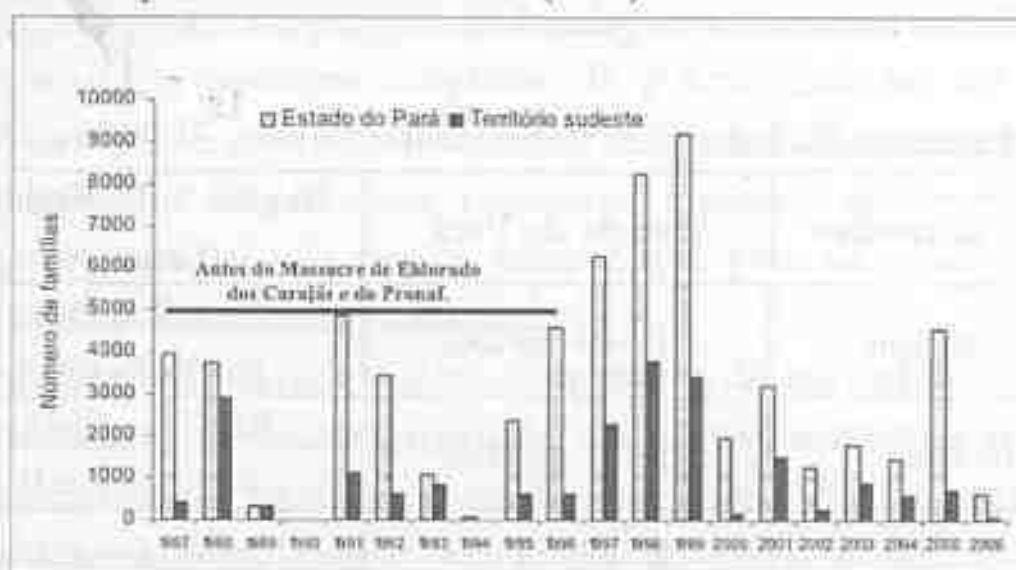


FIG.05: Evolução do público envolvido no processo de regularização fundiária no estado do Pará.
Fonte: adaptado de INCRA SR27 (2006).

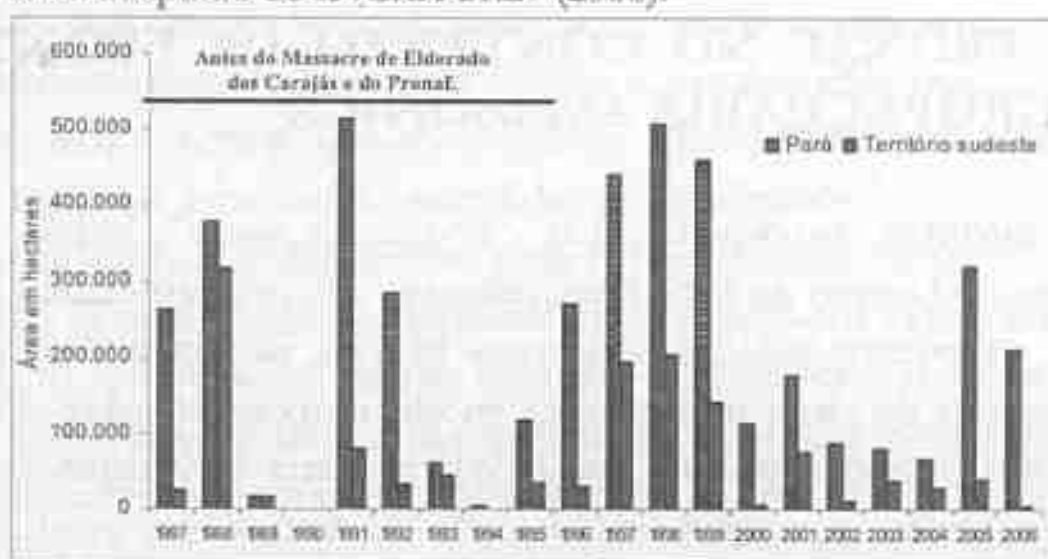


FIG.06: Evolução das áreas destinadas ao processo de regularização fundiária no Estado do Pará.
Fonte: adaptado de INCRA SR27 (2006).

A proporção da distribuição de terras junto às famílias beneficiadas parece seguir um padrão histórico de, em média, 50 hectares por família (Fig. 07). Como este era o limite definido pelo estado, aparentemente a maioria das famílias evitou tomar posse de áreas superiores ao teto de 50 ha, pois previam a possibilidade de uma regularização fundiária ou mesmo garantir uma futura venda do lote nas dimensões oficiais.

Em resumo, o atual processo de regularização fundiária possui uma relação estreita com a política de apoio à agricultura familiar. Por concentrar o maior número de assentamentos rurais no território nacional (474 assentamentos até o final de 2006), as regiões Sul e Sudeste do Pará vêm garantindo um volume considerável de recursos e serviços previstos pelo Pronaf, conforme demonstra o Quadro 01.

Quadro 01: Recursos liberados pelo Pronaf entre os anos de 2000 e 2006

Tipo de crédito	Estado do Pará	Região Sul e Sudeste Paraense
Investimento	R\$ 549 milhões	R\$ 329 milhões (60 % do total)
Custeio	R\$ 219 milhões	R\$ 87,6 milhões (40% do total)
Total	R\$ 768 milhões	R\$ 416, 6 milhões

Fonte: adaptado de INCRA SR27 (2006).

5. O PRONAF NO CONTEXTO DA FRONTEIRA AGROPECUÁRIA AMAZÔNICA

A dinâmica promovida pela “revolução verde” impôs modelos homogêneos no cenário da agricultura mundial. No caso específico da região amazônica, os poucos estudos sobre sua história de ocupação (MORÁN, 1990) discordam do determinismo dos modelos teóricos sobre os avanços tecnológicos na região. A própria realidade demonstra a coexistência das mais diversas agriculturas e o mais amplo leque de tecnologias produtivas, que abrange desde a lógica indígena até a agricultura de precisão. Esta dificuldade em promover a homogeneização do meio preconizada pela agricultura

moderna parece se explicar por vários fatores como: a) a dimensão do território e seu complexo meio social e biofísico; b) sua distância geográfica dos grandes centros econômicos, entre outros.

Muitas têm sido as iniciativas técnicas visando promover a padronização dos ambientes amazônicos cultivados. No entanto, tais iniciativas não têm gerado grandes transformações, predominando as mesmas lógicas produtivas familiares, ou seja, aquelas baseadas em arranjos técnicos artesanais. Isto mostra, em outras palavras, que o paradigma do crescimento econômico vem incorrendo em dois equívocos simultâneos: 1) insistir em um modelo "produtivista" que historicamente tem fracassado perante a complexidade deste contexto sócio-ambiental e; 2) desconsiderar as lógicas familiares locais de produção, marginais aos programas oficiais de desenvolvimento.

Tomando o contexto empírico da porção Sudeste do estado do Pará, desde a metade da década de 1990, o Pronaf incluiu os agricultores familiares no foco de investimento produtivo. Porém, o sentimento é de que os primeiros resultados são pouco animadores para uma sustentabilidade ampla das unidades familiares beneficiadas.

A ausência de estudos sobre o impacto destas políticas agrícolas e sobre a sustentabilidade multidimensional dos agroecossistemas vem inibindo uma avaliação precisa dos pontos positivos e negativos das recentes mudanças no cenário produtivo da região. O fato é que pouco se tem avançado em uma reflexão sobre as possibilidades de consolidação de agroecossistemas sustentáveis. Não se tem uma base de informação consistente e abrangente das famílias acompanhadas pela assistência técnica, uma vez que esta se limita às atividades financiadas pelo crédito e, conseqüentemente, negligencia uma leitura ampla desses agroecossistemas. Muito menos se acompanha as iniciativas locais de famílias não atendidas pelos técnicos.

Assis e Silva (2003) alertam para o forte caráter exógeno expressado pelo Pronaf. Esta distância da realidade tem origem em vários fatores, mas, sobretudo, na ausência de índices técnicos para atender as particularidades regionais e na falta de uma compreensão do que seja o desenvolvimento sustentável dentro de uma noção mais ampla.

Além disso, também se verificam problemas relacionados às formas como a assistência técnica regional vêm desenvolvendo suas atividades de assessoria junto aos assentados. Apesar de participarem de processos de capacitação voltados

para metodologias participativas e a análise sistêmica da realidade, não raro, os técnicos levam pouco em conta esses procedimentos metodológicos em sua atuação no campo. Um exemplo disto tem sido a não implementação dos Planos de Desenvolvimento de Assentamentos (PDA)¹³, elaborados para orientar as atividades prioritárias a serem financiadas, entre outros objetivos.

Alves e Silva (2003) apontam alguns fatores que agravam ainda mais as dificuldades para a ação de uma assistência técnica de qualidade. Entre eles pode-se citar: a robustez dos planos (muita informação e pouco tempo para reflexão); a dinamicidade da realidade em fronteira agrícola; a instabilidade no repasse de recursos x rotatividade dos técnicos; o foco dos projetos em atividades produtivas e não no funcionamento dos agroecossistemas; a falta de indicadores locais (dimensão técnica, social e ambiental); a falta de participação das famílias na elaboração dos projetos; o caráter não cíclico dos diagnósticos (assumem caráter imutável para os técnicos); e a formação acadêmica dos técnicos baseada em uma abordagem clássica de transferência linear de tecnologia.

Numa reflexão recente, Figueiredo (2006) reforça os argumentos anteriores de que qualquer intervenção pública do porte do Pronaf deveria considerar pelo menos três escalas interdependentes: a territorial, a local e a unidade produtiva, sendo que nesta última a intervenção técnica precisaria reconhecer e priorizar o projeto familiar numa perspectiva sistêmica. Tal reflexão reforça as críticas ao Pronaf no que tange a concentração de seu foco nas atividades financiadas. O mesmo autor cita ainda a iniciativa da Copserviços¹⁴ em tentar construir um banco de dados regional de avaliação e monitoramento dos sistemas de produção, que seriam por ela assessorados. Essa proposta aponta uma possibilidade de construir índices técnicos, ambientais e sociais que poderiam alimentar pesquisas temáticas relacionadas com os impactos promovidos pelas políticas públicas no contexto da agricultura familiar regional.

13 Os PDAs têm como principal objetivo identificar os projetos familiares e suas possibilidades de apoio via Pronaf. A viabilidade destes planos depende muito da capacidade do técnico em identificar estas demandas (instrumentos que captam os projetos de curto, médio e longo prazo) e sua negociação junto às agências bancárias.

14 Cooperativa de assessoria técnica que acompanha os assentamentos do território Sudeste do Pará. Esta cooperativa atua desde o início da implementação do Pronaf e conta com um quadro profissional multidisciplinar composto por mais de cem técnicos, subdivididos em escritórios municipais.

Portanto, a escassez de informações parece estar relacionada, principalmente, à falta de dotação de recursos para análises na Região Norte. Mesmo com os esforços desprendidos pelas entidades locais, instituições de pesquisa e ensino a escassez de análises amazônicas contribui decisivamente para o baixo nível de conhecimento regional, especialmente no que tange à construção de indicadores de avaliação dos impactos locais oriundos das intervenções produtivas.

6. NUANCES DA AVALIAÇÃO SOBRE O PRONAF

As avaliações produzidas sobre o Pronaf têm apoiado inúmeras formas de pensar a melhoria e a continuidade deste programa. Porém, ainda são grandes os limites metodológicos e de aplicação dos resultados, visto que, em grande maioria, tais reflexões não permitem uma visão efetiva dos impactos sofridos pelas famílias envolvidas e dos agroecossistemas onde se inserem. Distintos focos e escalas de abrangência determinam formas diferentes de perceber as nuances e peculiaridades das distintas realidades, mas precisam estar apoiadas numa abordagem sistêmica, particularmente as denominadas de segunda ordem ou *soft system*¹⁵.

Do ponto de vista da estrutura institucional, aparentemente, o maior problema do Pronaf está no processo altamente burocrático de liberação do crédito, pois inibe algumas iniciativas locais de financiamento e atrasa demasiadamente os calendários de implementação das atividades produtivas. Neste caso, as análises de Mattei (2005) e Guazirolí (2006) ajudam a compreender a lógica de tais operações, apontando as causas pelas quais várias unidades familiares não conseguem acessar a linha básica e de caráter mais social deste programa. A resolução desta limitação aumentaria o volume de recursos disponibilizados para o Pronaf A/C, sendo este um dos poucos indicadores concretos de evolução econômica das famílias menos capitalizadas.

O setor bancário público foi considerado um dos principais responsáveis pela dificuldade de liberação de recursos, pois a rotina destas organizações está pouco adaptada às operações sem garantias patrimoniais e contrapartidas comprovadas por parte das famílias rurais de baixa renda (GUAZIROLI, 2006:3). Como a capacidade de pagamento é o critério

¹⁵ Ver Pinheiro (1995).

principal das agências bancárias, a evolução da liberação dos créditos via Pronaf mantém uma lógica estritamente econômica.

Com relação à multidimensionalidade do desenvolvimento, Mattei (2005:64) reforça a necessidade de uma nova premissa governamental de desenvolvimento rural, onde a sustentabilidade garanta também os aspectos sócio-ambientais. No entanto, quando se analisa os indicadores dos sistemas de produção não é possível ultrapassar a barreira do produto, ou seja, a realidade é reduzida ao total da produção gerada e limitada às estratégias impostas pelas políticas públicas tanto no que se refere aos recursos financeiros como aos padrões tecnológicos disponibilizados. Em outras palavras, a eficácia da política pública, representada pelo aumento crescente do montante financeiro, não se traduz na eficiência da melhoria da sustentabilidade da agricultura familiar seja nos aspectos econômicos ou nas dimensões social e ambiental.

Mesmo levando em conta diferentes escalas (do local ao nacional), a ausência de uma abordagem sistêmica pode provocar o aprisionamento das análises às informações institucionais, limitando consideravelmente a avaliação das experiências vividas pelas famílias e a efetividade da política pública sobre seus respectivos agroecossistemas.

A falta de estudos focados nos impactos sobre os sistemas familiares de produção (diferente de avaliar as atividades financiadas pelo crédito) dificulta uma reflexão completa sobre suas transformações numa perspectiva realmente sustentável. Observa-se, na realidade em questão, que os técnicos envolvidos com o Pronaf não desenvolvem essa leitura sistêmica da realidade. Sobre isso se pode inferir que para além dos aspectos inerentes à sua limitada percepção do sistema de produção, um fator fundamental é a postura que adotam para sua intervenção no campo, postura esta coerente com a dinâmica imposta pelo Pronaf: geralmente, dispensam o acompanhamento e avaliação das atividades não financiadas pelo crédito. Em resumo, os técnicos não são pagos para ver o *todo*, corroborando a expressão que diz: *"o olho que tudo vê, não vê tudo"*.

Além da dificuldade de cunho burocrático do acesso ao Pronaf, existem aspectos locais decisivos para garantir o sucesso (ou determinar o fracasso) da aplicação e continuidade de investimento das famílias assentadas. O fato de não existir entrave institucional não garante a aceitação das famílias em acessar o Pronaf dito social (modalidade "A"), pois se trata de uma dívida bancária a ser internalizada e que, portanto, deverá ser paga pela família.

Em uma abordagem local, a noção de risco familiar se torna essencial, muito mais do que o risco econômico introduzido especialmente pelo endividamento assumido. Os diferentes riscos assumidos se entrelaçam aos demais projetos familiares e extrapolam a visão "prorafiana" da realidade baseada no interesse resultante prioritariamente das atividades financiadas.

O caráter multidimensional e interdependente das dimensões social, ambiental e econômica dos agroecossistemas permite uma leitura mais próxima da realidade das unidades familiares de produção e dos riscos inerente às políticas públicas a que os agricultores são submetidos. Questões como estas têm sido trabalhadas a partir de diferentes olhares (COSTA GOMES e BORBA, 1990; MASERA *et al.*, 1999; ASTIER *et al.*, 2002; KAGEYAMA, 2003; COLAÇO-DE-ROSÁRIO e COSTA, 2006).

Kageyama (2003), por exemplo, em análise técnico-econômica nas unidades produtivas de duas dezenas de municípios em oito estados brasileiros não constatou nenhuma associação direta entre Pronaf e melhoria da renda familiar. A correlação positiva mais significativa foi entre o aumento de produtividade e o uso de pacotes tecnológicos de alto uso de insumos externos. Entretanto, observou de forma clara o aumento de efeitos erosivos e contaminação com agroquímicos, demonstrando a falta de atenção para com a dimensão ambiental da realidade estudada. Tal análise confirma a extrema dificuldade de estabelecer uma avaliação multidimensional da realidade quando a política pública privilegia o financiamento das atividades produtivas sem considerar o sistema produtivo como um todo.

Este também é o caso dos assentamentos rurais beneficiados com o Pronaf¹⁶, cuja efetividade do programa tem sido medida apenas pelos impactos nas atividades produtivas e não pelas múltiplas dimensões que conformam à complexidade do sistema de produção familiar. Esse reducionismo tem sido igualmente apontado por Sarandón (2002) que considera muito recente o crescimento do interesse acadêmico de avaliações mais amplas sobre a sustentabilidade dos sistemas de produção mais complexos (os familiares). Esta demanda criada pelos impactos negativos via especialização produtiva carece muito de metodologias que dêem conta das diferentes dimensões envolvidas numa leitura que articula diferentes escalas de intervenção.

16 Toma-se como referência a linha do Pronaf "A", pois é considerada como a categoria endereçada para as famílias menos favorecidas, pelo menos do ponto de vista econômico. Não é exigida nenhuma comprovação de renda (BRASIL, 2002:10).

Em uma perspectiva sistêmica, Maser, Astier e Lopez-Ridauro (1999) mostram a necessidade de forjar inicialmente um conceito operativo de sustentabilidade como uma noção concebida localmente e que indique as características funcionais dos agroecossistemas familiares e seu entorno sócio-econômico e ambiental. Nesta perspectiva, o Marco Avaliativo de Indicadores de Sustentabilidade em Sistemas de Manejo (MESMIS) tem sido adaptado e aplicado em distintas realidades agrárias e evidenciado análises ligadas a dinâmicas dos sistemas de produção familiares (ALONSO e GUZMÁN, 2006; ASTIER et al., 2002 e COLAÇO-DE-ROSÁRIO e COSTA, 2006).

Recentemente emerge o paradigma agroecológico como contraponto ao modelo agroindustrial, mas que nas palavras de MOREIRA e CARMO (2004) ainda não conseguiu ultrapassar as questões tecnológicas, passo fundamental para repensarmos conceitos e os rumos da coevolução entre sociedade e natureza. A atual crise ecológica e social não se concentra apenas nas intervenções produtivas (o que é diretamente financiado pelo crédito), mas acima de tudo na simplificação acadêmica da interpretação destas relações contidas em um sistema de produção familiar que é absolutamente diversificado. Com relação à agroecologia, apesar de seus limites, é inegável sua contribuição para a reflexão sobre o significado do desenvolvimento sustentável, auxiliando a compreender o que está oculto sob este vocábulo e a necessidade de precaução e parcimônia no uso da natureza, e o quanto é nefasto às estratégias utilitaristas para sua apropriação. Os mesmos autores frisam que a estreita relação entre tecnologia e capital tem imprimido modelos teóricos universais sem considerar o alto grau de heterogeneidade dos biomas explorados e, conseqüentemente, excluindo sociedades inteiras dos centros de decisão sobre o que é mais sustentável e justo. Em outras palavras, a noção atual de desenvolvimento não conseguiu extrapolar seu caráter conceitual, pois não se torna operativo sem a presença ativa das sociedades locais.

É preciso, então, que essa noção de desenvolvimento sustentável faça essa extrapolação numa perspectiva de efetiva transformação da realidade. Para isso, é imprescindível contar com as iniciativas locais que garantam a participação ativa das comunidades no diagnóstico da realidade e no estabelecimento de estratégias para sua transformação.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a consolidação positiva de políticas públicas como o Pronaf, é preciso conhecer melhor seus efeitos nos diferentes contextos e combinações das unidades familiares envolvidas. Neste sentido, os agentes de desenvolvimento estão diante de distintas opções de intervenção junto a esta categoria, que podem, a grosso modo, ser resumidas em dois grandes grupos: a) partir de uma noção de **crescimento econômico** e conformar a agricultura familiar (no singular) tendo como foco principal o mercado formal; e b) partir de uma noção efetiva de **desenvolvimento sustentável** e seu caráter multidimensional (social, ambiental e econômico) para mapear a diversidade contextual das agriculturas familiares (no plural), conformando, enfim, ações de apoio às experiências concretas de sustentabilidade. Lembrando sempre que são caminhos que partem de paradigmas distintos e de difícil compatibilidade, especialmente se assentados em significados nebulosos. Evidencia-se, pois, a importância de entender o *desenvolvimento sustentável* como um processo e não como um ponto de chegada, e da necessidade da construção de sua episteme: um desafio tanto do ponto de vista teórico como metodológico, mas em qualquer caso, imprescindível. Estes desencontros contribuem para a dificuldade de uma leitura de abrangência nacional sobre o Pronaf, no que pese um aumento significativo de esforços acadêmicos na sua avaliação. Trata-se de uma política pública com caráter de intervenção estritamente local. Consequentemente, para tornar o conceito de sustentabilidade operativo, este precisa ser concebido e substanciado na interação entre os formuladores de políticas públicas e os atores locais – incluindo os agentes de desenvolvimento – a partir de ações concretas nas comunidades, fruto das estratégias do Estado, tendo como ponto de partida o devido rigor conceitual que explicita claramente as diferenças entre crescimento e desenvolvimento.

8. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Conselhos além do limite. *Estudos avançados*, v. 15, n. 43, 2001. p. 121-137.

ALONSO, Antonio M.; GUZMÁN, Gloria I. *Evaluación comparada de la sostenibilidad agraria en el olivar ecológico y convencional*. Murcia: Ed. Agroecología Facultad de Biología - Universidad de Murcia, 2006, p. 63-73.

ALVES, Livia Navegantes; SILVA, Luis M. Santos. O processo de Assistência Técnica (ATER) junto aos assentamentos rurais das regiões sul e sudeste do estado do Pará. In: *ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE*, 11, 2003, Aracaju. *Anais...* Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2003. p. 76.

ASSIS, William Santos de; SILVA, Luis Mauro Santos. O PRONAF e a agricultura familiar na Amazônia: uma questão de rever prioridades. In: SIMÕES, Aquiles. *Coleta amazônica: iniciativas em pesquisa, formação e apoio ao desenvolvimento sustentável na Amazônia*. Belém: Alves Ed., 2003, p. 13-37.

ASTIER, Marta et al. El Marco de Evaluación de Sistemas de Manejo Incorporando Indicadores de Sustentabilidad (MESMIS) y su aplicación en un sistema agrícola campesino en la región purhepecha, México. In: SARADÓN, S.J. (edit.). *Agroecología: el camino hacia una agricultura sustentable*. La Plata: Ediciones Científicas Americanas, 2002. p. 415-430.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar, Brasília. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Brasília, DF, 2002, 34 p.

COLAÇO-DE-ROSÁRIO, M.; COSTA, A. A. M. Ensaio de avaliação da sustentabilidade do manejo do agro-eco-sistema transmontano - Norte de Portugal. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 1, n. 1, p. 75-78. 2006.

COSTA GOMES, João Carlos Costa; BORBA, Marcos. Limites e possibilidades da agroecologia como base para sociedades sustentáveis. In: *Revista Ciência e Ambiente*, Santa Maria, v.1, n.1, jul. 1990. p. 5-14.

FAO/INCRA. GUANZIROLI, Carlos (coord.). *Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável: resumo do relatório final do projeto UTF /BRA/036*, 2. versão. FAO/INCRA, março, 1995.

FIGUEIREDO, Raul B. de. O emprego da abordagem sistêmica pela assessoria técnica nos sistemas familiares de produção: experiências aplicadas no sudeste do Pará. In: MONTEIRO, Dion Márcio Carvaló; MONTEIRO, Maurilio de Abreu (Org.). **Desafios na Amazônia: uma nova assistência técnica e extensão rural**. Belém, PA: UFPA / NAEA, 2006. p. 181-198.

GUANZIROLI, Carlos E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. In: CONGRESSO SOBER, 44, 2006, Fortaleza. **Anais ... Fortaleza, 2006**, p.29.

INCRA. Superintendência Regional 27. **Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA)**. 2006.

KAGEYAMA, Ângela. Produtividade e renda na agricultura familiar: efeitos do Pronaf - crédito. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v 50, n. 2, p.1-13. 2003.

LEITE, Sérgio et al. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília, DF: NEAD; São Paulo: Ed. UNESP, 2004. 391 p. (Estudos NEAD, n. 6).

MASERA, Ornar; ASTIER, Marta; LOPEZ-RIDAURA, Santiago. **Sustentabilidad y manejo de recursos naturales: el marco de evaluación**. México: MESMIS. GIRA, 1999. 109 p.

MATTEI, Lauro. **Impactos do PRONAF: análise de indicadores**. Brasília, 2005. 136 p. (Série Estudos, 11)

MORÁN, E. F. **A ecologia humana das populações da Amazônia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990, 367 p.

MOREIRA, R. M.; CARMO, M. S. do. Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 51, n.2, jul./dez. 2004, p. 37-56.

NUNES, Sidemar Presotto. PRONAF: dez anos de existência. **Boletim do Deser**, n. 145, 2005. p. 9-19.

PINHEIRO, Sérgio, L. G. O enfoque sistêmico na pesquisa e extensão rural (FSR/E): novos rumos para a agricultura familiar ou apenas a reformulação de velhos paradigmas de desenvolvimento? In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 11, Londrina, PR. *Anais...* Londrina: SBSP/IAPAR, 1995. p. 28-36.

SARANDÓN, Santiago J. El agroecosistema: un sistema natural modificado. Similitudes y diferencias entre eco sistemas naturales y agroecosistemas. In: _____ *Agroecología: el camino hacia una agricultura sustentable*. La Plata: , Ediciones Científicas americanas, 2002. p.119-134

SOUSA, Jânia Maria Pinho; VALENTE JÚNIOR, Airton Saboya. Análise das liberações dos recursos do PRONAF: descentralizações das aplicações dos créditos rurais? In: CONGRESSO SOBER, 44, 2006, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza, 2006. p.19.

VILELA, Sérgio Luiz de Oliveira. Qual a política para o campo brasileiro? Do Banco Mundial ao Pronaf: a trajetória de um novo modelo? In: CONGRESSO SOBER, 35, 1997, Natal, RN. *Anais...* Natal, 1997. p. 18.

COMPLEXO RURAL BRASILEIRO: HÁ UMA TEORIA PARA COMPREENDER?

José Antônio Herrera¹

Pedro Ramos²

RESUMO

O Brasil ao longo de toda sua história sempre se fez dependente do setor agropecuário. Este por sua vez foi se configurando com desequilíbrios e desarranjos estruturais, sobretudo quando passa a ter mais fortemente a participação do capital industrial em sua dinâmica, favorecendo a industrialização e modernização do setor. Na tentativa de acompanhar as mudanças ocorridas, estudos foram sendo realizados, novas abordagens e diferentes definições foram disseminadas na tentativa de análise da dinâmica agropecuária. Essas se constituíram desconsiderando os problemas estruturais e a diversidade que se tem no caso brasileiro, onde se percebe tanto o empresário rural altamente capitalizado e integrado via os complexos agroindustriais articulados ao mercado externo quanto grupo de produtores familiares com inúmeras especificidades em suas atividades produtivas. O presente texto tem o intuito de colaborar com a reflexão sobre a dinâmica agropecuária brasileira, partindo dos questionamentos: até que ponto a “evolução” assistida no setor consolidou um novo complexo rural? E, existe uma teoria capaz de compreender o complexo agropecuário brasileiro?

Palavras-chave: Brasil; Amazônia; complexos rurais; produção agropecuária.

1 Professor/Pesquisador do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural – NCADR/ Laboratório Agroecológico da Transamazônica – LAET; Doutorando do curso de Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. E-mail: herrera@ufpa.br.

2 Professor/Pesquisador do Núcleo de Economia Agrícola – NEA do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. E-mail: peramos@eco.unicamp.br.

ABSTRACT

Alongside the history, Brazil was always dependent of the agricultural sector, that was being configured itself with structural unbalances and disarrangements, most of all when it starts to have most strongly the participation of industrial capital in its dynamic, favoring the industrialization and modernization of the sector. In the attempt to accompany the happened changes, studies was being accomplished, new approaches and different definitions was been disseminated in an attempt to corroborate the analysis of the dynamic agricultural, however, these were themselves ignoring the structural problems and the diversity that has been in the Brazilian case, where is realized both a rural businessman highly capitalized and integrated agro-industrial complex through the external market, as the group of family farmers with many special features in their productive activities.

Thus, this text has the intention of collaborating with the reflection about the dynamic Brazilian agricultural, starting from these questions: how far the "development assistance" in the sector consolidated a new rural complex? And, there is a theory able to understand the complex brazilian agricultural?

Keywords: Brazil; Amazon; rural complex; agricultural production.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil tem sua história com forte dependência do setor primário-exportador caracterizando sua trajetória de (sub)desenvolvimento. Muitos trabalhos analisaram as relações e dinâmicas deste setor, no entanto, fogem a essas análises gerais as especificidades regionais, principalmente no que se refere aos mecanismos de apropriação dos recursos naturais e às condições socioeconômicas locais. Isto tem particular importância quando se pensa as relações entre o local ou regional e o processo de desenvolvimento.

A diversidade que compõe o espectro do universo rural (desde grandes explorações comerciais à produção de subsistência) normalmente não é percebida ou discutida com a devida atenção. O debate se fecha cada vez mais homogeneizando de forma deliberada o rural brasileiro, atentando para as especificidades de um segmento da agropecuária, gerador de divisas e que sendo

assim apresenta características de integração tanto à montante quanto à jusante da cadeia produtiva, numa abordagem que de fato não consegue explicar as relações no campo cuja motivação nem sempre é a acumulação monetária.

Desde a década de 1950, quando o grupo cepalino discorria sobre o subdesenvolvimento, tinha-se como ponto nevrálgico a relação entre o setor primário-exportador, o setor de subsistência e a forma como os benefícios do progresso técnico penetram na economia nacional e são distribuídos.

Com a inserção da Amazônia na economia nacional, essa problemática torna-se visível e pertinente de ser debatida, uma vez que a região é repleta de peculiaridades, principalmente, no que tange às relações produtivas, que apontam para a coexistência de sistemas pré-capitalistas e capitalistas num mesmo território, caracterizando a fronteira agrícola e suas intrínsecas disputas entre o “localismo” e a dinâmica de obtenção do maior lucro.

Dessa forma pretende-se com o presente texto refletir acerca da evolução do estudo sobre a agropecuária no Brasil, sobretudo discutindo até que ponto a “Nova Abordagem”, que tem como referência a integração horizontal e vertical da produção é suficiente para a compreensão da realidade do complexo agropecuário do Brasil e em particular da Amazônia.

A nova abordagem tem origem na década de 1970, período em que se destaca a resposta dada pelo país à demanda crescente de produtos agropecuários, sobretudo intensificando as conexões interdepartamentais e a relação agricultura e indústria, tendo tal período como marco histórico de superação do chamado “complexo rural” pelo “Complexo-Agroindustrial”, ou seja, a substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria com maior especialização do setor.

A partir da modernização, considerada “conservadora”³, ocorre um avanço no setor agropecuário no sentido de atingir maiores rendimentos, mas o que se coloca como problema no escopo deste texto, é até que ponto essa mudança na dinâmica agropecuária responde às necessidades e demandas daqueles considerados pela nova abordagem como o “resto” da agricultura - aqueles em que o conjunto de atividades agrícolas ainda prevalece em bases tradicionais. Para tal reflexão, será feito um relato do referencial teórico sobre o assunto, bem como a apresentação

3 Trata-se de solucionar o problema da competitividade e da produção de alimentos para o mercado interno sem, portanto, alterar a estrutura fundiária, o que foi chamado de problema agrário e persiste até os dias de hoje. (GRAZIANO DA SILVA, 1981; STÉDILE (Org.), 1994; GUANZIROLI, 2006).

de informações que caracterizam o contexto agropecuário dos últimos anos, para que se tenha aproximação da maior ou menor eficiência da nova abordagem ao explicar a realidade rural brasileira, considerando notoriamente as idiossincrasias regionais, em especial da Amazônia, que se coloca emblematicamente no cenário produtivo e econômico nacional.

2. O COMPLEXO RURAL DE UM PAÍS SUBDESENVOLVIDO

Ao pensar e discutir o rural brasileiro, faz-se conveniente retomar a forma como se iniciou a exploração dos meios de produção e como foi se consolidando a estrutura produtiva ao longo da nossa história.

Notadamente a origem exploratória brasileira se dá com expansão das sociedades já capitalistas. Segundo Cano (2000, p.12), as especificidades enquanto colônia remetem à inserção internacional precária e condicionada pela extração e apropriação predatória dos recursos naturais.

O país no período colonial, assim se caracterizou com as grandes extensões de terra sendo doadas pela Coroa Portuguesa a um reduzido número de senhores. Nesse contexto, as pequenas propriedades ocupavam porções de terras no interior das grandes fazendas ou em áreas de pouco interesse econômico (PRONAF, 2002).

O Brasil em sua inserção internacional tem a marca específica de único país da América com o capital comercial consolidado sob a forma de empresa agrícola (FURTADO, 1978, p.93), fato que determinou as estruturas produtivas do país mediante a dependência dos mercados internacionais como exportador de matéria-prima e demandante de produtos manufaturados.

Furtado (1978, p.91), considera que a abundância de terras, o clima tropical ou subtropical e a quase inexistência de mão-de-obra local na fase inicial de ocupação, fizeram que a grande unidade de exploração se impusesse como forma predominante e quase exclusiva de organização em nosso território. No entanto, essas características não inviabilizaram a consolidação da dinâmica produtiva familiar pautada na subsistência com traços das populações tradicionais e/ou arranjos culturais dos imigrantes europeus.

Condições econômicas e sociais desiguais, inerentes ao desenvolvimento capitalista em geral e da agricultura em particular ocasionam

lógicas de produção diferenciada no setor agropecuário brasileiro, consolidando distintos sistemas produtivos.

É evidente que tais sistemas são frutos das características da base material de que dispõem e das relações sociais que mantêm com o meio, de maneira a condicionar produções desiguais no campo e, sobretudo objetivos de reprodução econômica e social distintos.

De acordo com Lima (2005, p. 37), os objetivos conformam a finalidade da unidade de produção e o tipo de racionalidade que passa a determinar as estratégias e táticas utilizadas, estabelecendo diferentes níveis de acumulação e possibilidade de reprodução, aumentando a complexidade e diversidade (heterogeneidade) do rural brasileiro.

A diversidade do rural brasileiro se fez com imposição e favorecimento de minorias. Nas últimas décadas a desigualdade da modernização, modificou o perfil técnico e econômico da agricultura. De acordo com Nascimento *et al.* (2007), a modernização acabou por gerar um desequilíbrio entre as unidades produtivas rurais, deixando as pequenas propriedades e os agricultores familiares à margem deste processo que teve como consequências explícitas o aumento da concentração da renda e da terra e a redução do nível de emprego e da renda dos produtores rurais familiares.

“A distribuição social, setorial e espacial dos incentivos provocou uma divisão de trabalho crescente; a grosso modo, maiores propriedades, em terras melhores, tiveram acesso a crédito, subsídios, pesquisa, tecnologia e assistência técnica, a fim de produzir para o mercado externo ou para a agroindústria (MARTINE, 1991, p. 9 e 10).”

Embora as grandes empresas privadas tenham abocanhado a maior parte dos incentivos do Estado, que segundo Martins:

“Os pesados subsídios e incentivos fiscais concedidos pelo Estado às grandes empresas abriram o campo ao investimento capitalista, protegeram e reafirmaram a renda da terra e a especulação imobiliária, incluíram a grande propriedade fundiária num projeto de desenvolvimento capitalista que tenta organizar, contraditoriamente, uma sociedade moderna sobre uma economia rentista e exportadora. (MARTINS, 1989, p. 85).”

Há então, uma deliberada opção de privilégio à lógica de produção agropecuária concentradora. Equaciona-se o problema de geração de divisas e da baixa produtividade da agropecuária como a plataforma de desenvolvimento rural arvorada na exploração predatória do território. O quadro se agrava ainda mais, pois, com o esgotamento das políticas industrializantes, capitaneadas pelo Estado até o final da década de 70, o setor industrial urbano não é capaz de absorver integralmente a mão-de-obra “liberada” no campo, consolidando assim, um vasto exército de mão-de-obra excedente (oferta ilimitada de mão-de-obra) traço marcante do subdesenvolvimento brasileiro.

3. CRÍTICA ÀS ANÁLISES AGREGADAS

Com o processo de modernização da agricultura brasileira, segundo Ramos (1999, p. 186), a partir do pós-guerra, quando se começou a utilizar em maiores quantidades os equipamentos mecânicos e os produtos da indústria química e conseqüentemente menor dependência das chamadas condições naturais devido à dinâmica de uso de insumos da “indústria a montante”, muitos autores, consideraram necessário repensar a estrutura e evolução da agricultura no país.

Desse momento se registra a perspectiva dos Complexos Agroindustriais CAIs), que segundo Kageyama *et alii* (1990, p.116), foi o processo histórico de passagem do chamado “complexo rural” para uma dinâmica comandada pelos “complexos agroindustriais”, ou seja, para os autores seria a substituição de uma economia natural, caracterizada por atividades simples e pautada pelo tradicionalismo de atividades agrícolas integradas à indústria.

Esse “novo padrão agrícola brasileiro” se estabelece pautado na intensificação da divisão do trabalho e das trocas intersetoriais, a especialização da produção agrícola e a substituição das exportações pelo mercado interno como elemento central da alocação dos recursos produtivos no setor agropecuário, isso no sentido de romper com o que consideraram simples no “complexo rural”, a determinação pelas flutuações do comércio exterior (KAGEYAMA *et alii*, 1990).

É bem certo que ocorreram mudanças e modernização na trajetória do meio rural, mas até que ponto se estabeleceu um novo padrão no meio rural brasileiro? Esse questionamento se justifica por entender que mesmo

dada essa “evolução” no setor, problemas estruturais permaneceram e ainda foram aprofundados devido aos desequilíbrios nas dinâmicas produtivas entre as regiões do país, tendo seu agravamento devido às tentativas inadequadas de mecanismos de promoção do “desenvolvimento”.

Ramos (1999, p. 191) ao citar Muller (1985) chama a atenção para a interpretação adotada a partir dos CAIs, em particular para o fato de não ser dada a devida atenção ao problema de apropriação e posse da terra e para as relações sociais decorrentes ao problema da terra.

Com a formação dos Complexos Agroindustriais a agricultura tornou-se cada vez mais subordinada à dinâmica industrial e às alterações nas relações de produção se mostraram irreversíveis, em que pese à modernização e as novas formas de relação de trabalho. Além disso, é importante analisar que com esse processo despontam diferentes formas de representação de interesse na agricultura (ORTEGA, 2005). Cada complexo agroindustrial demanda políticas específicas, ceifando o caráter universal das políticas agrícolas, tornando-as, cada vez mais direcionadas para os segmentos geradores de superávits comerciais, grandes produtores com poder de barganha, contemplados pelas políticas do governo.

O que ocorre é que o desenvolvimento das forças capitalistas no campo, com a integração do capital financeiro e os grandes latifúndios, distancia ainda mais os pequenos agricultores do foco das políticas públicas. A estrutura montada para servir o agronegócio é incompatível com o desenvolvimento das pequenas propriedades, que acabam se submetendo à dinâmica do agronegócio ou sucumbindo em meio aos grandes latifúndios. As conseqüências do fomento/expansão desmedido das atividades agro-exportadoras foram nefastas para a dinâmica social do país, beneficiando fundamentalmente os grandes latifundiários e especuladores do mercado financeiro, deixando de lado todo o “resto da agropecuária” brasileira, cada vez mais marginalizada e excluída do processo de “desenvolvimento” capitalista.

Tal fato fica explícito na política dual do Estado em que diz fortalecer a pequena produção no país, focando a produção familiar, mas mantendo crescentes valores para os grandes negócios da agropecuária. Notadamente os recursos destinados ao setor agropecuário têm sido cada vez mais reduzidos e ainda assim dividido em dois ministérios com visões e políticas distintas para o meio rural brasileiro, como pode ser observado no Quadro 01 a seguir.

Quadro 1. Orçamento Fiscal da União (2007)

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	2007	
	Em R\$	%
Encargos especiais	851.614.462.971,12	48,96
Previdência social	277.223.986.258,06	15,94
Saúde	124.522.911.146,72	7,16
Educação	123.035.547.673,60	7,07
Administração	59.634.026.723,91	3,43
Segurança pública	36.193.856.463,97	2,08
Judiciária	33.887.580.092,08	1,95
Assistência social	32.948.893.119,94	1,89
Outros	179.222.854.567,94	10,30
Agricultura (MAPA)	16.019.805.986,35	0,92
Organização agrária (MDA)	4.932.553.265,39	0,28
TOTAL	1.739.236.478.269,08	100

Fonte: MF/SIAFI, 2008

Elaboração dos autores

Segundo os dados do Ministério da Fazenda/SIAFI (2008), no ano de 2007 apenas 1,2 % do orçamento da União foi destinado aos dois ministérios, sendo que desse total 76,46% refere-se ao valor destinado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e apenas 23,54% para o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, como esboça o Quadro -2 a seguir.

Quadro 2. Orçamento Fiscal da União (2007)

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	2007	
	Em R\$	%
AGRICULTURA	6.019.805.986,35	76,46
Promoção da Produção Vegetal	1.952.341.448,59	12,19
Promoção da Produção Animal	171.525.165,20	1,07
Defesa Sanitária Vegetal	73.556.175,76	0,46
Defesa Sanitária Animal	275.410.560,16	1,72
Abastecimento	929.708.649,59	5,80
Extensão Rural	1.539.846.798,93	9,61
Irrigação	919.712.959,42	5,74
Demais Subfunções	10.157.704.228,70	63,41
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	4.932.553.265,39	23,54
Reforma Agrária	1.969.153.686,37	39,92
Colonização	7.327.556,10	0,15
Demais Subfunções	2.956.072.022,92	59,93
TOTAL (1% do Orçamento da União)	20.952.359.251,74	100,00

Fonte: MF/SLAFI, 2008.

Elaboração dos autores

Os dados observados remetem à reflexão feita por Goodman, Sorj & Wilkinson (1985, p. 5), sobre a intervenção do Estado na dinâmica agropecuária, em que apontam o Estado como arquiteto responsável pelo novo modelo de acumulação capitalista, adotando o mecanismo de “modernização conservadora”, sendo a expressão do incentivo a expansão e diversificação do complexo agroindustrial e da rápida penetração das relações capitalistas de produção na agricultura.

“O Estado passa a ser encarado como agente de uma estratégia deliberada e coerente no sentido de transformar a base produtiva da agricultura via sua integração ao complexo agroindustrial. A “modernização conservadora” é vista como uma alternativa para reforma agrária (GOODMAN; SORJ & WILKINSON, 1985, p. 4).”

Outro fator que deve ser ponderado quanto ao incentivo financeiro para o setor agropecuário é que além de se ter maior parte do recurso do Estado destinado aos grandes negócios, ou unidades patronais, essas ainda contam com crescente financiamento privado para dinamizar suas atividades, o que distancia ainda mais a capacidade em relação à produção familiar que na maioria dos casos, quando tem incentivo, é recurso oriundo unicamente do Estado.

Apesar dos incentivos e progressos em determinados sub-setores do país, o universo das desigualdades foram se multiplicando de modo que a nova abordagem, mediante o tratamento dos CAIs, não tem como subsidiar as interpretações acerca da heterogeneidade e complexidade, sobretudo ao considerar a diversidade encontrada nos grupos de agricultores das distintas regiões do país.

Nesse sentido tem pertinência a crítica a classificação determinada por Kageyama *et alii* (1990, p.198), para os CAIs, a saber: a) segmento mais moderno e industrializado, integrado verticalmente e formado por complexos agroindustriais completos; b) segmento plenamente integrado à frente, isto é, às agroindústrias processadoras; c) conjunto de atividades modernizadas que dependem do fornecimento de máquinas e insumos extra-setoriais mas sem estabelecer soldagens específicas, sem tomar forma de complexos; e d) conjunto de atividades agrícolas onde prevalece a produção em bases quase que artesanais, isto é, o “resto” da agricultura, ainda não modernizado nem com ligações intersetoriais fortes.

Com intuito de avançar nessa integração da agricultura à indústria fazem-se necessários arranjos formais cada vez mais consolidados, tendo que contar com contratos para respaldar as relações existentes nos complexos, o que precisa ser dinamizado com instituições para balizar os custos, dar manutenção aos mecanismos e fazer com que os acordos sejam cumpridos.

Apesar de Belik (2001) deixar claro que as instituições podem ser formais ou informais e considerar que essas são produtos da sociedade, o que faz incorporar nas decisões produtivas uma “memória” social baseada em rotinas e aspirações carregadas pelos agentes ao longo da sua existência, destaca que na construção das instituições interagem grupos de interesses e relações sociais que têm poder de alterar as estruturas e assim determinar mudanças no cálculo econômico.

Considerando o grupo de produtores que ainda tem seus sistemas em moldes tradicionais, com baixíssima expressão de formalidade, normalmente

submetidos às relações degradantes de negociação com os demais agentes da cadeia produtiva, ou seja, sem condições de estabelecer contratos e tão pouca capacidade dotada para barganhar os elementos estruturantes, a implicação é que vão continuar sucumbidos a uma relação preconizada como dependente.

Tal fato notoriamente corrobora a diminuição da autonomia dos produtores no que tange às suas tomadas de decisões, submetidos a uma dinâmica em que a agricultura passa ser vista como um simples elo da cadeia produtiva. Assim, ocorre uma reestruturação do sistema produtivo, tendendo à especialização e castrando a capacidade do produtor de definição do preço de seu produto no mercado. É importante notar que este produto é visto como insumo para uma indústria demandante à frente da cadeia.

Nesta circunstância os produtores passam a ter maior vulnerabilidade quanto aos riscos associados às atividades localizadas à montante da cadeia produtiva, uma vez que, dada as especificidades da produção agropecuária, qualquer mudança abrupta nas condições de demanda ou a ocorrência de intempéries naturais consubstanciaram ônus para o produtor, evidentemente, a parte mais frágil da cadeia produtiva.

Ortega, em relação a essa alteração devido à integração e dependência da agricultura à indústria, afirma que:

“A definição dos interesses agrários vai depender do grau de integração que cada agricultor mantém com a indústria, de sua posição social como produtor e dos problemas específicos ligados à região onde produz. Nessa fase de relação neocorporativista entre Estado e sociedade civil, em que a idéia de diversidade de interesse é assumida por todos os interlocutores sociais como algo intrínseco à própria dinâmica sociopolítica, as políticas agrárias (ORTEGA, 2008, p.49).”

Tem crescido o debate acerca da incompatibilidade de coexistência no agropecuário brasileiro dos modelos dissonantes: o familiar e o agro-exportador. A questão central nesse debate está na política agrícola necessária ao desenvolvimento de cada segmento, o que torna paradoxal a coexistência simultânea dos mesmos. As ações governamentais ao se comprometerem com o objetivo central de geração de divisas através do fomento de uma atividade econômica, por natureza, concentradora, inviabilizam a sobrevivência ou competitividade das pequenas explorações agropecuárias (GUALDA, 2006, p.2).

É importante frisar que o conceito de agro-exportador se aproxima do que ficou definido como CAIs (com as devidas ressalvas), ponderando que quanto mais próximo um empreendimento estiver da plataforma exportadora, maior facilidade ou possibilidade terá de integração junto à indústria. Assim destaca Gualda:

“O setor agro-exportador volta-se prioritariamente para a produção em alta escala visando à expansão da produção, com ganhos crescentes de produtividade. Através de constante incorporação de tecnologia procura aumentar sua competitividade junto aos mercados internacionais, assegurando ao país as primeiras posições no ranking de produção e exportação de vários produtos agropecuários. (Gualda, 2006, p. 7).”

Ratifica-se a diferença existente entre os subsetores no sentido de explicitar que uma única abordagem ou teoria impossibilita de compreender as relações emblemáticas em cada um desses dois grandes grupos (familiar e o agro-exportador). Ainda mais se considerar que para além da dicotomia há existência de conduta no meio rural brasileiro com estruturas heterogêneas (diversidade socioeconômica e produtiva) no interior desses subsetores (grupos).

4. A QUESTÃO CONCEITUAL E A HETEROGENEIDADE DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA FAMILIAR NO BRASIL

Essa diferenciação e heterogeneidade remetem ao entendimento de que a produção familiar, que ora mais ora menos sempre se fez importante na agricultura brasileira, não é contemplada pela nova abordagem, especialmente por apresentar especificidades de produção que não necessariamente são ditas ou induzidas pela participação do mercado. Estas especificidades são normalmente tratadas a partir de considerações generalizantes, em particular no que tange às atividades agropecuárias familiares e a dinâmica do mercado, estando em certos casos, muito distantes de tal relação.

Essa afirmação fica destacada ao longo do texto intitulado “Orçamentos familiares e estratégias socioeconômicas em assentamentos rurais” de Sergio Leite (2003, p.130), em que a produção destinada ao consumo da unidade

familiar, ou seja, a necessidade de consumo é atendida pela própria produção. No caso diagnosticado pelo autor ao analisar a agropecuária do Rio de Janeiro, 37% do Valor Produzido Bruto (VPB) foram orientados para o autoconsumo, 25,79% humano e 11,27% consumo produtivo.

Essa reflexão se atenua quando pensamos as relações produtivas existentes na Amazônia, composta basicamente por agricultores que não tiveram acesso ao processo de modernização e em sua maioria participam de maneira parcial e incompleta dos mercados.

Diferentes conceitos e definições foram traçados para dar conta da particularidade da produção familiar, incitados pelo fato de que sempre esteve presente no desenvolvimento econômico, mesmo desprovida de incentivos que favorecessem seu dinamismo, diferentemente do fortalecimento da produção de monocultivos e voltada exclusivamente para exportação.

Há um debate fortemente colocado entre os teóricos sobre que tipo de produção familiar se tem no complexo agropecuário.

No Brasil consideram pelo menos duas tendências quanto ao tipo de produção familiar, uma que apresenta de forma enfática que no Brasil existiu e ainda existe o modo de produção camponês, que conseguiu resistir, atravessar os percalços, as relações de conflitos e se viabilizar enquanto categoria atual, predominantemente e resistente à força do modelo agroexportador estimulado no meio rural.

Em contrapartida, a outra visão, considera que o camponês existiu num determinado momento da história do pensamento econômico, no feudalismo, e com a argumentação de que no Brasil não existiu tal sistema, o mesmo se aplicando ao camponês, não fazendo sentido revitalizar tal definição para o contexto agropecuário do país. Assim, reforçam e disseminam que existe uma produção familiar, predominante, porém, desfavorecida no Brasil – a Agricultura Familiar.

Reconhecido o debate teórico, chama-se a atenção a partir da realidade concreta da produção agropecuária do Brasil, de que existem distintas lógicas organizacionais e produtivas, e a generalização conceitual faz uma simplificação e/ou redução de um universo muito mais complexo.

Partindo desse pressuposto, adota-se nesse ensaio a definição no sentido mais amplo da representatividade – produção familiar agropecuária, onde se considera um espectro de diferentes sistemas produtivos com

possibilidades desde a dinâmica de subsistência a aquelas mais integradas aos mercados, mas que tenham a família como centro de decisão.

Considera-se que condições econômicas e sociais desiguais, inerentes ao desenvolvimento capitalista em geral e da agricultura em particular, ocasionam lógicas de produções diferenciadas no setor agropecuário brasileiro, consolidando distintos sistemas produtivos, cada um destes entendidos como:

“Modo de exploração do meio historicamente constituído, um sistema de forças de produção, um sistema técnico adaptado às condições bioclimáticas de um espaço determinado, que responde às condições e às necessidades sociais do momento, utilizando combinação apropriada de meios de produção inertes e meios vivos para explorar e reproduzir um meio cultivado, resultante das transformações sucessivas sofridas historicamente pelo meio natural (MAZOYER (1987) apud FAO, 1993, p. 11).”

Logicamente, cabe aqui a ressalva de que não há como generalizar a produção familiar a ponto de não conter integração consolidando um CAI. No entanto ressalva-se que, no caso específico brasileiro, os produtores familiares, em sua maioria, não conseguem participar de forma integral no mercado, diferente do que ocorre nos países europeus, a citar o exemplo da França, que os produtores familiares conseguiram atingir um grau de relação e espaço no mercado que se fazem vinculados à dinâmica mediante um capital social, tendo suas participações integradas e de maneira expressiva. No caso do Brasil, pelo contrário, a grande maioria participa de forma parcial e incompleta do mercado, comercializando seus excedentes depois de garantir a reproduzibilidade e manutenção do sistema.

O modelo familiar tem como característica a relação íntima entre trabalho e gestão, a direção do processo produtivo conduzido pelos proprietários, a ênfase na diversificação produtiva e na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, a utilização do trabalho assalariado em caráter complementar e a tomada de decisões imediatas, ligadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo (FAO/INCRA (1994), in OLALDE, 2004, p.1).

Certamente a produção familiar se caracteriza por sua organização produtiva, em que o grupo familiar se responsabiliza pelas atividades, não tendo uma divisão clássica e hierárquica do trabalho e nem tão pouco a

distribuição financeira sendo feita categoricamente ao longo dos meses entre os membros da família.

Para Neves (2006, p. 47), é a forma de organização da produção em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas.

O núcleo familiar é responsável por todas as decisões no que se refere à dinâmica estabelecida na unidade produtiva, por exemplo: escolha da cultura, diversificação, tipo de plantio e escoamento da produção.

Contrapondo a visão do “resto” da agricultura, é importante frisar que a produção familiar com menos de 24% do orçamento destinado ao setor agropecuário gera 32% da produção das cadeias agrícola e pecuária, o que garante a participação média aproximada entre os anos 1996 a 2005 de 9,6% do PIB brasileiro (DIEESE, 2008).

Segundo dados do Dieese (2008) fazendo referência ao ano de 2005, a produção familiar foi responsável por 82,2% da produção de mandioca, 41,3% de arroz, 58,9% de feijão, 43,1% de milho e ainda por 47,9% da produção de aves, 59% de suínos e 55,4% de leite, assim representando grande importância na economia interna brasileira, uma vez que, garante o abastecimento da maioria dos produtos para alimentação da população interna do país.

Os dados anteriormente apresentados possibilitam a reflexão de que mesmo com a modernização e os crescentes incentivos para produção agropecuária de grande proporção e voltada para exportação, a história não eliminou a produção familiar das relações econômicas e sociais (NEVES, 1998). De tal modo que nos remete a questão de que será que o novo padrão brasileiro agropecuário, como mencionou Kageyama *et alii* (1990), significa a crise do complexo rural.

É evidente que ocorrem transformações no meio rural brasileiro, no entanto não podemos desconsiderar que as desigualdades estruturais e os desníveis de acessos e oportunidades para as diferentes unidades produtivas no Brasil, geram condições sociais e econômicas desiguais, fato que não exclui suas participações.

Essa situação se agrava ao se tratar de Amazônia, onde coexistem formas produtivas que se distinguem pelas lógicas e formas de organização, tendo em um mesmo espaço territorial relações de produções pré-capitalistas

e capitalistas, aquelas que vivem exclusivamente para garantir a reprodução familiar e de seus meios de produção.

De acordo com Wanderley (1999):

“Do ponto de vista do agricultor, parece evidente que suas estratégias de reprodução, nas condições modernas de produção, em grande parte ainda se baseiam na valorização dos recursos de que dispõem internamente, no estabelecimento familiar, e se destinam a assegurar a sobrevivência da família no presente e no futuro. De uma certa forma, os agricultores familiares modernos “enfrentam” os novos desafios com as “armas” que possuem e que aprenderam a usar ao longo do tempo. (Wanderley, 1999, p.7).”

Não se submetendo ao sabor do mercado demandante, coordenando e reivindicando sua autonomia e seus processos, a pequena produção, dita não integrada, não tem como determinante a realização monetária, o que lhe imprime caráter singular e pressupõe um olhar diferenciado, contrário à pasteurização ensejada pelo conceito dos CAIs.

Ainda citando Wanderley (1999), que considera ser bem verdade que a agricultura assume atualmente uma racionalidade moderna, o agricultor se profissionaliza, o mundo rural perde seus contornos de sociedade parcial e se integra plenamente à sociedade nacional, mas a autora destaca que:

“No entanto, parece-me importante sublinhar [...] que estes “novos personagens”, ou pelo menos uma parte significativa desta categoria social, quando comparados aos camponeses ou outros tipos tradicionais, são também, ao mesmo tempo, o resultado de uma continuidade (Op cit, p.7).”

Especificidades económicas da unidade de produção agropecuária familiar

Tem-se claramente uma diferenciação entre a lógica dos sistemas produtivos que expressam suas atividades destinadas à maior obtenção do lucro em relação à lógica das unidades que partem da necessidade de estabelecer níveis de reprodução para a família e possibilitar a manutenção do sistema de produção.

É bem verdade que a Agricultura Familiar participa do mercado ou tenda a isso no futuro, mas com a diferença de não ser o mercado quem

determina o que produzir e em que quantidade, e ainda a forma como se insere nas negociações é diretamente dependente do excedente gerado, ou seja, primeiro o abastecimento para o autoconsumo para depois se ter a busca dos mercados.

Partindo da concepção da necessidade de autoconsumo em primeira instância, a composição da família passa a ser variável importante para determinação das estratégias produtivas, e isso se dá por dois fatores: o primeiro porque, dependendo do maior ou menor número de membros será o resultado programado para o ciclo agrícola, alterando desde o tamanho da área e quantidade de insumos utilizados na expectativa de suprir pelo menos a necessidade básica de autoconsumo da unidade familiar; o segundo fator diz respeito à quantidade de mão-de-obra, essa importante para o grau de organização das táticas produtivas, já que normalmente dependem única e exclusivamente da força de trabalho familiar, o número de pessoas aptas a trabalhar é levado em consideração no início de cada ciclo.

Assim, a produção agropecuária familiar tem a especificidade que Chayanov ao se referir ao campesinato russo chamou de “auto-exploração da força de trabalho” (CHAYANOV, 1974, p.73; BONNAL, REYNAL e FIGUEREDO, 1995, p.33), fato que se aplica à lógica de produção familiar existente no Brasil, já que se verifica a composição da família como determinante dos limites superiores e inferiores do volume de sua atividade econômica, ou seja, a quantidade de membros aptos a trabalhar determinam o limite superior do volume da atividade e o limite inferior é determinado pela quantidade de bens materiais absolutamente necessários para assegurar a existência da família.

O estímulo de satisfazer as demandas de seus consumidores é preponderante na tomada de decisão para a atividade econômica, logo, a relação entre o número de consumidor e trabalhador vai gerar diferentes estratégias adotadas pelas famílias que desempenham atividade agropecuária, contribuindo conseqüentemente para maior heterogeneidade no meio rural.

Quando comparada essa lógica com a dinâmica das unidades capitalistas no campo fica explicitada a distinção, uma vez que a produção familiar por efeitos naturais tem uma limitação dada enquanto a produção capitalista teoricamente é ilimitada, buscando sempre melhores resultados econômicos e financeiros para se obter maiores lucros.

Outro fato é destacado por Chayanov (1974, p. 90) que notavelmente distingue uma lógica da outra. A relação de produção numa unidade capitalista se dá com todos os seus elementos expressados em grandeza objetiva, podendo ser analisados a partir de uma única unidade. Já no caso da unidade familiar, que conta com a mão-de-obra da família para conduzir o sistema, sua relação de produção tem duas grandezas expressas: uma de caráter objetivo é a unidade que caracteriza preço de produtos e gastos, no caso brasileiro em real (R\$) e a mão-de-obra expressa em valores naturais, dias e/ou horas de trabalho dos membros das famílias. A seguir, apresentam-se as equações e relações que expressam tal distinção.

Unidade Capitalista:

$$\text{Lucro Líquido (EL)} = \text{Renda Bruta (RB)} - \text{Despesas Materiais (DM)} - \text{Salários (S)}$$

Como já destacado, observando a equação se percebe que todas as variáveis podem ser mensuradas numa mesma unidade, por exemplo, o real (R\$). Além disso, ao fazer uma interpretação simples verifica-se que à medida que a unidade produz taxas superiores em relação à taxa de desconto habitualmente praticadas, essa se fez rentável, caso contrário a mesma estaria apresentando índices negativos em sua produção.

No caso da unidade familiar a distinção se deve ao fato da mão-de-obra ser computada em dias e/ou horas, não tendo como a mesma unidade ser utilizada ao longo de toda equação, dessa forma adota-se a interpretação de correlacionar os resultados gerados na unidade com a força de mão-de-obra utilizada ao longo do ciclo agrícola para verificar se o produzido foi satisfatório ou não.

Unidade de produção familiar

$$\begin{aligned} \text{Satisfatório: } & \text{Renda Bruta (RB)} - \text{Despesas Materiais} \geq \text{Trabalho (T)} \\ \text{Insatisfatório: } & \text{Renda Bruta (RB)} - \text{Despesas Materiais} < \text{Trabalho (T)} \end{aligned}$$

Diferente de uma unidade economicamente capitalista o produto líquido da despesa do trabalho é subjetivamente reconhecido satisfatório (vantajoso) ou insatisfatório (não-vantajoso). A remuneração da unidade de produção é uma derivada que depende da maneira pela qual os problemas globais do estabelecimento agrícola são resolvidos, no entanto o essencial é a remuneração anual do trabalho, não havendo uma divisão da remuneração mês a mês entre os membros da família. Além disso, muitas vezes a exploração familiar aceita níveis de remuneração da força de trabalho que não seriam possíveis numa exploração capitalista.

Isso quer dizer que se um empreendimento capitalista no campo sempre zelará por manutenções positivas em suas contas. Caso haja uma redução drástica em seus valores não cobrindo as despesas materiais e salários, essa será considerada uma atividade não rentável. Para a unidade de produção agropecuária familiar o valor abaixo de suas despesas é aceitável, se o equilíbrio econômico fundamental não puder ser alcançado através da utilização do trabalho oferecendo uma remuneração melhor.

Outra especificidade percebida na unidade familiar diz respeito à informalidade no processo de planejamento, coordenação e controle da produção e demais atividades, os projetos (objetivos e finalidades) são orientados, prioritariamente, para a reprodução das condições e da força de trabalho familiar, o que garante a estratégia voltada para a segurança alimentar da família, minimizando riscos, emprego da mão-de-obra familiar, investindo na melhoria e ampliação das condições de trabalho e produção.

Diferente da unidade capitalista, na unidade familiar, dependendo das necessidades reprodutivas, a família pode intensificar o uso da força de trabalho familiar, com o mesmo capital, reduzindo a remuneração por unidade de trabalho, mas ampliando a renda total.

As famílias muitas vezes tomam a decisão de restringir seu investimento produtivo à mera renovação do capital adiantado ou ainda pode reduzir esse capital adiantado. Outras vezes ela pode nitidamente ampliar o seu nível de investimento produtivo, apresentando uma trajetória econômica ascendente.

Importante frisar que para além da diferenciação entre as duas grandes categorias, capitalista e familiar, tem que ser levado em consideração que os fatores até aqui apresentados ratificam a idéia de que há no campo uma diversidade de lógicas organizacionais e produtivas que justificam a

heterogeneidade do complexo rural. No caso brasileiro, em particular da Amazônia, a coexistência de unidades produtivas vão de condições de subsistência, estando no extremo com características de auto-abastecimento, notadamente unidades pequenas com práticas tradicionais de agricultura, até as grandes propriedades, completamente integrada à indústria e dependente do mercado e contando com gestão profissionalizada.

5. OBSERVAÇÕES FINAIS

É condição *sine qua non* reter que cada unidade familiar apresenta diferentes fases numa unidade econômica distinta de acordo com sua força de trabalho disponível e o objetivo final pretendido. O que foi exposto durante o texto chama a atenção para o caráter plural e complexo do meio rural brasileiro abarcando desde a pequena exploração pautada na subsistência familiar até verdadeiros empreendimentos rurais, totalmente integrados e regidos pela dinâmica do mercado. A chamada 'nova abordagem' se refere a um caso específico dentro da diversidade do rural brasileiro, qual seja a exploração agropecuária integrada e articulada com o mercado. Além disso, mostra que a tendência geral da agricultura é a integração e a subordinação ao mercado, desconsiderando qualquer outra forma de estratégia de sobrevivência.

A forma de pensar o meio rural proposta pela 'nova abordagem' ainda influencia a elaboração de políticas públicas, retirando seu caráter universal e tornando-as cada vez mais focalizadas. Ao considerar de forma igual os "desiguais" incorre em um equívoco gravíssimo, pasteurizando o meio rural, consubstanciado nos Complexos Agroindustriais. Esta visão ceifa o poder de alcance das políticas públicas que poderiam, de fato e estruturalmente, equacionar o problema da desigualdade e pobreza rural.

Quando inserida a Amazônia neste debate observa-se, de forma ainda mais evidente, a inviabilidade de se pensar o meio rural a partir de um único arcabouço teórico. Isso se dá devido à heterogeneidade estrutural, a diversidade socioeconômica e, distintas lógicas produtivas.

Ao considerar a heterogeneidade estrutural, a diversidade socioeconômica, distintas lógicas produtivas, constata-se que "uma única teoria geral" é incapaz de explicar a complexidade do rural brasileiro sem incorrer no reducionismo, simplificando questões essenciais para pensar e

encaminhar políticas públicas.

Faz-se necessária a apropriação de teorias que, sobretudo sejam eficazes ao interpretar as desigualdades sociais e econômicas, ou seja, que possam dar conta do hiato das estruturas vigentes no meio rural, principalmente por que ainda é notório no Brasil uma indispensável reforma agrária com assistência técnica, financiamento e tecnologias adequadas para aumentar a produtividade rural, melhorando a apropriação dos produtos pelos próprios trabalhadores rurais, ou seja, aumentando a demanda dos produtos no próprio meio rural. Caso contrário ao invés de galgar o desenvolvimento ocorrerá cada vez mais submissão da população do meio rural, fortalecida pela acumulação de capital em detrimento das lógicas de não acumulação que ainda persistem no Brasil.

6. REFERÊNCIAS

- BELIK, W. **Muito além da porteira: mudanças nas formas de coordenação da cadeia agroalimentar no Brasil**. Campinas: UNICAMP. IE. 2001. (Coleção Teses).
- BONNAL, P.; REYNAL, V de; FIGUEREDO, R. B. de. **Economia do estabelecimento agrícola**. Belém. CCA/UFPA. 1995.
- CANO, W. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas: Ed. UNICAMP /Inst. Econ-Fecamp, 2002.
- CANO, W. **Soberania e política econômica na América Latina**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión. 1974.
- DIEESE. **Estatísticas do meio rural 2008**. 3.ed./Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Brasília: MDA, 2008.
- FAO. **Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários: Guia Metodológico**. INCRA. Brasília, 1993.

FURTADO, C. **Análise do modelo brasileiro**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GOODMAN, D. E.; SORJ, B.; WILKINSON, J. Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais; análises recentes sobre a agricultura brasileira. **Revista de Economia Política**, v.5, n. 4. out.-dez. 1985.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é a questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GUALDA, N. L. P., **Agricultura familiar versus modelo agro-exportador: o falso dilema da não coexistência**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2006.

GUANZIROLI, C. E. **Agronegócio no Brasil: perspectivas e limitações**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2006. (Texto para Discussão, 186)

KAGEYAMA, A. et ali. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos CAIs. In: DELGADO, G. et ali (org.) **Agricultura e políticas públicas**. IPEA. 127. p. 113-223, 1999.

LEITE, S. Orçamentos familiares e estratégias socioeconômicas em assentamentos rurais. In. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, out. 2003.

LIMA, A. P. et al. **Administração da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. 175 p.

MARTINE, G. Trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Lua Nova: Revista de cultura e política**, São Paulo, n. 23, mar.1991.

MARTINS, J. de S. **Caminhada no chão da noite**. São Paulo: Hucitec, 1989

NEVES, Delma P. **Agricultura familiar: quantos ancoradouros!** http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/Bernardo2006_bibliografiajAgricultura_Familiar.pdf 2006.

NEVES, Delma. P. O Econômico e o familiar: interdependências, potencialidades e constrangimentos. In: MOTA, D. M. da et al. **Agricultura Familiar: desafios para a sustentabilidade**. Aracaju: Embrapa - CPATC: SDRMA, 1998. p. 13-34.

OLALDE, A. R. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável**. <http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo3.htm>. 2004.

PRONAF. **Buscando as raízes: agricultura familiar e reforma agrária**. Brasília: MDA/PRONAF, 2002. 48 p.

RAMOS, P. **Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1999. 245 p. (Economia e Planejamento; 36. Série "Teses e Pesquisas; 21).

WANDERLEY, M. de N. B., **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20, 1999, Caxambu, MG. **Processos Sociais Agrários**. Caxambu, MG. Outubro. 1999.

DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO NO EXTRATIVISMO DE MANGABA NO NORDESTE E NORTE DO BRASIL

Dalva Maria da Mota¹

Heribert Schmitz²

Josué Francisco da Silva Júnior³

Thiara Fernandes⁴

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar o cotidiano de mulheres, homens e crianças na coleta de mangaba, autodenominados “catadores” (no Nordeste do Brasil) e “apanhadores” (no Norte). Privilegiamos a divisão social do trabalho em diferentes espaços (casa e campos de coleta) e atividades (coleta, pós-coleta e transporte). A pesquisa foi realizada nos estados da Bahia, Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pará entre os anos de 2003 e 2009 por uma equipe interinstitucional e interdisciplinar. Os principais resultados mostram que a despeito de existirem diferenças no extrativismo no Nordeste e Norte do Brasil o trabalho de homens e mulheres aporta importantes recursos para a reprodução social das suas famílias.

Palavras-chave: Mangaba; mulheres; coleta ; trabalho.

1. Doutora em Sociologia; Pesquisadora da Embrapa Amazônia Oriental; Bolsista de produtividade do CNPq. Principais linhas de pesquisa: trabalho agrícola, populações tradicionais e agricultura familiar. Trav. Enéas Pinheiro, S/N. Bairro Marco – Belém – PA. CEP: 66095-100. dalva@cpatu.embrapa.br
2. Doutor em Ciências Agrárias, Professor de Sociologia; Universidade Federal do Pará, Belém; Bolsista de produtividade do CNPq. Principais linhas de pesquisa: ação coletiva, extensão rural e movimentos sociais. Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Av. Augusto Corrêa s/n - Campus Universitário Guamá. CEP: 66075900 - Belém, PA heri@amazon.com.br
3. Mestre em Fruticultura Tropical; Pesquisador da Embrapa Tabuleiros Costeiros. Principais linhas de pesquisa: recursos genéticos de fruteiras tropicais do litoral do NE. Av. Beira-Mar, 3250 – Praia 13 de Julho. CEP: 49025-040 – Aracaju – SE. josue@uep.cnps.embrapa.br
4. Aluna do Mestrado em Agriculturas Familiares, (UFPA) Belém-PA. thiaraagro@gmail.com

ABSTRACT

The aim of this study is to analyze the daily routine of women, men and children who work as mangaba collectors, or mangaba (*Hancornia speciosa*) "apanhadores" (term locally used with the translation close to mangaba grabbers) as they call themselves in Northeastern Brazil, an outlook that has privileged the labor social division in different spaces (home/field) and activities (collection, post-collection and trading). The research has been conducted in the Brazilian states of Sergipe, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte and Pará, between 2003 and 2009, by an inter-institutional and inter-disciplinary team. The main results have shown that despite the existing differences in mangaba extraction in Northern and Northeastern Brazil, the labor of men and women in such activity capture resources that complement (add) to the social reproduction of their families.

Keywords: Mangaba; Women; labor social; collectors.

1. INTRODUÇÃO

São raros os estudos sobre trabalho e gênero no extrativismo vegetal, provavelmente porque há três décadas o extrativismo parecia fadado a desaparecer diante da concorrência dos produtos sintéticos; das redes arcaicas de comercialização; da imagem negativa da atividade associada à destruição dos agroecossistemas e da tendência de tecnificação dos processos de trabalho no espaço rural⁵. Os anos passaram e a atividade extrativista se extinguiu em algumas áreas conforme previsto, agoniza em outras, mas também persiste (castanha-da-amazônia, mangaba, bacuri e coco-babaçu) como uma das possibilidades de reprodução social de populações rurais que desenvolvem sistemas produtivos (caça, coleta, agricultura e pesca) com técnicas de baixo impacto ambiental⁶. Conseqüentemente, o debate tem sido retomado pelo reconhecimento da importância desses sistemas para a conservação da biodiversidade num contexto de desequilíbrio ambiental; pela valorização

⁵ ver HOMMA, 1993; MOTA et al., 2007.

⁶ ALMEIDA, 1994; CARNEIRO DA CUNHA, 1999; EMPERAIRE, 2000.

cultural que os seus produtos têm adquirido no mundo contemporâneo, em que consumidores distantes cobiçam produtos rotulados como 'verde' e; pelo reconhecimento de que os saberes acumulados por gerações de populações tradicionais tem sido um dos guias mais usado nas pesquisas científicas.

Foi no debate sobre o extrativismo nos tempos atuais que o cotidiano de mulheres, homens e crianças catadores de mangaba (como se auto denominam no Nordeste) ou apanhadoras de mangaba (como se auto denominam no Norte) foi estudado, segundo um olhar que privilegiou a divisão social do trabalho nos diferentes espaços (casa/campo) e atividades (coleta, pós-coleta e comercialização).

A mangaba (*Hancornia Speciosa*), é uma fruta nativa dos tabuleiros, restingas, campos e cerrados do Brasil, que ganha destaque na última década no atual contexto de intensificação do consumo de frutas frescas ou de polpas para suco. Apesar destas novas evidências, o seu consumo é bastante diferenciado no Nordeste e Norte do Brasil. No primeiro, faz parte do elenco de frutas consumidas no verão, predominantemente na forma de sucos e sorvetes, podendo os mesmos serem encontrados nas margens das rodovias, nas feiras e, mais recentemente, nos supermercados, sorveterias e lanchonetes. No Norte, entretanto, as frutas são encontradas apenas nas feiras locais ou em pontos por onde trafegam muitas pessoas (porto de chegada do barco em Marajó, por exemplo) ou nas sorveterias configurando um consumo muito mais seletivo e vinculado aos que ali chegam. Estas diferenças influenciam para que no Nordeste a fruta tenha um alto valor comercial e circule em cadeias produtivas bem estruturadas constituídas por catadoras, comerciantes, vendedores ambulantes, proprietários de indústria de polpas e sorveterias e consumidores. Com isso, os nordestinos são os maiores consumidores de mangaba no Brasil. Diferentemente, no Norte, a vinculação dos que coletam a fruta com os consumidores é direta.

Após as primeiras observações nas duas regiões, levantou-se a hipótese de que havia o predomínio das mulheres na atividade de coleta e dos homens na comercialização, conforme existente em outros domínios da vida rural na qual o espaço doméstico está associado às mulheres e o público aos homens. Essa divisão remete a uma outra mais geral, na qual é amputado aos homens o trabalho produtivo – e a dispensa do trabalho doméstico – e a atribuição do

trabalho doméstico às mulheres em todo o mundo⁷. Entretanto, esta aparente delimitação engessada de papéis é questionada por Cantarelli⁸ no Brasil, ao afirmar que mesmo havendo modelos ideais que tangem essa diferenciação de papéis, o dia-a-dia nem sempre permite a “(...) plena vivência idealizada da vida masculina, voltada para a produção no roçado, como unidade de produção; e a vida feminina, voltada para a vivência dos cuidados domésticos”. Os membros das famílias na ‘lida’ diária definem essas diferenciações sociais. Mesmo assim, há consenso de que a denominada “conciliação”⁹ entre tarefas domésticas e extra casa se intensificam e permanecem sob a responsabilidade das mulheres.

Tendo em conta esse debate, partimos do pressuposto de que na divisão social do trabalho coexistem dominações, complementaridade e vínculos sociais entre homens, mulheres e crianças nos processos individuais e coletivos que vivenciam no dia-a-dia do extrativismo. Por isso, interagimos com todos esses atores na pesquisa, permitindo ao entrevistado assumir o papel de exploração e, ao entrevistador, o de facilitador¹⁰. Observações participantes, entrevistas abertas e semi-estruturadas foram alguns dos procedimentos utilizados com um total de 285 entrevistados, sendo 235 no Nordeste e 50 no Pará, dos quais, 75% são mulheres e 25% são homens.

A pesquisa foi realizada nos estados de Sergipe, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pará, no período de 2003 a 2009, por uma equipe interinstitucional e interdisciplinar. Considerando a abrangência da região de estudo, foram realizadas expedições que georeferenciaram as áreas remanescentes de mangabeiras, onde é praticado o extrativismo. Paralelamente, diferentes modos de contatos com os que ali vivem foram realizados. Quatro estudos de caso foram realizados em Sergipe em povoados com diferentes formas de acesso aos recursos e níveis de conservação, quais sejam: Capuã (município de Barra dos Coqueiros), Alagamar (Pirambu), Carro Quebrado (Japoatã) e Pontal (Indiaroba). No Pará, os estudos de caso foram realizados nas comunidades de Aricuru e Espírito Santo, localizadas em uma área conhecida como Campo da Mangaba no município de Maracanã, litoral do estado.

7 HIRATA & KERGOAT, 2003.

8 CANTARELLI, 2006, p. 283.

9 HIRATA, 2003, p. 17.

10 MICHELAT, 1982, p. 191.

O artigo está estruturado em três partes: introdução, uma reflexão sobre a divisão social do trabalho, a partir de um olhar sobre diferentes atividades e interações realizadas no desenvolvimento das mesmas, e conclusões.

2. DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO NO EXTRATIVISMO

Como pensar, sob o prisma da divisão social do trabalho, para grupos que, dependentes do extrativismo, manejam os recursos, predominantemente, segundo as práticas em que foram socializados há décadas ou séculos? Ali, produção e reprodução ainda se confundem e traçam os condicionantes de um cotidiano pautado no aprovisionamento¹¹.

Mas não é apenas no extrativismo que isso ocorre, mas numa série de modos de organização da produção e da vida social que são postos em prática no espaço rural, a exemplo das denominadas formas familiares de produção. Em relação a este tema, autores¹² demonstram nas suas análises que a família e o trabalho continuam constituindo um dos eixos fundamentais de reflexão numa ampla gama de enfoques teóricos e investigações sobre as sociedades contemporâneas. Em concordância, Saraceno¹³ acrescenta que em se tratando do espaço rural, a relação entre família, trabalho e economia é tão suficientemente explícita que dificilmente não se constituiria um problema. Em acordo, Segalen¹⁴ destaca as interações entre esses dois domínios da vida social no seu tratado sobre a família. A esse debate, nos dedicaremos nesse artigo, sob o prisma da divisão social do trabalho.

3. HOMENS E MULHERES NO EXTRATIVISMO DA MANGABA

A grosso modo, os entrevistados dividem a organização social do trabalho em atividades de homens, de mulheres e de crianças organizadas num todo, o

11 Utilizada aqui no sentido de que a produção é organizada principalmente pelas e para as famílias (Sahlins, 1983, p. 119).

12 GARCIA & DE OLIVEIRA, 2006, CORNFIELD, 2006, HIRATA, 2003, De OLIVEIRA & ARIZA, 2000.

13 SARACENO, 1997.

14 SEGALLEN, 1996.

que tem correspondência na literatura sobre trabalho familiar no espaço rural, muito embora, recentemente também se aborde analiticamente o trabalho de cada membro. Em seus discursos, naquele contexto, aos primeiros, competiriam todas as atividades consideradas pesadas e perigosas, segundo pontos de vista que são, na maioria das vezes, compartilhados pelas mulheres, dentre as quais: tirar e descascar coco, pescar no alto-mar, fazer e tomar conta de roças, ir para a 'maré' (manguezal e estuário, onde pescam crustáceos¹⁵ e moluscos¹⁶), se assalariar ou trabalhar como caseiros ou em fazendas. Em oposição, apenas eventualmente, colhem mangaba e outras frutas nativas¹⁷. As mulheres, competiria ir para a 'maré' catar e pescar crustáceos, moluscos e peixe, confeccionar artesanato, coletar mangaba e outras frutas nativas, afazeres domésticos, cuidados com os filhos e 'ajuda' nas roças mantidas pelos maridos¹⁸.

Nessa divisão social de trabalho, as crianças (meninos ou meninas), em geral, acompanham as suas mães quando não estão na escola. Está embutido nessa prática tanto a usual 'ajuda' quanto o controle para que não fiquem 'aprontando por aí'. A proporção que crescem, no entanto, os meninos se afastam e passam a acompanhar mais o pai. Recentemente, constatamos muitos casos nos quais os jovens rejeitam participar do trabalho dos pais e ficam em casa assistindo à televisão, andando pela vizinhança ou realizando pequenos serviços nas áreas de turismo mais intenso. Esse tema tem sido abordado recorrentemente pelos pais entrevistados que visualizam uma ruptura num padrão tradicional de socialização profissional, mas também, de comprometimento de continuidade da atividade, já agravada pela crescente diminuição e privatização dos recursos naturais.

Observando e ouvindo sobre trabalhos de homens e de mulheres, constatamos que existem três tipos de classificação dos mesmos que são postos em prática: trabalhos exclusivamente de homens (tirar e descascar coco e pescar no alto-mar), exclusivamente de mulheres (artesanato, afazeres domésticos e cuidar dos filhos) e afeto aos dois a depender do contexto (demais atividades). No entanto, existem permeabilidades entre os diferentes trabalhos em situações de migração, doenças, dentre outras; inclusive, com as mulheres fazendo toda sorte de trabalho nas mesmas.

15 Siri, caranguejo, guaiamum, arahi e camarão.

16 Ostra, marisco, maçunim e sururu.

17 Araçá, cambui, murici, entre outras.

18 SANTOS, 2007; PEREIRA, 2008.

Mesmo com essa classificação, interpretamos que está em jogo a noção de que aos homens caberia prover o sustento da família e às mulheres complementá-lo, mesmo que, muitas vezes, elas aportem igual ou até mais do que eles. O conteúdo desse debate é bem conhecido na literatura¹⁹, no qual códigos de conduta indicam que produção e reprodução estão associados a homens e mulheres, respectivamente, com valores diferenciados, conforme discutido por Hirata²⁰ e com repercussões nas relações de gênero.

Tendo em conta esse quadro, o extrativismo da mangaba é associado às mulheres²¹, que se auto-intitulam de catadoras²² ou apanhadoras²³ de mangaba. As explicações usuais para essa associação são a sazonalidade da safra, os baixos rendimentos econômicos, a leveza do trabalho e a inadequação dos movimentos de levantar e abaixar para os homens. Além do mais, permite cuidar, simultaneamente, dos afazeres domésticos e do extrativismo. Grande parte das mulheres corroboram com essa divisão reconhecendo que “a pesca manda na pessoa, tem que ficar muito tempo fora de casa” e “as mangabas estão lá, perto, esperando a pessoa chegar”. Muitas delas afirmam que não fica bem para um homem ficar esperando uma safra, quando precisa de dinheiro, continuamente, para atender às necessidades da família.

Outros argumentam que apenas as mulheres têm habilidades e delicadeza para lidar com frutas sensíveis, espécie de atributo natural²⁴, escamoteando capacidades adquiridas socialmente pela repetição dos movimentos concernentes à coordenação motora fina, como analisado em outras situações²⁵.

Por todos os motivos analisados, o extrativismo parece constituir, no imaginário dos entrevistados, uma atividade secundária ou marginal no

19 MELO, 2004.

20 HIRATA, 2003.

21 A exploração da mangaba no litoral do Nordeste e Norte é realizada por extrativistas cuja maior parte é constituída por mulheres (cerca de 75%). Esse percentual pode variar a depender da região: em Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Litoral Norte da Bahia e Pará, há um predomínio quase que total das mulheres. Na Paraíba, Rio Grande do Norte e parte da Bahia (Chapada Diamantina), pode-se observar uma maior participação do homem (pela crescente demanda e valorização da mangaba), embora as mulheres dominem a atividade e possuam mais experiência. Os homens catam quando estão sem trabalho.

22 MOTA & SILVA JÚNIOR, 2003.

23 Constatações de Fernandes na pesquisa de campo realizada abril 2009.

24 SILVA, 1997.

25 MOTA, 2005.

conjunto dos afazeres daquela população. Se assim é, como explicar que 70% dos rendimentos familiares provenham do mesmo, conforme constatado em levantamento detalhado realizado nos estudos de caso tanto no Norte como no Nordeste?

Uma das possibilidades de análise para essa contradição (baixo valor social, mas alto valor econômico) reside na supervalorização das atividades realizadas pelos homens, em detrimento daquelas realizadas pelas mulheres. Assim, a maior importância social daquelas, minimiza a importância econômica dos recursos advindos do extrativismo, via trabalho das mulheres. Por outro lado, leveza e força física também se opõem retomando a noção primeira de trabalho enquanto labor²⁶. Nesse jogo, a noção de complementaridade entre trabalho de homens e de mulheres para viabilizar a reprodução social do grupo familiar supera a de oposição, como observado por Segalen²⁷ no seu estudo sobre homens e mulheres no mundo rural.

No universo investigado, as diferentes práticas garantem o exercício de papéis de homens e mulheres, complementarmente, garantindo coesão social em torno da família nuclear e o provisionamento que se arranja de diferentes modos, segundo uma lógica que se reconfigura conjunturalmente²⁸. Talvez por isso, a família seja tão reconhecida como espaço multivariado que busca fornecer apoio emocional e material aos seus membros.

4. DA COLETA AO MERCADO: ENTRE O GRUPO E A FAMÍLIA

No extrativismo da mangaba em áreas de livre acesso²⁹ coexistem duas situações que são alicerces da divisão social do trabalho que ali se põe em prática: espaço (casa e campo) e sexo (homem e mulher).

Em se tratando da primeira, há os que ficam em casa ou em outras atividades e os que vão. Muitas vezes, as catadoras deixam os filhos menores sob os cuidados dos filhos maiores. Dentre os que vão, todas preferem ir bem cedo ou de madrugada, aos primeiros raios do sol, para evitar o sol forte, além

26 ARENDT, 2001.

27 SEGALEN, 1980.

28 CANESQUI, 1988.

29 Tipos de acesso: extrativismo em áreas de uso comum, em áreas privadas, meia e arrendamento.

do que, praticando a atividade nas primeiras horas da manhã sobra tempo para “dar conta” das outras tarefas diárias. No Nordeste, outra motivação é apanhar as mangabas “de caída” (aquelas que caem naturalmente) antes que os animais comam e para colherem as “de vez” (aquelas em estágio intermediário entre verde e maduro) antes que outras catadoras o façam. “Outras” aqui, significa alheio ao grupo de deslocamento. No Norte, as apanhadeiras não utilizam os frutos “de caída” e pelo fato de não enfrentarem concorrência no extrativismo, porque o número de apanhadeiras é bem menor do que o que seria necessário para haver disputas. Por isso, ainda não se registra nenhum tipo de concorrência e, portanto, de desvalorização recíproca.

Em se tratando do grupo de deslocamento, há uma intimidade entre relações familiares, de vizinhança e de camaradagem daqueles que combinam e partilham uma caminhada para as áreas que têm plantas com frutos a serem coletados. Muito embora exista esta harmonia, os diferentes grupos rivalizam quando se trata do acesso aos frutos.

Arranjos variáveis se instituem segundo a distância e o isolamento da área que influenciam na participação, ou não, de crianças tanto pela idade, quanto pela distância da escola. Na maioria dos casos, o deslocamento é coletivo, com o grupo constituído apenas por mulheres e crianças (meninos e meninas) e significa uma ocasião propícia para conversas amenas, trocas de informações e narrativa de casos. Mais frequentemente no Norte, há ocasiões em que toda a família: pai, mãe e filhos vão juntos. Nesses casos muitas vezes é dispensada a companhia de vizinhos e amigos. O evento é eminentemente coletivo no qual o prazer da socialização comanda³⁰.

O grupo de deslocamento é substituído pelo familiar, quando as pessoas chegam na área e o trabalho de coleta inicia. Cada família³¹ se organiza de modo a coletar na mesma planta, garantindo assim, que cada um se aproprie do fruto do seu trabalho, evitando, apropriações indevidas na hora de recolher os frutos a serem levados para casa³². Além desse fracionamento, esse é o momento privilegiado da socialização para o trabalho quando as mães

30 SIMMEL, 1983.

31 Conceitualmente, família é um termo polissêmico que designa, tanto os indivíduos ligados pelo sangue e pela aliança, como a instituição que rege esses laços (Segalen, 1996, p. 20).

32 Isso porque os frutos são inicialmente derrubados e, posteriormente, apanhados. Duas famílias trabalhando na mesma árvore criaria a dúvida: que frutos nos pertencem? Que frutos pertencem ao outro?

ensinam, na prática, os filhos menores. Observar para diferenciar frutos verdes de maduros, retirar frutos corretamente, reconhecê-los pela cor e textura, não quebrar galhos e nem arrancar folhas indevidamente, fazem parte do roteiro de ensinamentos entre uma planta e outra. Muitas crianças, quando vão ao campo, sobem nas árvores, pois são menos pesadas que os adultos, e derrubam as mangabas para que as mães catem. Outras vezes, são as mães que sobem nas árvores e as crianças recolhem. Como em outras atividades familiares no espaço rural, as crianças se alternam entre as brincadeiras e a iniciação para o trabalho, ainda não sendo delimitado o que concerne a meninos ou meninas até a pré-adolescência.

A divisão do trabalho ali se organiza segundo a família e no interior desta, a partir da experiência compartilhada entre adultos e crianças. Apesar desses modos simultâneos de trabalho e socialização, não são raras as ocasiões, nas quais mulheres adultas se deslocam sem seus filhos e realizam o trabalho individualmente, mas num dado território que está sendo partilhado por um grupo. Minoritariamente, constatamos o trabalho de homens na coleta, atuando principalmente nas áreas distantes (RN, BA, PA) e representariam uma ameaça às mulheres. Nestas situações, não há discriminação dos mesmos que utilizam bicicletas e burros para transportar os frutos. Provavelmente, as distâncias e o imaginado perigo às mulheres, qualificam essas atividades como adequadas aos homens. Ali, eles fazem as mesmas atividades que as mulheres, mas normalmente não se fazem acompanhar por crianças por não constituir parte do seu papel socializá-las profissionalmente nesta tarefa.

Observando os dois tipos de inserção no extrativismo, concordamos com Segalen: "Existe pois uma hereditariedade dos modelos de trabalho, tal como existe uma hereditariedade dos modelos de fecundidade"³³.

Ainda quanto à coleta, coexiste uma harmonia nas caminhadas e uma certa concorrência nas áreas. Cada um escolhe a planta ou área com a qual já tem um certo hábito, que já conhece. Cada grupo familiar vai tentar cumprir a sua tarefa o mais rápido que puder e com acesso ao maior número de frutos. Nenhum acordo é negociado e cada família é livre para percorrer as plantas que estejam disponíveis. E, claro, no auge da safra, quando é maior o oferta do produto, o número de plantas visitadas é menor.

33 SEGALEN, 1996, p. 226.

Quanto mais próximas as áreas extrativistas dos espaços de residência, maior a frequência de mães acompanhadas pelos seus filhos, influenciando na maior intensidade do repasse do saber-fazer pela oralidade e demonstração. Relações de amizade entre pessoas, sem crianças, podem estar associadas a campos próximos, como também, a campos distantes em que as famílias com crianças não vão.

O processo de coleta dos frutos se revelou, em todos os casos, como um espaço privilegiado de iniciação para o trabalho, particularmente, para as meninas que se socializam nos papéis das suas mães. Em muitos casos, tem sido um meio de reforço à coesão social pela intensificação do contato nos caminhos de ida e volta

Nos casos, em que há escassez de frutos, esse entrosamento arrefece e há uma exacerbação da atividade individual: as catadoras saem cedo das suas casas, acompanhadas ou não de familiares, para coletar nas melhores plantas. Recentemente, registraram-se casos em que frutos verdes foram coletados e repassados para os intermediários, com prejuízos para todos, inclusive, os consumidores que comprarão frutos que não amadurecerão. Essa situação tem gerado conflito entre as próprias catadoras e foram identificadas exclusivamente no Nordeste. Analisamos que não se verifica no Norte pelo fato de ainda não existir desequilíbrio entre oferta e demanda nesse estado.

Em outros, no entanto, se estabelece como arena de acirramento dos conflitos pelas disputas em torno das plantas com o consequente esgarçamento do tecido social. Elemento central nas duas situações é a oferta do recurso.

Constatam-se comportamentos particulares das catadoras quando comparados aos homens, suficientemente característicos, a ponto de se poder falar de uma cultura feminina³⁴ no extrativismo da mangaba. Essa cultura se observa nos temas tratados naqueles espaços. Ali, não só tratam dos temas relativos aos filhos, mas também aos companheiros, às questões domésticas, etc. Não é à toa que autores observam que a identidade das mulheres no universo do trabalho não se constitui especificamente por aquela atividade. O processo inverso também se dá e acontecimentos passados, no decorrer do extrativismo, fazem pauta das conversas entabuladas na residência.

Da mesma forma que a coleta dos frutos nas áreas, a atividade de pós-colheita é estritamente familiar, mas doméstica, muito embora não seja

34 SEGALIN, 1996.

privada. Observa-se o oposto da concorrência praticada no campo. Nessa lógica, pode se dar na frente da casa, no quintal ou na cozinha. Sob o comando dos adultos (normalmente, a mãe), jovens e crianças executam atividades de lavagem dos frutos e encapotamento³⁵ (que, a depender da região, possui outras denominações, como empacotamento, empalhamento, enforamento, etc.) conjuntamente.

Esse é um tipo de sintetização das atividades de campo anteriormente realizadas, envolvendo todos aqueles que estejam presentes em casa no momento de chegada dos frutos. Uma divisão do trabalho muito sutil é posta em prática com os adultos (normalmente as mulheres, mães) organizando as estruturas (cestos, caixas ou baldes) que serão preenchidas pelos frutos lavados, enxutos e envoltos em tecidos velhos, papel ou folhas. Da mesma forma como as mulheres estruturam a casa para acolher os seus, elas replicam esse gesto no cuidado com os frutos entendendo que ali encontra-se, simbolicamente, parte dos alimentos a serem consumidos pelos acolhidos.

Em geral, todos os membros da família presentes na residência participam da pós-coleta (em menor proporção os homens adultos), mas de forma flexível. Esse é o momento, no qual é feito um balanço do que foi coletado e, com isso, é previsto qual a estratégia de venda dos frutos. Algumas vezes, a depender do volume ou da ausência dos demais membros da família, essa é uma atividade que se dá individualmente. Por todos esses arranjos não demandar força física, ser feita na sombra e poder ser interrompida a qualquer momento, é considerada uma atividade leve, e por isso mesmo, não considerada como trabalho. É assim atribuído à mulher.

Em alguns casos, pequenas quantidades das frutas são destinadas a um membro específico da família, normalmente criança ou jovem, para que ele adquira um objeto (tênis, calça jeans, camisetas, etc). Nesses casos, há uma valorização da sua participação em todas as etapas. Com isso, todo o processo, desde a ida ao campo até o recebimento da venda dos frutos, é vivenciado. É

35 O processo de encapotamento consiste da lavagem do fruto, após a colheita. Em seguida são colocados para enxugar sobre um pano seco, logo depois são colocados em baldes revestidos com papel e cobertos também com papel ou pano de tecido. Após três dias, os frutos têm completado o seu amadurecimento e estão prontos para serem comercializados. Apesar de todos esses cuidados, a chamada mangaba "de capota" não alcança valores tão elevados no comércio e nem é tão saborosa como a mangaba "de caída", embora seja muito importante para a agro-indústria que as prefere em detrimento da "de caída", por serem resistentes ao transporte e ao beneficiamento. (Santos & Mota, 2006)

um modo de socialização que sintetiza todas as práticas com compensação individual, parte de uma estratégia de individualização e preparação dos jovens para uma vida futura mais calcada em vínculos familiares fortes. Apesar de toda essa construção, os jovens têm sentimentos antagônicos a essas práticas em alguns espaços, negando-se a vivenciá-las. Como isso, repercutirá nas suas inserções ocupacionais, atitudes para o trabalho e na tradição da atividade com a ruptura entre ocupações de pais e filhos é uma questão a ser investigada.

Se nas atividades de coleta e pós-coleta o trabalho familiar é a base das mesmas, inclusive com um ordenamento de atividades que, gradativamente, inserem ocupação dos jovens, a comercialização é seletiva e apenas os adultos participam. É uma atividade que implica no manuseio de dinheiro e, na maioria das vezes, no contato com estranhos em espaços externos ao universo do interconhecimento. Quando realizado no próprio local de residência, implica também em administrar negociações de quantidades e preços com intermediários.

Mas a situação “meu marido me ajuda” se dá apenas naqueles casos em que as mulheres ultrapassam o previsível na venda das frutas e agem como intermediárias comprando das demais e realizando diferentes ações de deslocamento e contatos. Nesses casos, raros, participar da atividade na condição de ajudante não parece significar nenhum demérito pelo fato de também estar associada à proteção da mulher no espaço externo, responsabilidade tradicionalmente atribuída a eles.

É perceptível que atuar no espaço público encoraja os homens. Isso nos faz pensar que, inadequado para eles, é o ato em si de praticar o extrativismo da mangaba e não a etapa posterior, na qual “ajudam” as suas esposas sem constrangimentos. A idéia de que a esfera feminina situa-se no mundo doméstico privado, da produção de valores de uso para consumo do grupo familiar, da reprodução da espécie e dos cuidados com os mais velhos tem realidade no grupo investigado. As mulheres também predominam na venda da mangaba, seja no comércio com os denominados atravessadores, diretamente aos feirantes, nos mercados, nas ruas ou nas margens das estradas. Em oposição, o espaço público como atribuição masculina ainda se evidencia predominante, mas não restam dúvidas de que as mulheres também almejam novos papéis, mas apenas uma minoria, os vive.

5. CONCLUSÕES

As principais conclusões mostram que existem diferenças importantes no extrativismo da mangaba nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, dentre as quais: a disponibilidade do recurso natural (abundante na primeira e escasso na segunda); a qualidade da relação entre as catadoras e apanhadeiras de mangaba (conflituosa no Nordeste e sem problema no Norte); a estrutura da cadeia produtiva (com diferentes atores, intenso processamento da fruta e alto valor comercial no Nordeste e com poucos atores e quase nenhuma agregação de valor no Norte) e o consumo (intenso no Nordeste e localizado no Norte).

Não obstante todas as diferenças, o trabalho de homens e de mulheres no extrativismo da mangaba nas duas regiões aporta recursos que se complementam para a reprodução social das suas famílias. Nestes termos, arranjos que privilegiam a complementaridade das atividades e, conseqüentemente, dos rendimentos, são postos em prática. Opções não estritamente econômicas orientam as estratégias, como por exemplo, os homens não se dedicarem ao extrativismo da mangaba, pelo fato de ser considerada uma atividade de mulheres que poderia colocar em questionamento até a masculinidade pelo exercício de movimentos impróprios, sazonalidade, mecanismos de socialização atribuídos às mulheres, dentre outros aspectos.

É noção corrente que os recursos aportados pela venda da mangaba se destinam ao complemento do essencial à sobrevivência da família, muito embora, levantamento quantitativo mostre o contrário. Com isso, discursos reforçam papéis construídos tradicionalmente, muito embora as práticas, os desconstruam.

Reflexos nas hierarquias e no sistema de posições ocupadas pelos diferentes membros da família estão em questionamento, com a valorização da fruta no mercado regional, o reconhecimento da importância das mulheres na comercialização e a rejeição dos jovens à participação no extrativismo.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. As reservas extrativistas e o valor da biodiversidade in: ANDERSON, Anderson et al. (orgs). **O destino da floresta**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Curitiba: Instituto de estudos Amazônicos e Ambientais; Fundação Konrad Adenauer, 1994. 276p.

ARENDDT, H. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

CANESQUI, A. M. Antropologia e alimentação. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v.22, n.3. 1988.

CANTARELLI, J. Construindo a vida: homens e mulheres em família e a qualidade de vida de camponeses em uma reserva ecológica. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R. (orgs.). **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2006. p.279-299.

CARNEIRO DA CUNHA, M. Populações tradicionais e a convenção da diversidade biológica. **Estudos Avançados**, v. 13, n. 36, p.147-163. 1999.

CORNFIELD, D. Tendencias mundiales recientes en la sociología del trabajo. In TOLEDO, Enrique de La Garza. (Coord.). **Tratado latinoamericano da sociología**. Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial; Mexico: Universidad Autónoma Metropolitana, 2006. P. 122-132.

De OLIVERIA, O.; ARIZA, M. Trabajo femenino en America Latina: un recuento de los principales enfoques analíticos. In: TOLEDO, E. de La G. (Coord.). **Tratado latinoamericano de sociología del trabajo**. Mexico: El Colegio del Mexico/ Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales/ Universidad Autónoma Metropolitana/ Fondo de Cultura Económica, 2000.

EMPERAIRE, L.; LESCURE, J.-P. Uma abordagem ecológica comparativa. In: EMPERAIRE, Laure (org.). **A floresta em jogo: o extrativismo na Amazônia Central**. São Paulo: UNESP. 2000.

GARCIA, B.; de Oliveira, O. La familia y el trabajo: principales enfoques teóricos e investigaciones sociodemográficas. In TOLEDO, Enrique de la Garza. (Coord.). **Tratado latinoamericano de sociología**. Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial; México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2006. p. 148-170.

HIRATA, H. Apresentação à edição brasileira. In: MARAUANI, M.; HIRATA, H. (Orgs.). **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. Trad. Clevis Rapkiewicz. São Paulo: SENAC, 2003.

HIRATA, H.; Kergoat, D. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: MARAUANI, M.; HIRATA, H. (Orgs.). **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. Trad. Clevis Rapkiewicz. São Paulo: SENAC, 2003, p. 111-123.

HOMMA, A. K. O. **Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e oportunidades**. Brasília: Embrapa-SPI, 1993. 202 p.

MELO, L. A. de. Relações de gênero na convivência com o Semi-Árido brasileiro: a água para o consumo doméstico. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R. (orgs.). **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2004, p. 173-191.

MICHELAT, G. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em sociologia. In: THIOLENT, Michel (org.). **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis 1982, p. 191-212.

MOTA, D. M. da. **Trabalho e sociabilidade em espaços rurais**. Fortaleza: Banco do Nordeste, Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2005.

MOTA, D. M. da; Schmitz, H.; SILVA JÚNIOR, J. F. da. O extrativismo em tempos de globalização. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, 13, Recife. **Anais...** Recife: SBS, 2007.

MOTA, D. M. da; SILVA JÚNIOR, J. F. da. Populações tradicionais e formas coletivas de gestão das áreas de ocorrência natural de mangabeira. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 22, n. 2, p. 225-233, jul/dez. 2003.

PEREIRA, E. O. **Extrativismo da mangaba (*Hancornia speciosa* Gomes) no povoado Lagamar, Pirambu – SE**. 2008. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – UFS.

SAHLINS, M. D. **Sociedades tribais**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1983.

SANTOS, J. V. dos. **O papel das mulheres na conservação das áreas remanescentes de mangabeiras (*Hancornia speciosa* Gomes) em Sergipe**. 2007. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – UFS.

SANTOS, J. V. dos; MOTA, D. M. da. Uso e Conservação dos remanescentes de mangabeira por populações tradicionais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 46, 2006. Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: UNIFOR, 2006. (CD-ROM).
SARACENO, C. **Sociologia da família**. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

SEGALEN, M. **Mari et femme dans la société paysanne**. Paris: Flammarion, 1980.

SIMMEL, G. Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal. In: MORAIS FILHO, E. de (org.). **Sociologia: Simmel**. São Paulo: Ática, 1983. (Coleção os Grandes Cientistas Sociais).

CONTROLE DA NATALIDADE DE FAMILIAS CAMPONESAS E ESTABILIZAÇÃO DAS FRENTES PIONEIRAS NA AMAZONIA ORIENTAL BRASILEIRA¹

Xavier Arnauld de Sartre²

Hélène Guétat-Bernard³

Gutemberg Armando Diniz Guerra⁴

“O corpo das mulheres e suas potencialidades são uma promessa do desenvolvimento”

Labrecque, 2000

-
- 1 Este texto se integra em dois programas de pesquisa. O primeiro é o Zone Atelier de pesquisa sobre o desenvolvimento, CNRS, Programa Desenvolvimento, Vida e Sociedades, “Ambiente e Desenvolvimento em Frente Pioneira Amazônica : estudo de lugares e experiências para uma coevolução da agricultura familiar e seu ambiente” conduzida conjuntamente por equipes do IRD, do INRA-SAD, do CNEARC, da Universidade de Toulouse Le Mirail e da Universidade das Antilhas-Guiana pelo lado francês e a Universidade Federal do Pará através do Núcleo de Estudos Sobre Agricultura Familiar – NEAF, pelo lado brasileiro. Integração no eixo 2 sobre a compreensão das sociedades e dos modos de construção dos territórios em situação de frente pioneira (temática sobre as mobilidades em ligação com o INRA-SAD, de Toulouse. Laurence Granchamp Florentino (Socióloga ligada à Universidade de Paris X, Nanterre) é igualmente integrante do programa Zone Atelier e, a este título, participou da reflexão científica e participou em algumas entrevistas utilizadas neste artigo. O segundo é o Programa PREMIER, MAE, “Novas competências para a inovação localizada e o desenvolvimento sustentável em territórios rurais. Projeto de Cooperação Franco/Argentino/Brasileiro em nível de Mestrado”.
- 2 Geógrafo, Pesquisador do Centre National de Recherche Scientifique Unité Mixte de Recherche Société Environnement Territoire Université de Pau - France
- 3 Geógrafa e Sócio-economista, MCF, UMR Dynamiques Rurales, Université de Toulouse 2
- 4 Socioeconomista Professor e pesquisador do Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar Universidade Federal do Pará - Brasil

RESUMO

Combinando trabalhos de campo realizados em dois momentos e espaços diferentes, mas no mesmo contexto, no Sudeste do Pará e Transamazônica paraense, na primeira década deste milênio, constataram-se alterações significativas nos padrões estruturais de famílias camponesas que merecem aferição e análise. Migração de outras regiões do país para a Amazônia, estabilização da frente pioneira, estratégias diferenciadas da relação com o espaço vivido campo-cidade, relação escolaridade e controle da natalidade, recorrente gravidez precoce, diminuição do número da prole, transformações no uso da mão-de-obra e divisão sexual do trabalho são alguns dos elementos que ressaltam-se do estudo e merecem atenção neste artigo.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; reprodução social; representação social; lógica camponesa; divisão do trabalho.

ABSTRACT

Matching the field research results obtained in two distinct moments and spaces, under the same context in Southeastern Pará and Pará's Trans-Amazonian region during the last decade of the 20th century and the first decade of this millennium, it has been evidenced significant alterations in structural patterns of the peasants' families, deserving gauging and analysis. The migration configuration from other areas of the country to the Amazonia, the stabilization of the pioneer fronts, differentiated strategies regarding the rural-urban space, complex forms of inter-managerial peasant reproduction, birth control and education relations, recurrent youth pregnancy, decrease in number of descendants, transformations in the use of manpower and sex division of the workload are some of the instigated elements highlighted from the data used in this research that have earned attention in this article.

Keywords: Family Agriculture; social reproduction; social representation; peasantry; work division.

1. DOMÍNIO DA FECUNDIDADE E AVANÇO DA FRENTE PIONEIRA NÃO SE EXPLICAM POR SI MESMOS

Entre os elementos do contexto da ação, as estratégias executadas pelos pequenos agricultores familiares cumprem um papel importante na dinâmica de colonização da floresta amazônica, particularmente em momentos cruciais do ciclo de suas vidas como os tempos de divisão dos grupos domésticos. São tempos reveladores das relações entre sexo e gerações (Segalen, 1996:38). Sabe-se que o avanço das frentes pioneiras se faz mais frequentemente pela migração de uma família já presente em uma área antiga para uma área de colonização nova. Três tipos de fatores explicam estas migrações: fatores sócio políticos que fazem dos agricultores familiares os perdedores das relações de forças mobilizadas pelos grandes proprietários à procura de terras desmatadas para estender seus domínios; fatores agro-econômicos, segundo os quais os agricultores que revendem suas terras o fazem porque podem realizar uma boa renda fundiária implantando um sistema de criação racional em termos de rendimento do trabalho; fatores sociais, que fazem da migração uma necessidade para transmitir a seus filhos, no contexto fundiário e agro-econômico acima esboçado, a condição de camponês (proprietário ou posseiro de terra instalado perto de sua família). Ora, segundo esse terceiro tipo de explicação, o número de filhos por família é um elemento essencial para a decisão de migrar. Com efeito, é porque eles têm numerosos filhos que os agricultores não podem ficar na mesma terra sem fazer as transformações profundas de seu sistema de cultura (que ninguém está em condição de acompanhar de maneira sistemática), nem de comprar, em um contexto em que a terra custa muito caro (em relação à renda dos agricultores), quantidades suficientes para reparti-la entre todos os seus filhos (Não é raro encontrar famílias de 10 filhos). Constatar uma baixa do número de filhos por mulher é desde então um dado importante para a compreensão da dinâmica das frentes de colonização.

Sustentar uma abordagem geográfica sobre esta baixa nos leva classicamente a multiplicar as escalas sociais e espaciais de compreensão do fenômeno. Podemos então lembrar a concordância de interesse, durante os anos 1970 em que o domínio do espaço amazônico era vivido como uma

aposta política maior, entre as lógicas de ocupação/possessão do espaço por pequenos camponeses do sul ou do nordeste do país e aquelas do governo militar: a forte fecundidade das famílias camponesas e seu desejo de instalação se inscrevem tanto nas lógicas de reprodução do modelo camponês quanto nas lógicas do Estado. Depois dos anos 1980, a introdução do tema da sustentabilidade no discurso político coloca de forma mais ambígua o debate sobre a fronteira a conquistar. De uma parte, ambiguidade de confronto entre os diferentes níveis de ação e de outra parte, entre as lógicas sociais de reprodução das famílias camponesas e esta nova proposição de associar instalação e deveres para com o meio natural.

Uma visada em escala variada sobre estas lógicas nos obriga também a considerar as interdependências entre as sociedades camponesas das frentes pioneiras e a sociedade nacional urbana. Entre as características que serviram para descrever o modelo camponês, tais como “inventadas” pela sociologia francesa do pós-guerra (Mendras, 2000), aquela da “autonomia relativa da coletividade local em relação a uma sociedade envolvente que a domina e respeita sua originalidade” já foi explicada. É exatamente nesta relação entre modalidades rurais e urbanas da reprodução das famílias que vamos tentar encontrar elementos de compreensão ao fenômeno considerado.

Enfim, a redução da natalidade e o domínio da fecundidade feminina sendo certamente um objeto do poder maior (Héritier, 1996), ela é particularmente reveladora de mudanças de papel das mulheres nos casais e, mais que isso, de um questionamento sobre o futuro das relações tradicionais entre a exploração agrícola, a família camponesa e a terra que ela explora no contexto das frentes de colonização estudadas. O artigo testemunha, assim, uma grande diversidade de situações porque essa queda de fertilidade não é (ainda) uma generalidade; ela não ocorre sem conflito; ela não se inscreve em um movimento regular (em particular, as maternidades precoces, fora do casamento, são frequentes).

Finalmente, no debate sobre a sustentabilidade e a boa gestão dos recursos naturais, mostramos que temos um argumento singular no debate sobre o avanço da frente de colonização.

2. A REDUÇÃO DA NATALIDADE NA AMAZÔNIA: INTERPRETAR UM FATO COMUM E MASSIVO

2.1. Os dados numéricos do contexto

O Brasil é um país que, globalmente, se situa em estágio intermediário de sua transição demográfica: a taxa média de fecundidade é, por exemplo, de 2,38 filhos por mulher, o que o coloca em 75ª posição mundial. Esta taxa tem tendência a baixar regularmente porque a taxa de fecundidade da população brasileira teria passado de 2,89 a 2,38 filhos por mulher entre 1991 e 2000.

Mas no Brasil, mais do que em outros lugares, esta situação global esconde situações muito desiguais segundo a região, a localização da moradia em relação à cidade ou o nível de escolaridade atingido. Ora, as frentes pioneiras concentram a maior parte dos fatores induzindo a uma forte fecundidade: a região Norte é aquela em que se mantêm as taxas de fecundidades mais elevadas (3,16 filhos por mulher em 2000), enquanto que nesta mesma região a zona rural mantêm taxas da ordem de 4,65 filhos por mulher – o que corresponde à média das taxas de fecundidade dos municípios das frentes pioneiras.

Se, de uma maneira geral, a Região Norte⁵ tem taxas de fecundidade superiores àquelas do resto do Brasil, nota-se que ela tem tido quedas mais rápidas que aquelas do resto do país (excetuado o Nordeste). O estado do Pará, no qual se situam as frentes pioneiras, as taxas de fecundidade baixam da ordem de 25% no período 1991-2000. Se não se dispõe de dados oficiais sobre os municípios da frente pioneira quanto a esta queda, ela já foi assinalada no fim dos anos 1980 por Philippe Hamelin (1992), depois por Philippe Léna e Isolda Maciel da Silveira (1993). No início dos anos 1990, as taxas de fecundidade passariam de 8,5 a aproximadamente 5,5 filhos por mulher. Depois esta baixa teria continuado. Um recenseamento sobre uma amostra aleatória de uma família sobre 10 feita em 1997 pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Região de Altamira nos municípios de Altamira e Anapu confirmava esta queda da fecundidade. Associando os dados de Philippe Hamelin e do STR de Altamira, pode-se construir para o ano de 1997 o quadro seguinte:

5 A Região Norte corresponde à unidade de medida estatística recobrando o miolo da região amazônica. Esta região tem sofrido fortes transformações territoriais devidas à criação de novas entidades administrativas (logo estatísticas) de base, os municípios. Isto torna muito difícil o acompanhamento das evoluções de um recenseamento a outro.

Quadro 1. Redução da fecundidade nas frentes pioneiras em 1997

Idade	Nascidos entre 1935 e 1942	Nascidos entre 1943 e 1947	Nascidos entre 1948 e 1952	Nascidos entre 1953 e 1959	Nascidos entre 1960 e 1964	Nascidos entre 1965 e 1969	Total
Nº de mulheres	26	26	39	58	76	43	268
Nº médio de filhos	6,8	6,84	6,17	5,91	5	4,22	5,63
Fecundidade estimada por Harrelin, 1992	8,5	7,2	6,9	5,6	-	-	6,7

Fonte: LAET-STR Altamira, 1997. Zoneamento participativo dos municípios de Altamira e Anapu.

De nosso conhecimento, nenhuma pesquisa de envergadura foi realizada depois dessa nos municípios da frente pioneira, e não existe nenhuma razão para supor que a situação tenha se modificado. Ora, este fenômeno é tanto interessante quanto estreitamente ligado ao avanço da colonização. Sabe-se, de uma maneira geral, que as taxas de fecundidade constituem, para as Nações Unidas, indicadores do desenvolvimento sustentável. Se o malthusianismo latente que se esconde atrás do caráter generalizado desta constatação merece ser criticado, parece que a situação das frentes pioneiras amazônicas depende em parte das taxas de fecundidade (Arnauld de Sartre, 2005). Daí o interesse que ele pode ter para se compreender como se faz a redução da fecundidade, afim, eventualmente, de se estar em condições de monitorá-lo.

2.2. A redução da natalidade: um fenômeno conflituoso e não generalizado

A primeira coisa que se constata é que a redução da natalidade que acabamos de descrever esconde de fato desigualdades muito grandes conforme as famílias. Não dispomos, no momento, de estudos exaustivos sobre a situação demográfica na frente pioneira, mas a amostra que serviu de base para o nosso trabalho, composta de maneira a abarcar a maior diversidade

de situações possíveis (a partir de questionários aplicados a todas as famílias de quatro localidades da frente pioneira) permite apresentar a seguinte tipologia:

Quadro 2. Redução observada e previsível da natalidade entre duas gerações de colonos

Nome	Filhos do casal (1)			Nº de crianças na família de origem	
	Nº de filhos	Previstos a mais (2)?	Total	Esposo	Esposa
Situação ainda desconhecida mais queda importante previsível de filhos	1	?	?	6	10
	2	?	?	10	8
	1	?	?	10	?
	1	?	?	10	?
Famílias numerosas em queda limitada do número de filhos	4	1	5	7	?
	6	0	6	7	16
Família de 4 filhos com uma queda da ordem de metade do número de filhos	4	0	4	8	?
	4	0	4	7	7
Famílias de 2 a 3 filhos com uma queda considerável do número de filhos	3	0	3	7	7
	3	0	3	10	?
	2	1	3	6	7
	3	0	3	10	8
Famílias de 1 a 2 filhos com uma queda considerável do número de filhos	1	1	2	10	7
	1	0	2	7	10
	2	0	2	6	7
	2	0	2	?	7
	2	0	2	8	?
	2	0	2	7	?

1. Exceto filhos fora do casamento de um dos membros do casal

2. Estimativa feita a partir das falas dos esposos (por número de filhos suplementares previstos) ou da realização de esterilização definitiva (quando não há outros filhos previstos)

3. Fonte: Arnauld de Sartre, 2000 e 2001

Este quadro permite visualizar para algumas famílias de jovens agricultores, a maneira como se faz a redução da fecundidade em duas

gerações. Compara-se o número de irmãos e irmãs de jovens pais com seu próprio número de filhos. Observa-se então duas coisas: o caráter massivo do fenômeno. Todos os casais jovens reduzem seu número de filhos em relação ao de seus pais. Esta redução, entretanto, não é linear: casais querem limitar seu número de filhos a dois, enquanto que duas famílias contam de cinco a seis filhos. Esta situação se revela rica de ensinamentos para a compreensão dos mecanismos levando a uma redução do número de filhos. Com efeito, é na explicação de diferenças entre os casais que se pode encontrar uma chave da compreensão da redução da fecundidade.

2.3. Uma metodologia de entrevista dos esposos em separado e de diversas gerações: o domínio da alcova nos interessa, revela segredos e intimidades

A escolha dos dados que permitiram fazer este quadro acima foi a ocasião de fazer uma distinção suplementar neste mesmo quadro. Ela aparece somente nos casais em que a mulher ainda não era esterilizada, o número de filhos desejados variava consideravelmente conforme o homem ou a mulher – estas últimas desejando sempre menos que seus maridos. Depois, à medida que nosso trabalho avançar veremos que a esterilização definitiva das mulheres nem sempre foi feita com o aceite de seus maridos e veremos mais adiante ainda que se pode assistir a conflitos muito fortes em relação à redução do número de filhos. Dessa forma, os números representados nesse quadro 2 são mais um produto de consenso obtido pelo casal frente ao pesquisador do que a revelação de um planejamento rígido. Além disso, um certo número de famílias que aparecem no quadro como indecisas, não conseguiram chegar a um consenso em nossa presença.

Parecia-nos que havia uma pista a trilhar uma vez que as relações entre esposos podiam explicar o número de filhos por família. O esquema a seguir propõe uma espécie de matriz teórica das relações entre os esposos quanto à redução do número de filhos sendo completada pelas situações que observamos.

Posicionamento face a redução do número de filhos

		<i>Homem</i>	
		<i>Favorável</i>	<i>Não favorável</i>
<i>Mulher</i>	<i>Favorável</i>	1	2
	<i>Não favorável</i>	3	4

1. Redução importante do número de filhos.
2. Conflito muito forte
3. Situação não observado
4. Redução pouco importante do numero de filhos

É evidente que quando maridos e mulheres são favoráveis a uma redução do número de filhos, isto se produz inevitavelmente – a mulher faz uma ligação de trompas quando o número máximo de filhos desejados é atingido. Mas esta situação se revelou, a priori (seremos levados ao curso deste artigo a desconstruir esta afirmação) pouco esclarecedora das causas que levavam a esta redução do número de filhos. De fato os pais tinham um discurso do tipo “ter menos crianças é necessário para poder melhor cuidar” – discurso que parecia de uma lógica desconcertante para o entrevistador. Mesmo assim, as situações em que tanto homens quanto mulheres desejavam manter um número elevado de filhos se revelaram, na análise, com a mesma aparente banalidade: os discursos os justificando levavam a dizer que eles queriam ter uma numerosa descendência porque eles “amavam os filhos”.

Entretanto um fato nos parecia indicar que estes discursos são reveladores de mudanças mais profundas: quando as famílias mantinham um número elevado de crianças, observa-se que estas famílias se localizam preferencialmente em zonas de colonização nova – ou então que elas preparam uma migração para estas zonas. Inversamente, as famílias que tem poucos filhos estão instaladas, aparentemente de forma definitiva, em zonas de colonização antiga. Isto confirma a ligação entre natalidade e tempo da colonização – prova que os “gostos” ou os objetivos educativos escondem de fato posturas fundamentalmente diferentes.

São conflitos em torno não somente da gestão da natalidade mas também da oportunidade de uma migração que se revelaram os mais ricos de ensinamentos. Eles permitem produzir sentidos em dois casos e de justificar que pensando como geógrafos mobilizamos dados demográficos. É significativo que não tenhamos jamais encontrado famílias em que a mulher quisesse ter muitos filhos contra a opinião de seu marido, o que se explicaria pelo desejo firme de numerosas mulheres de reduzir sua fecundidade. Estes conflitos são particularmente marcados entre o marido e sua esposa quando se enfrentam maneiras de se representar o papel de cada um no casal e na sociedade camponesa. O conflito para a redução do número de filhos aparece então como um indicador de relações com a migração profundamente diferentes; é assim que nós o utilizaremos a partir de então.

O protocolo de pesquisa que colocamos em andamento nos permitiu encontrar separadamente o marido e a esposa para evitar ao máximo, de uma parte e de outra, as palavras sob controle, medidas. Nenhuma mulher desejou fugir de nossas exigências. Ao contrário, eles freqüentemente se tornaram francas conosco, satisfeitas que nos dirigíssemos a elas, ainda que pobres e mulheres. Esta opção não se justifica por ela mesma, pois na história do desenvolvimento, a palavra pública, aquela a quem a sociedade dá sentido e eficácia, foi sempre aquela dos homens chefes de família. Os antropólogos têm particularmente mostrado, ao contrário, que se boa parte do conhecimento não pode ser recolhido senão junto aos homens, o acesso pelas mulheres permite evidentemente completar e detalhar a compreensão de toda a sociedade (Dupuis, 1999:30), ou seja, lhe dar um novo sentido. Fechar-se no campo masculino ou feminino, nos dois casos, provoca ignorâncias.

O fato que um grande número de mulheres (nem todas desejaram falar) se tenha aberto sobre um assunto tão sensível como a relação com o seu próprio corpo (a entrevistador mulher e homem) é também revelador em si mesmo de uma evolução de mentalidade. Esta proposição metodológica nos permitiu confrontar as posições sobre um mesmo questionamento e comparar os conhecimentos de um e outro sobre os assuntos referentes à exploração e à família. Pudemos também ver emergir questionamentos mais preocupantes para uns que para outros. Estas entrevistas semi-direcionadas, cobrindo umas sessenta famílias, foram todas gravadas, transcritas e analisadas. Elas se apresentavam sob a forma de histórias de

vida (entrevistas biográficas) em que a questão da fecundidade era tratada como um tema entre outros. Isto permite explicar a redução da natalidade observada por causas que, transcendendo o discurso sobre o amor aos filhos ou a importância de se ocupar deles, dão-lhes um outro sentido. Ora isto é particularmente o caso quando existem conflitos.

Neste sentido, nossa intuição de trabalho se revelou interessante, como foi aquela de procurar encontrar duas gerações de casais camponeses na mesma família, quando fosse possível. Foi nesta condição que pudemos compreender que em termos de domínio da fertilidade, reivindicações femininas atuais e posicionamentos masculinos favoráveis a uma redução de nascimentos podem se explicar pela sensibilidade de mudanças na geração precedente. Da mesma forma, esta abordagem revelou que conflitos acentuados entre pais e jovens adultos no início do casamento podem se explicar pelo confronto de referências a modelos familiares muito contrastantes.

3. AS DIFERENTES MODALIDADES DO CONFLITO: INTERPRETAÇÃO DO LUGAR ATUAL DAS MULHERES NA FAMÍLIA CAMPONESA AMAZÔNICA.

Para compreender as modalidades dos conflitos observados, é preciso conhecer instrumentos de controle da natalidade nas frentes pioneiras. O acesso a estes é diferenciado conforme a idade e as relações com o marido. Digamos que de uma maneira geral, existem dois pólos entre os quais se organizam as diferentes técnicas. De um lado, existe o método definitivo que consiste em realizar uma ligadura de trompas das mulheres (uma esterilização do homem é bem mais rara). Este método, legalmente proibido para mulheres de 25 anos e àquelas que tenham apenas um filho, pode se fazer na cidade, freqüentemente por ocasião de um parto. Na medida em que seja uma medida definitiva de limitação do número de filhos na família, sua aplicação é objeto de acaloradas discussões nos casais. O método que será seu oposto é aquele de um controle natural dos nascimentos, isto é sem intervenção médica, unicamente pela observação dos ciclos das curvas de temperatura. Este método, que tem a reputação de ser pouco eficaz na França, parece muito

seguido na frente pioneira, satisfatório se o casal se abstém de relações durante todo o período fértil. Tem enormes vantagens por ser acessível a todos (todas as mulheres que encontramos tinham informações sobre este método), mas tem o inconveniente de não excluir “acidentes”, voluntários ou não. Entre estes dois opostos, as mulheres podem utilizar os contraceptivos orais, mas isto demanda uma certa constância e o acordo do marido (gerenciando o orçamento, é ele quem decide sobre a compra dos contraceptivos), da mesma maneira quando o casal decide utilizar preservativos.

O ponto comum a todos estes métodos é, finalmente, de abrir a porta aos conflitos: sempre existe uma escolha a fazer que corresponde ao momento em que os interesses divergentes podem se exprimir. Isto leva a precisar, se for preciso, que as técnicas contraceptivas não passam de instrumentos a serviço de vontades que lhes antecedem;⁶ elas permitem cristalizar, no caso de conflitos, posições diferentes. Pode-se dizer que pudemos observar em nossas entrevistas, três tipos de conflitos: os dois primeiros tipos se baseiam na realização de um ligamento de trompas. O primeiro se observa quando uma mulher considera que já teve muitos filhos e quer aproveitar desse procedimento técnico para não mais procriar; o segundo corresponde a uma situação em que uma mulher não pode utilizar métodos contraceptivos menos definitivos porque ela sofre uma pressão constante de seu marido para ter filhos, o que a leva a escolher a solução de uma ligadura de trompas. O terceiro conflito, o mais trágico, se observa quando uma mulher decide utilizar métodos naturais para reduzir o número de filhos, mas se vê constrangida pelo marido a relações sexuais sem preservativo no período em que ela está fértil. Estes conflitos correspondem a três tipos diferentes de migração: no primeiro caso trata-se de famílias marcadas por numerosas migrações que a esposa não pode evitar a despeito de suas reticências ou oposições. O segundo caso corresponde a famílias em que a mulher não pode se opor a uma migração, muito recente, mas quer evitar, de qualquer jeito, uma nova. O terceiro tipo de conflito é aquele em que a esposa venceu com a sua recusa de migrar. São diferentes tipos que analisaremos através do estudo de caso.

Estes três exemplos emblemáticos permitem medir a distância

6 Os historiadores demonstraram como isso ocorreu na França burguesa e depois rural do século XVIII. Eles lembram que “a questão do por quê (da queda de fertilidade) é mais decisiva que aquela do como. O problema dos meios é subordinado àquele dos fins, mesmo se o aprendizado dos meios introduz defasagens (Bardet e Dupaquier, 1986:13).

existente, de uma parte entre o número idealizado de filhos pelo homem e pela mulher, e de outra parte pelas representações sobre a criança e seu lugar na reprodução do modelo camponês, e enfim do lugar acordado para a palavra feminina na família camponesa.

3.1. Excesso de filhos, muitas migrações ou a necessidade de uma ligadura de trompas

Um primeiro tipo de conflito opõe mulheres que já tem numerosos filhos e que desejam adiantar o fim de sua vida fértil. Estas mulheres são originárias de famílias camponesas muito clássicas, marcadas por diversas migrações sucessivas, quando os primeiros filhos chegaram à idade adulta. Elas nem sempre puderam se opor às migrações ainda que elas afirmem ter feito todo o possível para evitar a última migração. Esta correspondência não é feita no discurso e a ligação entre estes dois elementos pode ser puramente fortuito. Veremos, entretanto que os outros casos de conflito nos convidam a considerá-los como lógico, mesmo se esta lógica não se traduz por uma estratégia explícita por parte das mulheres.

Estas mulheres que não tiveram durante muito tempo acesso aos métodos contraceptivos, estavam diretamente interessadas por estas técnicas. Isto constitui, para estas mulheres, uma revolução, na medida em que é preciso que elas enfrentem preconceitos sociais e a oposição de seus maridos. As frentes pioneiras eram muito fortemente marcadas e ainda o são pelo catolicismo, e mesmo se as formas latino-americanas do catolicismo são abertas ao uso de contraceptivos (pelo menos para evitar a propagação de doenças) isto não impede que uma criança seja vista ainda como um dom de Deus. É isso que explica a fortíssima condenação, social e jurídica que se choça com a interrupção voluntária da gravidez (IVG). Ainda que proibida por lei, a IVG é possível em clínicas clandestinas, embora seja fortemente condenada nas frentes pioneiras. Neste quadro, decidir não ter filhos pode parecer uma solução contra a fé.

Desde então, quando uma mulher madura, inserida na sociedade camponesa local, afirma querer fazer uma ligadura de trompas, ela tem todas as chances de se opor à sua família. É o que se observa no caso de Conceição, mulher de quarenta anos, mãe de doze filhos:

Conceição : Foi. Foi o meu irmão. O meu marido não queria de jeito nenhum ir [procurar uma terra], por causa da vida que eu levava, o sofrimento, porque ele bebia, jogava. Tudo que a gente juntava, ele fazia tudo só para cara dele. Ai, todos ajudavam na roça, eu muitas vezes deixava os meninos na casa, só o pequeno, pra ir ajudar ele pra não tirar os meninos dos estudos. Porque eu não estudei e também não ele, só um pouquinho. Ai não tirava os meninos do estudo. Eu ia ajudar ele, 'panhar arroz, cuidar da roça. Ai, ele pegava e vendia o arroz, jogava, jogava baralho apostando, ele bebia cachaça, ia pras festas, acabava tudo ! Ai todo ano era um filho, todo ano era um filho ! ele não deixava nem eu evitar !

Entrevistadora: Não deixava ? Nem escondida?

Conceição : Eu não podia comprar, ai não tava escondida! Ela tá entendendo? Tânão, né! (interrupção) Pois é, ai esse menorzinho caçulo, tinha mais ou menos seis meses, ai meu irmão perguntou se eu queria fazer uma ligação. Ai eu disse que queria. Ai eu fui conversar com minha mãe pra ficar com os meus meninos, tinha cinco pequenos, quase de um tamanho só. Tinha quatro maior mais tinha os outros lá todos pequeninhos. Ai ela pegou e disse que não. Disse que ficava não, porque ela disse que trabalhava muito na roça, e disse que se eu ia cortar, eu ia morrer. Ai eu muito com raiva, eu falei : pois então, eu tenho que morrer um dia, eu vou ! E ela, não minha filha, não vai não ! Ai fui pra casa dela, ai ficou com os meus meninos ai eu fui embora. (...) [Isso entretanto não funciona, então ela é obrigada a comprar pilula através de sua irmã na cidade, e de usar escondida. Ele conta todas as peripécias para fazer esta ligadura].

Entrevistadora : Você perguntou pra ele porquê que ele queria ter muitos filhos ?

Conceição : Não sei não ! As vezes eu perguntava a ele

assim, ele não dizia não, porque ele não era muito irmão, só eram 5 e ele queria muito, ele, queria muito. Ai, eu não sei. Que as irmãs dele, uma tem duas filhas, a outra tem dois meninos homens e uma tem 4. Só ele que tem esse tantão. E o outro irmão dele homem tem 4, também, só.

Entrevistadora : O quê que a senhora acha, as mulheres tem direito de escolher o número de filhos que elas querem ter ?

Conceição : Eu acho que sim. Tem sim. Porque muitas vez, a pessoa... a mulher quer um tanto e o homem quer outro tanto. Mas a mulher quem vai sofrer, porque se ela vai ganhar no hospital, sendo no cezário, tudo bem, ela não vai passar nenhuma dor a não ser a dor da anestesia.

Observam-se duas coisas nesse extrato de entrevista: de início, a vulnerabilidade de uma mulher frente a seu marido. Conceição, casada com um homem do qual ela não faz um retrato agradável; não parece em condições de “parar a fábrica de fazer meninos” (Blaffer Hrdy, 2002:367). Ainda que Conceição queira fazer intervalos entre os nascimentos, ela continua dependente do dinheiro que seu marido lhe fornece para comprar os contraceptivos. Em nenhum momento aparece a possibilidade para ela controlar suas relações sexuais – e por consequência sua fecundidade.

Entretanto, e está nisso o segundo interesse desse extrato, Conceição reivindica o direito de dispor de seu corpo. As relações mãe e filha são particularmente interessantes neste momento de começar a transição. A atitude da mãe dá conta de uma internalização de uma referência à forte fecundidade como idealização do modelo familiar camponês. Sabe-se que em toda sociedade camponesa “a relação social doméstica” ensina o princípio da subordinação hierárquica da jovem filha e da mulher. Da infância até a puberdade, o ciclo da vida feminina é determinado por uma injunção da sociedade global, muda, silenciosa, calada, porque incorporada às práticas. São as mulheres – a classe das mais velhas de maneira mais ampla – que impõem às filhas papéis prescritos e daí tiram um poder socialmente legítimo sobre elas e para elas. A incorporação de um saber-fazer prático, de disposições corporais, mentais e psicológicas prepara então a uma aprendizagem mais complexa

assegurando a reprodução da sociedade (Lecarme, 1999, p. 262). A mudança se inscreve nas falhas de toda estrutura: a atitude de Conceição faz parte do distanciamento que ela faz e nos interroga sobre o momento da virada entre o aceitável e o não aceitável: em que momento as maternidades repetidas se tornam inconcebíveis. Ela se pergunta também sobre a relação com a dor tão naturalmente associada à vinda ao mundo. Estes olhares projetados se reencontram na fala das mulheres mais jovens e em particular na de sua filha que encontraremos um pouco adiante.

3.2. Uma redução forçada de número de filhos - as queixas de um marido

O segundo tipo de conflito que observamos se fez quando um casal estava no início de sua vida procriativa. Trata-se de um casal composto de um homem de 44 anos casado com uma jovem com pouco menos de 25 anos. Ela é professora primária, ensina na zona de colonização nova em que se instalou com seu marido, continuando a seguir sua escolarização na cidade. Veio para esta zona contra sua vontade principalmente porque seu marido tinha um lote em área de colonização mais antiga. Ele veio depois de ter cedido seu lote para o seu pai, a fim de poder pela migração aumentar o tamanho de sua exploração – vimos até que ponto esta situação se conforma ao modelo de reprodução camponesa. Sua esposa, não aceitou vir para esta área de colonização nova senão quando pôde obter um emprego enquanto professora. Esta migração, efetuada uma por razões referentes à lógica camponesa e por outra para obter um emprego e deixar o papel que lhe seria dado em uma família clássica, revela um conflito que explode quando da escolha do número de filhos. É o esposo que nos fala, desta vez, em termos suaves do conflito que lhe opõe à sua mulher:

Entrevistador: Você gostaria de ter outros filhos?

José: Sim, eu queria porque gosto muito de crianças. Então quando a gente pára [de ter filhos], os dois que a gente criou se tornam rapazinhos e começam a ter vergonha de nós, não

tem mais esse carinho todo, a gente sempre teve um diálogo desde pequeno, mas a gente vê que eles começam já a ter vergonha de nos abraçar, de vir em nossos braços, escondem o rosto. Eles pensam que já são adultos e fogem. E nós, a gente gosta dos filhos, de tocar, de lhes sentir, abraçar... eu sempre quis que ela não fizesse a ligadura [de trompas] para que sempre fosse possível que, se a gente resolvesse, chegue uma gravidez; não sem esperar, não uma gravidez inesperada mas uma que a gente decidiu, para que fosse possível de ter um outro filho. Mas isso não foi possível.

Entrevistador: Como você faz para planejar?

José: [Silêncio] Bom, a gente pensa assim... esse filho, Junior, nasceu logo que nós tínhamos casado depois de um ano... então a gente planejou a coisa seguinte: a gente quer um outro filho quando Junior tiver 3 anos, porque ele vai estar grande, ou 4 anos. Desta maneira ele vai poder cuidar do outro enquanto sua mãe faz as coisas da casa e vai à escola (...). Mas as vezes a gente esquece o anticoncepcional para evitar a gravidez, a gente fazia isso com a tabelinha, essa história toda, porque as vezes com o medicamento ela não se sentia bem, então a gente utilizou o método seguinte: durante o período fértil a gente devia ficar um tempo sem ter relações sexuais até que passasse esse período fértil para que não pegue barriga. E sempre a gente fez assim. Mas, bom, um dia, às vezes, a gente... porque eu sinto bem isto que eu já disse, eu sou um homem sadio, graças a Deus, porque eu sou ainda jovem, e sou um homem para uma mulher em qualquer momento (...). Então não me falta nada desse lado aí, eu sou como qualquer um que tenha 18 anos ou 14 anos. Eu me sinto assim, como se eu tivesse toda a energia de um rapaz. Sim? É por isso, eu penso que sou um homem muito forte desse ponto de vista.

Entrevistador: Então você não conseguiu respeitar a tabela, não é?

José: Ah, sim. Eu esqueci do que a gente falava. É por isso, as vezes a gente... bom, ela disse assim: "Não, a gente não pode ter relações sexuais porque senão a gente vai ter outro filho, e o outro ainda é muito pequeno, ele não pode tomar conta de outro". Mas eu disse: Mas não, você já passou o período, você perdeu a conta, você não contou os dias certos". Ela disse: "Eu sei melhor que você"; mas eu não acreditei e... eu insisti, não é, e ela, talvez para não me contrariar, ela aceitou. Então, bom... a gente enfiou o prego, um outro veio, quando Junior tinha dois anos José Neto nasceu".

Este marido nos expõe que existe em seu casal uma vontade de espaçamento e de redução dos nascimentos, ausente no caso precedente. O método utilizado é aquele do acompanhamento do ciclo. Ora, José argumenta o fato que teve um acidente que explica o nascimento de seu segundo filho mais cedo do que o previsto. O relato deste nascimento revela de um lado a insistência do marido, de outro a aceitação sob forte pressão, da mulher em manter relações sem preservativo.

Mesmo se ela (que conhecemos menos do que José) não evocou este incidente, existe uma forte suspeita de que esta pressão está na origem da ligadura de trompas que ela efetuou ao dar à luz a seu segundo filho. Sob um pretexto médico (ela sofre de náuseas nos três primeiros meses) necessário segundo seu marido e os médicos (ela tem menos de 25 anos), ela fez a ligadura de trompas... que o esposo se queixa. Pode-se duvidar das razões que ele adianta quando sabe-se que José pertence, segundo as análises, a um grupo social camponês clássico, marcado por uma forte fecundidade.

Este segundo caso mostra que a vontade de controle de seu corpo pelas mulheres não espera sempre um número elevado de filhos e que os homens são levados a compor com estas esperas das mulheres. José, camponês suficientemente típico, é obrigado a aceitar (pelo menos de fachada) as expectativas de sua esposa e sem dúvida usar de artimanhas

para contorná-las. Antes finalmente de ver esta praticar uma ligadura de trompas. Este conflito testemunha uma mudança muito profunda no seio dos casais.

3.3. O estupro conjugal ou as relações diferentes na família camponesa.

O terceiro caso de conflito se passa em um relato direto. Nós efetivamente não o pudemos gravar. Trata-se de um casal que, diferentemente dos outros precedentes, foi composto rapidamente (o que não é raro), passando-se uma semana entre o primeiro encontro e o casamento. Esta rapidez se explica, apesar de tudo, por projetos bem diferentes de um e de outro. A futura esposa, então com a idade de 16 anos, vivia em uma zona afastada da frente pioneira e era submissa à autoridade de seu pai que não a deixava ter namorados. Depois de ser reprimida violenta e fisicamente por seu pai, então ela foi obrigada a ficar em casa se ocupando de seus 10 irmãos e irmãs enquanto sua mãe trabalhava no campo. Um homem, recém chegado de uma grande cidade do Nordeste do país, chega em sua casa lhe pede um copo d'água. O rapaz tem na cabeça um projeto preciso: ele voltou da cidade para se instalar como agricultor em uma zona de colonização antiga. O cumprimento desse projeto pressupõe, segundo seus próprios termos, primeiro um casamento. A imagem dessa moça tomando conta de sua família numerosa lhe emociona e parece perfeitamente ajustada ao seu desejo. Quanto a ela, avalia que os atributos daquele homem é tudo o que ela considera de urbanidade e logo de modernidade. Maria Antonia sabe que fora do casamento sua existência social é improvável, mas esta aliança de interesses não induz a um ideal comum.

Evidentemente, este casal é particularmente desarmonioso. Os conflitos começam logo que o esposo quer partir para viver em um lote retirado na floresta. Sua mulher se opõe e ameaça de se divorciar caso eles deixarem o local onde estão instalados – o lote de seu sogro, situado próximo da cidade. O marido é obrigado a ceder, migrar sem a esposa sendo muito difícil do ponto de vista da logística e absurdo ao olhar da lógicas camponesas da migração. Depois dessa primeira derrota, é sobre outra base da família camponesa que vai se dar o conflito: o controle da natalidade. A mulher engravida logo após o casamento e diz estar arrependida. Ela decide, para continuar seus estudos,

não ter outros filhos antes de alguns anos. Seu marido inicialmente aceita, mas quatro anos depois do nascimento do primeiro filho; enquanto sua mulher se prepara para o vestibular para entrar na Universidade, o conflito explode abertamente.

A principal crise aconteceu uma noite, segundo os relatos feitos pelos dois membros do casal: o homem, que sabia que sua mulher estava fértil naquela noite, tentou manter relações sexuais. Ele foi refutado e saiu para encontrar com amigos. Sua esposa trancou-se em casa e foi se deitar. No meio da noite, o homem, bêbado, chega em sua casa e, louco de raiva por não poder abrir a porta, arromba e se joga sobre sua esposa para lhe arrancar as vestes. A cena é interrompida pelo filho do casal. Quando os dois protagonistas lembraram, em comum e separadamente, esta cena, o fizeram com palavras diferentes. Ambos reconhecem que o controle da fecundidade foi o centro da questão, mas enquanto o esposo se defende de nada ter premeditado e fala – como no caso precedente – da impulsividade e vontade de ter uma sexualidade que ele qualifica de normal, sua esposa fala de estupro. Falar de estupro no quadro de um casal estabelecido é um fenômeno suficientemente raro para ser sublinhado. Ora, a aparição desta palavra confirma a hipótese que esboçamos acima.

Diferentemente dos dois outros depoimentos, Ivanilde impõe ao seu marido o domínio de seu corpo e de sua fecundidade, sendo os dois, nestas circunstâncias, intimamente ligados. Ela confirma, em todo caso que as mulheres que têm um certo nível de educação se opõem a seus maridos e podem lhes impor, dentro de certos limites, regras de conduta. Temos aí um elemento de confirmação do papel fundamental das mulheres na redução da natalidade nas frentes pioneiras e, mais amplamente, das mudanças nas atitudes observadas. Estas mudanças são evidentemente portadoras inevitáveis de conflitos, pois colocam em jogo a ordem social. Neste domínio íntimo, mas socializado e controlado (Segalen, 1980, p.139), o modelo social exige que os desejos das mulheres sejam submissos.

4. DIFERENTES FORMAS DE CONFLITO: A HIPÓTESE DE UMA MUDANÇA SÓCIO-ESPACIAL

Os três casos estudados acima permitem estabelecer uma correlação

entre conflitos pelo limite que vem se estabelecendo no tamanho das famílias e aqueles que dizem respeito à oportunidade de migração. Se esta correlação é compreensível vista pela lógica camponesa, esta ligação merece ser esclarecida e confirmada pelos casos em estudo.

4.1. Organização de gênero e articulação dos campos de análise

Nosso enfoque (Arnauld de Sartre, 2003; Granié, Guétat-Bernard, 2005), para explicar aquilo que não se explica por si mesmo nos convida a pensar que a articulação dos campos dos indivíduos e do cotidiano obriga a uma reconsideração das ferramentas utilizadas em outros campos. Os estudos feministas nos ensinaram que a relação de desenvolvimento expressa relações de gênero nos três campos que ela se propõe a articular (Labrecque, 2000): o das estruturas da globalidade, o das organizações e das categorias sociais e finalmente aquele das trajetórias individuais, circunstanciadas e das práticas cotidianas. É trabalhando na escala local, íntima, pessoal e cotidiana das relações no seio das famílias restritas de camponeses que recolhemos estes discursos sobre o corpo, a sexualidade, os conflitos (inclusive de representações) a respeito do número ideal de filhos desejados por um e outro. Cruzar estes campos é tentar atingir as interpretações individuais de homens ou de mulheres e, segundo a posição de cada um em suas organizações sociais e espaciais. Admite-se, em princípio, que o corpo e a sexualidade podem se tornar espaços de controle e de resistência (Aihwa, 1991). Compreende-se o interesse de apreender as ligações entre o discurso sobre a fecundidade e a recondução de um novo modelo camponês da frente pioneira amazônica.

Considerando aos envolvidos no conflito em torno desta questão importante que é a redução da natalidade, pode-se traçar um quadro destas mudanças e adiantar uma hipótese quanto às modalidades de sua difusão, difusão não apenas entre localidades, entre famílias em uma mesma localidade, mas também entre o marido e sua esposa. Levantamos a hipótese de que o acesso mais fácil aos meios contraceptivos na atualidade, e em particular com soluções radicais como o ligamento de trompas, revela conflitos de representação do lugar de um e outro no casal e nas relações de trabalho no estabelecimento agrícola, mas também evolução sobre o papel das crianças

no projeto familiar. Desconfiamos, todavia, dos constrangimentos aos quais submetemos nossos interlocutores na narrativa sobre suas próprias vidas. Reconstruções *a posteriori* (Bourdieu, 1986) podem aparecer: o objetivo da redução pode ser antigo, mas a vontade de limitar o número de crianças pode ter surgido tardiamente, o que a forma de entrevista utilizada não permite compreender. Pode-se supor que se esta vontade era verdadeiramente afirmada desde muito tempo, é provável que os camponeses encontrados teriam pelo menos conseguido fazer intervalos entre os nascimentos de suas crianças e reduzir, mesmo minimamente, o seu número.

Reveladora é a tensão que separa a posição de mães e filhas. Ela parece indicar que ocorre uma reviravolta entre as gerações. As normas sociais que se reportam a um ideal de família numerosa (normas aceitas e reproduzidas tanto por homens como por mulheres que asseguravam um reconhecimento de posição enquanto chefe de família para o marido quanto de sogra para a esposa) estão fragilizadas neste momento. É particularmente flagrante a evolução das representações do piso do que seja família numerosa: de uma geração a outra o qualificativo de família numerosa passa de 10 ou 15 crianças a somente 5. Quando esta redução do tamanho da família nos foi apresentada como uma vontade do casal, as entrevistas intergeracionais revelam que esta vontade já se encontrava presente nas intenções da mãe do esposo, sem que tivesse sido possível para ela realizar o seu desejo. Seria, portanto, um movimento social progressivo que se afirma hoje. A diferença de comportamento segundo as famílias (entre uma redução sem conflito e uma fecundidade mantida elevada) revela variações em uma norma do número máximo de filhos em direção a uma brusca queda. O acesso mais confortável hoje a diversos métodos contraceptivos vem reforçar estas lógicas de redução da descendência. Ora, isso é tão evidente que esta questão parece contemporânea de uma outra mudança, aquela do lugar dos filhos nas famílias camponesas.

4.2. Estatuto dos filhos na família e trabalho feminino

A hipótese de uma mudança social permite esclarecer razões avançadas para dar conta da redução do número de filhos. Roberto nos dá uma mostra disso:

Entrevistador: E você, quer mais filhos?

Roberto: Rapaz, acho que a gente vai parar por aí. Minha mulher ainda não foi operada, eu também não, mas quatro filhos eu penso que é suficiente.

Entrevistador: É suficiente?

Roberto: Sim, eu penso que sim. A crise em que nos encontramos hoje, nós... tem gente que tem muitos filhos, mas não têm condições de dar educação escolar, de cuidar. Eu dou escola a meus filhos... e eu vou ver se eu... eu vou dar escola enquanto puder mas a gente não pode fazer tudo por eles porque não temos meios, né. Se é vontade de Deus, também...

Este discurso como outra expressão ouvida “menos filhos para melhor cuidar” justifica concretamente a redução do número de filhos e um esforço voltado para os estudos.

Os trabalhos dos historiadores sobre a idéia da infância na Europa nos têm ajudado a compreender o que observamos hoje na Amazônia. Aqueles de Philippe Ariès (1979), foram certamente os precursores pelo estabelecimento de uma correspondência da transição demográfica (na França da segunda metade do século XVIII) com a valorização do indivíduo acompanhando uma “emergência crescente da esfera do privado” (Julia, 1998 : 47) e de uma “necessidade de intimidade e de identidade” a partir de então associada a uma nova idéia de felicidade (Mauzi, 1979). Estes dois fenômenos teriam justificado uma importância crescente acordada à educação das crianças (Becchi et Julia, 1998 , p. 25), sendo isto considerado não apenas uma parte do patrimônio da família destinada a assegurar sua reprodução mas como um sujeito em si mesmo, a educação formal devendo conduzi-los a ser donos dos seus destinos.

A difusão destes novos valores culturais marcando uma mudança das normas familiares em torno da “família moderna” conheceu na sociedade rural uma difusão rápida no momento da revolução francesa e das novas regras do direito de herança, reforçando a idéia de que a vontade da redução do número de filhos também estava ligada paradoxalmente àquela “deliberada de conforto pessoal e de manutenção dos patrimônios” (Bardet et Dupâquier, 1986, p. 16). Isso estaria bem dentro dos cuidados de preservação ou de

ascensão social que a família camponesa teria restringido à sua descendência final, fragilizando, pelo acesso ao mundo urbano e às suas referências educativas, as possibilidades de reprodução do modelo camponês. “Desde que tiveram a possibilidade de alargar o horizonte de suas previsões, as famílias tentaram constituir um certo capital” (Challier, 1986, p. 76), explicando uma maneira nova de se projetar em um horizonte temporal e mesmo territorial. Na Amazônia nós relevamos, anteriormente, que esquematicamente os casais em idade de procriar, tendo uma numerosa descendência (ou que planeja ter uma) se encontram majoritariamente em zonas de colonização recente ou tem um projeto migratório para ir mais adiante da frente. Ao contrário, aqueles que têm um menor número de crianças se situam em área de colonização antiga. Mas neste último caso, sublinhamos que, no momento da entrevista, quando encontramos estas famílias, numerosas eram aquelas que já tinham experimentado uma saída do território; nós as encontramos em frentes mais recentes, confirmando novamente a ligação estreita entre uma numerosa descendência e um projeto migratório.

Nesse contexto, a redução do número de filhos, que pode ser associado como no passado europeu a um novo olhar voltado sobre seu lugar na família, e que se acompanha de uma grande atenção para a sua instrução, prepara para uma saída da agricultura camponesa (Arnauld de Sartre, 2004). Correlativamente, esta redução empurra finalmente uma certa agricultura camponesa e seus modos de reprodução para a migração. Nosso trabalho de campo mostra que o aumento médio do nível escolar é patente: enquanto raros são os agricultores maduros de mais de 50 anos que sabem ler e escrever, todos os jovens têm um nível pelo menos de escola primária. É certo que o nível das escolas rurais não é dos melhores, mas isto se constitui em uma grande mudança e vai mais longe ainda, pois se a grande maioria dos jovens têm uma escola primária na proximidade, é bem mais difícil para eles ir estudar em um colégio que exige um deslocamento para a cidade. Mas 33 % dos jovens de menos de 35 anos dos 294 de nossa amostra que terminaram definitivamente seus estudos, conseguiram estudar pelo menos dois anos no 2º grau. Observa-se, paralelamente, um aumento médio do nível de escolaridade, e estratégias concretas de ruptura com o mundo camponês.

Voltemos a nossas explicações, pois os historiadores nos ensinaram que “a amplitude das variações no tamanho dos grupos domésticos é reduzida”

no tempo longo da história europeia: É, sobretudo, falacioso pretender que só as sociedades europeias teriam, a partir do século XVI, inventado a infância e o amor materno (Goody, 2001, p. 17). Jacky Goody propõe atribuir à revolução industrial as mudanças mais significativas na estrutura das famílias quando a “dependência até então estreita entre vida familiar e economia se enfraquece” (Goody, 2001, p. 241). Mais precisamente, a oposição entre o doméstico e seu consumo com a produção e o trabalho (Perrot, 1998, p. 384) é ao mesmo tempo causa e consequência dos tumultos econômicos do século XIX. Uma figura idealizada do marido e pai assegurando sozinho a ligação com a economia mercantil toma forma neste momento. O emprego dos homens no exterior do espaço doméstico adquire o qualificativo de produtivo. Em contraponto, são reconhecidas como trabalhadoras apenas as assalariadas, enquanto que as vendedoras de pequenas lojas e camponesas são relegadas como ajudantes conjugais (Perrot, 1998, p. 191), desconsiderando o trabalho feminino e o associando à única figura da “mulher que ajuda” particularmente no campo (Verdier, 1979), dando-se relevo virtuoso ao papel de dona de casa. Este qualificativo de aquela que ajuda está sempre presente na representação que homens e mulheres dão ao trabalho feminino no estabelecimento, tanto na zona rural francesa quanto nas frentes pioneiras em que trabalhamos.

Mas a realidade dos fatos na história europeia demonstra-se de maneira bem diferente: o investimento das mulheres nas atividades qualificadas desde então como produtivas se manteve por necessidade para as classes populares e fortemente nos trabalhos da terra. Ainda que se tenha conservado a memória coletiva e apesar dos “silêncios da história” (Perrot, 1998), as mulheres continuaram a trabalhar inclusive no interior da esfera privada, desde então contraditoriamente colado como por natureza ao ideal feminino (Laqueur, 1992). Tocamos aí, nos parece, no coração da compreensão do fenômeno: é exatamente nas relações homem/mulher enquanto casais, em ligação com as mudanças nas representações de si, e de si em uma relação social, que se verificam os transtornos. A disputa nas dificuldades de gestão, tanto dentro como fora da residência, explicam um desejo e a prática de uma conduta malthusiana pelas mulheres deste tempo passado. Mistura-se, na compreensão da baixa tendencial do número de filhos por mulher na história europeia, tanto um novo olhar sobre a infância quanto um desejo que se afirma de realização pessoal e também, e talvez sobretudo, uma tensão forte entre responsabilidades

e tempo de trabalho que a evolução socioeconômica e política impõe às mulheres. Toda a ambivalência repousa sobre a impossibilidade de “separar a história do trabalho feminino da história da família, das relações de sexo e dos papéis sociais” (Perrot, 1998, p. 194). Os extratos de entrevista aqui propostos mostram bem que todas essas projeções estão misturadas com a compreensão de que as camponesas que encontramos se entregam ao seu mundo e ao lugar que elas querem ter ali. Que elas desejam se integrar no universo camponês, que tentam articular trabalho no estabelecimento e fora dele por um trabalho de professora, por exemplo, ou ainda que elas põem em execução estratégias para escapar aos constrangimentos de vida na exploração agrícola. As mulheres entrevistadas que nos revelaram seus conflitos no que concerne ao número ideal dos filhos, todas o associaram a uma tentativa de reconhecimento de sua competência e de seu tempo de trabalho.

A situação que nos revela Maria, filha de Conceição (apresentada anteriormente), é particularmente esclarecedora das mudanças que se operam. Ela é casada há sete anos com um jovem de sua idade, ele também originário de uma família de onze filhos (Conceição tem, igualmente, lembremos, onze irmãos e irmãs), economicamente mais modesta que a de Maria. Ele era um simples vaqueiro quando se encontraram. Ela se mostra como uma jovem mulher decidida que escolheu se instalar na agricultura depois de uma passagem de 4 anos na cidade. Esta instalação não é o simples resultado de seu engajamento marital. Tendo vivido a passagem pela cidade com dificuldade, ela decide voltar para o campo e se instalar junto de seus pais. Assim, ela comprou 25 hectares em seu nome, e com seu marido gerencia outros 25 que pertencem ao pai de Maria. Os créditos para a construção da pequena casa na qual vivem, perto do lote dos pais, estão igualmente no nome de Maria. Ela afirma que estaria pronta, se necessário, a ir mais adiante para obter um lote maior, quando seus filhos estiverem em idade de lhes ajudar nos trabalhos do estabelecimento. No início de sua vida, Maria nos faz entender que ela tinha projetos diferentes daqueles de sua mãe. Tensões existem atualmente na família de seus pais porque Conceição não deseja mais viver uma nova migração. Ela é muito apegada àquilo que já construiu ali (notadamente um sítio de árvores frutíferas que estão em plena maturidade e do qual ela muito se orgulha). O pai está indeciso porque dois de seus filhos mais velhos contraíram matrimônio contra sua vontade. Um outro filho rapaz deseja abandonar a agricultura e

dois são ainda muito jovens. No início da entrevista, Maria, contrariamente à história dolorosa vivida por sua mãe em razão do alcoolismo do pai, expressa firmemente a necessidade de entendimento entre os esposos.

Maria: É, isso aí, tem que entrar em acordo e a gente tem que tentar os 2 juntos combinar, se da certo, se tiver a função junto. Dá certo mesmo senão a gente larga de mão.

Entrevistador: Quantas crianças você quer ter? Quantos filhos?

Maria: Mais nenhum, era só esses 4 nosso aqui, mesmo. Deus quis levar os outros 2. Agora [é] só esses 4 mesmo.

Entrevistador: O número ideal que vocês tinham era 4?

Maria: Era.

Entrevistador: Aí vocês não vão insistir mais?

Maria: Não, só se por acaso acontecer, né, mais a gente num quer mais não.

Entrevistador: Mais você faz controle, você faz?

Maria: Não.

Entrevistador: Não tomam anticoncepcional, essas coisas?

Maria: Não, isso tá na vontade de Deus.

Entrevistador: Mais você sabe que pode controlar, que existem condições de fazer isso, vocês têm informações pra isso, pra fazer?

Maria: A gente tem.

Entrevistador: E o Raimundo acha o que?

Maria: Ele concorda que tá bom já de filho.

Entrevistador: Tá bom, né?

Maria: Hum rum.

Entrevistador: Vocês não querem ter 12 como seu pai, não?

Maria: Não, a gente num quer, não.

Entrevistador: Por que?

Maria: A gente trabalha, é muito difícil. Hoje em dia pra um pai manter 12 filhos tá difícil, difícil mesmo. Eu sei que meu pai enfrentou muita dificuldade pra criar nós, foi muito trabalho, muita dificuldade, era a coisa mais difícil do mundo a gente ver o pai porque tava sempre na roça trabalhando, em qualquer lugar pra arrumar o dinheiro pra manter a gente de alimento e manter o estudo, porque 12 filho pra manter no estudo agora tá difícil, difícil mesmo porque tá tudo caro, as coisas tão tudo caro de mais né. a gente não terminou de estudar porque, eu né que num terminei de estudar porque a gente veio pra cá aí passou esse tanto de tempo parado, aí já tava chegando a época de namorar e pronto, casei, que eu num terminei, quando eu casei meu marido num deixou eu terminar os estudos.

Entrevistador: Como o marido não deixou?

Maria: Porque ele não queria deixar, difícil, a gente com criança. Ele tinha que ficar em casa olhando as crianças porque eu tinha que estudar à noite, aí ele não queria ficar em casa com as crianças pra mim ir estudar e aí fica difícil pra gente, dona de casa, só se a gente ter muita opinião pra conseguir se num ser, aí num tem como, fica difícil pra gente, mas vontade eu tenho de terminar meus estudo mesmo e de me mudar, até agora eu to vendo um sítio, mais só se ser quando os meninos tiver grande pra ajudar um pouco.

Nesse extrato de entrevista e na sua atitude corporal quando do encontro conosco, Maria demonstra muita segurança e maturidade na sua tenacidade de gerenciar bem seu projeto de vida na terra (ela mostra orgulhosamente suas mãos calosas e fala de seu desejo de comprar um animal de serviço para diminuir seu sofrimento e participar das reuniões da associação da localidade da qual ela é membro ativo, contrariamente a seu marido). Ela se mostra como sendo inteiramente envolvida nas escolhas feitas pelo casal. Indica, além disso, que é a única condição para o sucesso conjunto do projeto familiar e do projeto do estabelecimento. Ela revela assim um engajamento que era previsível desde que morava na casa de sua mãe. Pode-se ver, então, como se articula o desejo de limitar o número de filhos e seu engajamento profissional no estabelecimento e na localidade (ela recebeu a proposta de se tornar a secretária da associação nas próximas eleições, mas pretende declinar do convite por enquanto por causa da tenra idade de seus filhos). Ela fala claramente de uma ligação entre um grande número de filhos e as dificuldades de agüentar os estudos. Ela se queixa de não ter parado mais cedo e de ter se casado muito rapidamente, ao mesmo tempo em que ao transparecer uma grande serenidade em suas propostas e atitude, ela gostaria que seu marido a deixasse seguir seu curso noturno para adultos e terminar seus estudos e educação. A escolarização tornou-se um valor essencial para o campesinato e conta muito no que diz respeito ao controle da natalidade. Além do mais, é ao mesmo tempo o lugar do filho na família e sua nova relação com a sociedade urbana através da educação, quanto o engajamento defendido pelas mulheres camponesas entrevistadas no estabelecimento ou em suas atividades remuneradas fora dele, que aparecem como elementos explicativos do desejo ou de uma real capacidade de efetivar uma redução da natalidade.

5. CONCLUSÃO: A HIPÓTESE DE UMA MUDANÇA DE CONTEXTO

A valorização da fecundidade – símbolo da potência sexual masculina, do poder gerador das mulheres (Lecarme, 1999), da benção divina, da recondução de um modelo camponês – está a tal ponto interiorizada que parece indissociável do destino das mulheres. Sua “domesticação social”

continua incerta e sua rebelião sempre ameaçadora legitimaria até violências físicas, simbólicas e imaginárias exercidas sobre elas. É isto que este artigo revela. Mas o consentimento ou a resignação inelutável (Mathieu, 1991) não existe mais nos dias de hoje. Mesmo se o poder simbólico das mulheres, positivo e negativo, inseparável de seu poder gerador, repousa em sua adesão à crença no “trabalho da mãe”, se este é apresentado como um imperativo moral categórico (Lecarme, 1999) justificando os elementos do comportamento feminino – o serviço, o sacrifício – quando nos damos tempo de interrogá-las, as mulheres camponesas não fazem silêncio e expõem os seus projetos.

Os ruralistas que se engajam no estudo da mudança social desde os anos 1960 mostraram o interesse de articulá-lo com as “estruturas das sociedades rurais que ele atinge” (Jollivet, 1968, p. 338). Neste sentido, as evoluções do contexto no qual se inscrevem as frentes pioneiras amazônicas devem esclarecer as lógicas próprias das famílias camponesas encontradas, e no seio destas lógicas, as interpretações pessoais que camponeses e camponesas fazem destas evoluções. As explicações a esta baixa brutal e rápida de número de filhos, de tal maneira brutal e rápida que todos os casais reconhecem, devem ser buriladas. É esta compreensão das interações entre as lógicas individuais, aquela dos grupos domésticos e o contexto espacial, social, econômico e histórico que deve ser perseguida. É percorrendo esta via que nos será possível compreender as relações mútuas que mantêm as mudanças demográficas que afetam os indivíduos e os grupos domésticos nas quais eles residem (Ségalen, 1996, p. 39) e as mudanças de relações espaciais. Nossa explicação poderá então se inscrever em um propósito que tentará esclarecer as ligações entre indivíduos homens e mulheres / grupos familiares de pertencimento / contexto global de ação. Nesta perspectiva, resta a aprofundar a compreensão das ligações entre a organização dos grupos domésticos e as tensões reveladas sobre as escolhas reprodutivas.

Os modelos de evolução das frentes pioneiras (ver em particular Dollfus, 1982; Albaladejo et al., 1996) nos recomendam a considerá-los como a troca de uma ordem territorial por uma outra – neste caso pode-se falar da incorporação de uma área que corresponde ao modo de organização autóctone integrando-se àquela da sociedade brasileira moderna. Desde então, é normal que pouco a pouco, as zonas pioneiras perdem certas características que lhes são próprias para se adaptar àquelas da sociedade brasileira em geral. É então

a difusão do modelo urbano que se questiona e, sobretudo, a interpretação que dele fazem as famílias camponesas, em particular nestas características de queda da natalidade, de um aumento do nível médio de escolaridade, e mais ainda de uma dinâmica de individualização centrada no desejo de realização pessoal. A hipótese de uma mudança das dinâmicas de colonização da floresta amazônica aqui se encontra fortalecida.

Se a migração era, sobretudo, considerada calcada em razões sociais referentes ao número de filhos, então o desaparecimento destas razões deveria por fim às migrações. Até o presente, a integração de uma frente pioneira ao resto do Brasil não se traduzia por uma queda na natalidade, restando esta elevada no conjunto do território brasileiro, mas a primeira começando a declinar fortemente há trinta anos, o fenômeno está em curso de difusão na frente pioneira – com o retardo característico destas regiões. Isto poderia ter consequências não apenas sobre o modo de vida camponês, mas também sobre a relação deste com a agricultura.

6. REFERÊNCIAS

AIHWA Ong, The gender and labor politics of postmodernity. *Annual Review of Anthropology*, v.120, p. 279-309. , 1991

ALBALADEJO, C, et al. La construction du territoire sur les fronts pionniers . In: _____ *Les fronts pionniers de l' Amazonie brésilienne, la formation de nouveaux territoires*. Paris: L'Harmattan, 1996. p. 247-278.

ARIES, P. *Histoire des populations françaises et de leurs attitudes devant la vie depuis le xviii éme siècle*. Paris, Le Seuil, 1979. 414 p.

ARNAULD DE SARTRE, Xavier. *Territorialités contradictoires des jeunes ruraux amazoniens : mobilités paysannes ou sédentarités professionnelles ?*, Tese (Doutorado em Géographie Rurale), UTM, INP-ENSAT, ENFA et Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2003.551 p.

ARNAULD DE SARTRE, Xavier., « Les jeunes filles des fronts pionniers amazoniens : « passeuses » du changement et négociatrices d'une nouvelle ruralité ? ». In : CAPRON, G; CORTES, G; GUÉTAT, H. (Dir.). **Liens et lieux de la mobilité: des disqualifications sociales aux renégociations identitaires et territoriales.** Paris, Belin (à paraître). 2005

BARDET, J.P ; DUPAQUIER, J. Contraception : les Français les premiers, mais pourquoi ? «Dénatalité, l'antériorité française, 1800-1914. **Communications**, Seuil, v. 44, p. 3-32. 1986.

BECCHI, E. ; JULIA, D. Histoire de l'enfance, histoire sans paroles? In : **Histoire de l'enfance en Occident: de l'antiquité au XVIIe siècle.** Paris, Seuil, Histoire, 1998. pp. 7-41. tome 1

BLAFFER HRDY, S. **Les instincts maternels.** Paris, Payot, 1999, (2002 pour la trad. Franç.). 622 p.

BOURDIEU, P. L'illusion biographique. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 62-63, p. 69-72. 1986.

CHALLIER, M. C Du malthusianisme ascétique à l'économie familiale (1680-1914). **Communications**, Seuil, v. 44, p. 71-83. 1986.

DE LAME, D. Etude de genre et développement, de l'archétype à la polyphonie. In: _____. Genre et développement. Bulletin Association Euro-Africaine pour l'Anthropologie du Changement Social et du Développement bulletin n020-déc., 2000. 200 p.

DOLLFUS, O. « Phénomènes pionniers et problèmes de frontière », In : _____. **Les phénomènes de frontière dans les pays tropicaux.** Paris: IHEAL, 1982. pp. 445-448.

DUPUIS, A. «Ego féminin chez les Nzebi du Gabon: de la norme à la marge », In : JONCKERS, D; CARRÉ, R; DUPRÉ, M.C. (Dir.). **Femmes plurielles: les représentations des femmes, discours, normes et conduites.** Paris: MSH, 1999. p. 29-37.

GOODY, J. **La famille en Europe**. Paris, Seuil, 2001. 283 p.

GRANIE, A. M.; GUETA T H. (co-dir.). **Empreintes et inventivités des femmes dans le développement rural**. Toulouse: PUM, 2005. 250 p. (Coll. Ruralités Nord/Sud).

HAMELLIN, P. Mutation au Brésil. *Vue d'Amazonie*. **Cahiers des Sciences Humaines**, v. 28, n. 4, 1992. p. 727-748.

HERITIER, F. **Masculin / Féminin: la pensée de la différence**. Paris: Odile Jacob, 1996. 332 p.

JOLLIVET, M. « Structures agraires et changement économique en agriculture » **Revue française de sociologie**, v. 9, n.3, cité par MORICEAU Jean Mare, 2002, *Terres mouvantes. Les campagnes françaises du féodalisme à la mondialisation XIIIe-XIXe siècles*. Paris, Fayard, 1968. 445 P : 227.

JULIA, D. « L'enfance entre absolutisme et lurnieres (1650-1800), In: **Histoire de l'enfance en Occident**) tome 2. Du XVIIIe à nos jours, Paris, Ed. Seuil, 1998. p. 8-119.

LABRECQUE, M.E. « L'anthropologie du développement au temps de la mondialisation In **Anthropologie et développement**, v. 124, p. 57-78. 2000.

LAQUEUR, T. **La fabrique du sexe: essai sur le corps et le genre en Occident**. Paris: Essais Gallimard, 1992. 355 p.

LECARME, M. « La « fatigue » des femmes, le « travail de la mere » en milieu populaire dakarois », In: JONCKERS, D, CARRE, R; DUPRE, MC (sous la dir.). **Femmes plurielles: les représentations des femmes, discours, normes et conduites**. Paris: Ed. de la Maison des Sciences de l'homme, 1999. 300 p.

LENA, P.; SILVEIRA, I.M. **Uruará: o futuro das crianças numa área de colonização**. Belém, UFPa - UNAMAZ, 1993. 92 p.

MATHIEU, N. **L'anatomie politique: catégorisations et idéologies du sex**. Paris: Côté-femmes, 1991. 291 p.

MAUZI, R. **L'idée du bonheur dans la littérature et la pensée françaises au XVIIIe siècle**. Paris: A. Collin, 1979. 383 p.

MENDRAS, H. « L'invention de la paysannerie: un moment de l'histoire de la sociologie française d'après-guerre », **Revue française de sociologie**, v. 41-3, p. 539-552. 2000.

PERROT, M. **Les femmes ou les silences de l'histoire**. Paris: Champs Flammarion, 1998. 491 p.

SEGALEN, M. **Mari et femme dans la société paysanne**. Paris: Champs Flammarion, 1980. 211 p.

SEGALEN, M. **Sociologie de la famille**. Paris: A. Colin, 1996. 296 p.

VERDIER, Y. **Façons de dire, façons de faire: la laveuse, la couturière, la cuisinière**. Paris, Gallimard, 1979. 347 p. (Bibliothèque des sciences humaines)

A IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA NUMA PESQUISA SOBRE MECANIZAÇÃO NA TRANSAMAZÔNICA

Heribert Schmitz¹
Aquiles Simões²

RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir uma experiência vivenciada por agricultores e pesquisadores, no processo de construção da demanda de intensificação da produção de culturas anuais como proposta à redução do desmatamento na Transamazônica. Nesta situação, o elemento-chave era a mecanização encarada pelos agricultores como a solução e pelos pesquisadores como um fator de problemas à fertilidade do solo. Os desencontros entre os dois tipos de compreensão evoluiu para uma interação em que a experimentação foi o palco de verificação das incertezas. Como resultado constatou-se que apenas através da ação comum e do tempo compartilhado no âmbito de uma pesquisa-ação apareceram os verdadeiros motivos dos agricultores e a demanda real.

Palavras-chave: Demanda social, Pesquisa-ação, Mecanização agrícola, Agricultura familiar, Amazônia.

1 Doutor em Ciências Agrárias, Professor de Sociologia, Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém-PA; Bolsista de Produtividade do CNPq; heri@amazon.com.br

2 Doutor em Ciências Sociais, Professor do Programa em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal do Pará (UFPA); aquiles@ufpa.br

ABSTRACT

The aim of this study is to discuss the experience undergone by farmers and researchers in the process of building the demand of intensification of annual cultures' production as a proposal to the reduction of deforestation in the Transamazonian region. In this context, the key element was the mechanization faced by the farmers as a solution and by the researchers as a matter of soil fertility problems. The divergency of both types of understanding evolved to an interaction in which the experimentation was the laboratory for testing the uncertainties. As a result, it has been verified that only through common action and time shared during an action research the farmers' real reasons have arisen as well as the real demand.

Keywords: Social demand, Action research, Agricultural mechanization, Peasant agriculture, Amazon.

1. INTRODUÇÃO

A maioria dos agricultores familiares da Transamazônica usa o sistema tradicional da agricultura, chamado de corte e queima, caracterizado pelo uso de uma área por um a dois anos, seguido por vários anos de pousio. Para esta forma de agricultura migratória com a rotação da área cultivada dentro dos limites do estabelecimento ocupado continuamente pelo agricultor, é usada a expressão agricultura itinerante.³ Este sistema é criticado porque provoca o desmatamento. Os agricultores familiares não são os principais causadores do mesmo, apesar de derrubarem áreas consideráveis (Fearnside, 1991; Costa, 1992)⁴.

3 A bibliografia amazônica não distingue sempre entre as duas expressões para descrever este sistema. Kitamura (1982), por exemplo, usa agricultura migratória, Walker et al. (1997) falam da agricultura itinerante. Vale ressaltar que este sistema se refere apenas às culturas anuais, enquanto no mesmo estabelecimento outras áreas são usadas de forma permanente com culturas perenes e pasto. Falta ainda uma reflexão mais profunda sobre o conceito da agricultura itinerante e a classificação das agriculturas na Amazônia. Ver também: Schmitz & Hurtienne, 2005.

4 Sobre a participação da agricultura familiar no desmatamento ainda não existe uma conclusão. Será objeto de outro trabalho.

Nestas condições, a intensificação da agricultura⁵, entendida como aumento da frequência do uso de uma determinada área, surge como uma alternativa para reduzir o desmatamento. Isso significa uma alteração profunda no sistema tradicional, que pode levar à transição da agricultura itinerante para uma agricultura permanente. Porém, segundo Ruthenberg (1980), dificilmente haverá uma situação sustentável no caso das culturas anuais nos trópicos úmidos por causa da baixa relação custo-benefício destes sistemas e os possíveis riscos com infestação e doenças de difícil controle.

A intensificação é lançada, também, por razões sociais e para economizar recursos públicos, porque o modelo de colonização da Transamazônica⁶, com lotes de 100 ha, resultou numa ocupação distante da rodovia principal com baixa densidade populacional, 2 famílias por km nas vicinais (Hamelin, 1994), com difícil acesso aos mercados e aos serviços de educação, saúde, extensão rural e altos custos da manutenção das estradas.

O objetivo do artigo é discutir o processo de construção da demanda social. De forma geral, cada atividade de pesquisa ou de desenvolvimento precisa definir a problemática que seja objeto do trabalho. Uma questão decisiva é quem define o problema. Este tema foi colocado na pauta recentemente pela pesquisa agropecuária e a extensão rural. “A identificação e priorização de demandas tecnológicas, definidas como necessidades e/ou aspirações de segmentos da clientela de P&D⁷, é fato relativamente recente na pesquisa agropecuária e tem se mostrado relevante na gestão de P&D, na

5 As expressões cultura (ou agricultura) intensiva e cultura extensiva se referem à combinação de uma quantidade de outros recursos, por exemplo mão-de-obra ou insumos, com uma determinada área de terra. Assim uma pequena área de um estabelecimento combinada com uma grande quantidade de outros recursos é entendida como cultura intensiva, enquanto uma área grande combinada com uma quantidade pequena de outros recursos é cultura extensiva. (Ellis, 1993:205-206; Dufumier, 1996:339). A intensificação pode ser entendida, também, como aumento da frequência d' uso de uma determinada área (Ruthenberg, 1980).

6 A Rodovia Transamazônica é uma estrada de chão, apresentando a sua típica estrutura de espinha dorsal formada pela rodovia principal e as suas vicinais perpendiculares a cada 5 km, muitas vezes em péssimas condições de trânsito, com atoleiros e pontes quebradas na época chuvosa e muita poeira, perigosa pela falta de visão no trânsito, no resto do ano. Nos lotes de 100 hectares, dispersos numa área que chega até 50 km de distância da rodovia principal, há, além das culturas anuais, pimenta-do-reino, café e gado, mantendo áreas de mata virgem e capoeira.

7 A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária escolheu a expressão Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) para caracterizar suas atividades de geração de conhecimentos e tecnologias e suas transformações em produtos, processos e serviços, caracterizados como inovações no complexo agroindustrial (Guimarães Filho et al., 1993:14). Alberto Duque Portugal foi Diretor-Presidente da Embrapa de 1994 a 2003.

medida em que escasseiam os recursos disponíveis” (Portugal, 1998:12). A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) introduziu o método de prospecção tecnológica para identificar a demanda de pesquisa. O Projeto Lumiar do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) previa a definição da demanda num processo dialético entre técnicos e agricultores assentados.

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Num trabalho que envolve os futuros beneficiados, a definição da demanda é o ponto de partida das atividades. A definição da demanda passa por vários passos, partindo de uma “demanda aparente” para chegar, através da “demanda negociada”, finalmente, à “demanda verdadeira”, “demanda real” ou “demanda social”. A demanda social é resultado de um processo de construção social, que envolve diálogo e negociações entre vários atores e que passa por uma ação. Podemos então constatar que a primeira tarefa dos parceiros é formular um problema comum inicial (demanda negociada), através de negociação, para, através da cooperação, garantir as transformações sucessivas da questão inicial (Darré, 1997, p. 177). Esta etapa inclui o processo de chegar, a partir do surgimento inicial de uma demanda aparente a uma primeira proposta, um objetivo de atuação, que alimenta o processo de planejamento. O problema inicial (demanda negociada) deve ser compreensível para todos os atores envolvidos. Porém, apenas depois de um processo de construção da demanda social através da ação, pode se alcançar uma compreensão mútua.

A pesquisa com vista à promoção do desenvolvimento rural pode adotar três mecanismos diferentes para identificar esta demanda inicial e formular temas persistentes: a identificação de problemas por conhecedores da realidade contexto da atividade prevista; a realização de um diagnóstico e a identificação de demandas formuladas ou aparentes, diretamente pelo lado dos clientes (beneficiados; grupo alvo). No trabalho participativo seria a própria população rural que determinaria a demanda. Entretanto, sua definição pode ser realizada também pelos outros dois mecanismos acima mencionados, através da integração igualitária dos clientes em um processo dialógico.

Na pesquisa participativa, e mais ainda na pesquisa-ação, uma dificuldade resulta da distância entre os problemas do pesquisador e os

das pessoas da prática, pois se trata inicialmente de dois projetos distintos (Avenier, 1990, citado por Casabianca & Albaladejo, 1997, p. 17): um projeto de produção de conhecimento científico, do pesquisador, e um projeto de solução de problema, dos outros atores que não têm este objetivo relacionado à ciência.

De qualquer modo, o pesquisador deve “traduzir” a demanda em temáticas científicas e as pessoas da prática devem fazer uma “tradução” das razões do pesquisador. Isso leva à coexistência de “traduções” diferentes sobre as razões da presença de cada parceiro, tornando o objeto da pesquisa um “objeto fronteira”⁸ (Casabianca & Albaladejo, 1997:16).

A demanda aparente pode ser movida por outros interesses do que supõe o seu conteúdo imediato, especialmente numa região que foi amplamente contemplada com projetos financeiros, muitas vezes, através de diferentes financiadores. O pesquisador ou agente de desenvolvimento raramente conhece a história dos projetos que têm ainda um impacto forte no comportamento do agricultor. Entre as aspirações explícitas dos produtores e as reais demandas de pesquisa ou de assistência técnica existem questões que devem ser caracterizadas a exemplo da avaliação que os agricultores fazem do que pode ser oferecido pelos técnicos. O grande desafio é ultrapassar o limite das demandas aparentes para penetrar nas demandas reais, perceptíveis e inteligíveis apenas através das interações cotidianas.

Numa parceria com organizações representativas ou em escala maior, as demandas se constroem mediados pelas lideranças destas organizações, que podem ter interesses e prioridades diferentes dos “agricultores de base”, ou de lideranças de agricultores organizados nos demais níveis de atuação: organizações no nível regional, municipal ou local.

Ao nível da agricultura familiar não faltam exemplos das falhas da definição da problemática sem articulação com os agricultores. Conto et al. (1996) descrevem mudanças tecnológicas profundas no âmbito da agricultura familiar de uma região do estado do Pará, mostrando que estas mudanças ocorreram sem a intervenção planejada de órgãos públicos e sem a intervenção ou pelo menos o acompanhamento sistemático pelas instituições de pesquisa e extensão, que nem sequer conheciam a agricultura familiar circunvizinha a

8 Objeto fronteira: um conceito utilizado para analisar objetos que se estendem por vários mundos sociais, encontrar interesses comuns e administrar problemas criados por visões conflitivas (Star & Griesemer, 1989; ver também: Sainte Marie & Casabianca, 1995).

Belém. Costa (2000:336) descreve que as culturas mais financiadas pelo crédito rural no Pará não foram consideradas na pesquisa.

A metodologia de trabalho mesclou elementos da etnografia e da pesquisa-ação. Da etnografia, pelo uso de técnicas como a observação participante, entrevistas em profundidade, análise de documentos, interação entre pesquisador e objeto pesquisado, ênfase nos processos e trabalho de campo por um longo período. Da pesquisa-ação, pela observação, análise, coleta de dados, identificação e definição de problemas em conjunto, planejamento de ações, execução, avaliação. A pesquisa-ação caracteriza-se por uma ação deliberada com um objetivo duplo: transformar a realidade e produzir conhecimentos sobre estas transformações (Hugon & Seibel, 1988, citado por Barbier, 1996, p.7). As reações provocadas pela ação podem ser importantes para a análise da situação ('diagnosticando através de intervenção'), permitindo relacionar questões técnicas às estratégias do agricultor. Como nestes métodos, o pesquisador é o principal responsável pelo levantamento de dados, se coloca a problemática entre engajamento e distância, amplamente discutida na bibliografia sobre pesquisa qualitativa (Flick, 2004; André, 1995; Lamnek, 1995; Elias, 1987). Teve-se, respectivamente, o papel de observadores e de "atores coordenadores", sendo o acesso definido por nossa função de pesquisadores. Medidas para reduzir o desvio (*bias*) causado pela predominância da visão do pesquisador foram o 'peer debriefing' e a triangulação⁹.

3. A FORMULAÇÃO DA DEMANDA

O tema da mecanização e gestão da fertilidade entrou como uma prioridade no Programa Agroecológico da Transamazônica (PAET)¹⁰ a

9 *Peer debriefing* é a consulta e conversa regular com pessoas não envolvidas na pesquisa para descobrir pontos auto-imperceptíveis e verificar hipóteses de trabalho e resultados. Triangulação é a combinação de métodos diferentes para a investigação de um fenômeno. Isso significou, na prática, o intercâmbio freqüente com outros pesquisadores não envolvidos diretamente no projeto; a discussão sistemática da situação depois do trabalho em campo; o debate sobre a posição e atuação dos atores em torno do projeto; e a realização de entrevistas com alguns dos envolvidos (Flick, 2004:237-239).

10 O PAET era o programa comum entre LAET e MPST, ambos em Altamira - PA, no período de 1993 a 2000. A pesquisa sobre mecanização e intensificação, discutida nesse artigo, foi realizada entre 1993 e 2000 e reuniu as seguintes entidades: LAET, MPST, Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar (NEAF) do Centro Agropecuário (CAP) da UFPA (Belém - PA); Groupe de

partir do primeiro seminário de planejamento realizado pelos dois parceiros, Laboratório Agro-Ecológico da Transamazônica (LAET) e Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica (MPST), com a participação de agricultores, representantes das suas organizações, técnicos e pesquisadores, no mês de agosto/93. Foi reafirmado no lançamento do Programa de Produção Alimentar da Prefeitura Municipal de Altamira que incluiu o projeto de mecanização, em outubro/93 e definido como uma das prioridades na 1ª Conferência Municipal Uruareense sobre Projetos Econômicos Alternativos, em março/94 com a participação de 400 pessoas, a maioria agricultores e lideranças rurais. A introdução da mecanização surgiu como uma proposta registrada em diversos documentos oficiais (Emater - Pará 1993; Relatório 1994), cuja finalidade era: a produção de culturas anuais por mais tempo na mesma área, reduzindo assim a intensidade de desmatamentos e queimadas e o aumento da produtividade do trabalho; a manutenção da fertilidade do solo, facilitando a incorporação de matéria orgânica e a rotação entre pastagem e culturas anuais; e a recuperação de pastos degradados.

Decisivos para a proposta de mecanização foram os técnicos locais e os políticos que queriam realizar um projeto, neste caso, uma proposta favorável à agricultura familiar e ao melhoramento da situação ambiental. Os representantes das organizações dos agricultores e até as igrejas assumiram este discurso que tinha como tema a modernização da agricultura. O interlocutor central neste assunto era um dos secretários de agricultura da região, que mostrou nos encontros um vídeo de uma outra região do país, favorável à mecanização e conseguiu lançar a proposta também em Uruará, pelo fato de ter acesso privilegiado ao prefeito.

Os pesquisadores reagiram com cautela às propostas de mecanização, pois temiam o impacto negativo sobre a fertilidade do solo. A mecanização não faz parte das práticas agrícolas da agricultura itinerante, que é considerada econômica em termos de trabalho e ecológica em termos de manutenção da fertilidade do meio¹¹ enquanto os períodos de pousio ficam mantidos por

Recherche et d'Echanges Technologiques (GRET, Paris), Embrapa Amazônia Oriental (Embrapa - CPATU, Belém - PA). Sua realização foi financiada pela União Europeia, o Projeto Integrado do NEAF, o Programa sobre Agricultura Familiar da Embrapa (código 09.0.94.006), o Programa Prodetaf da Embrapa (Código EMBRAPA 09.098.016/02), financiado pelo Banco Mundial e o Fundo de Pequenos Projetos da Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (GTZ).

11. Esta expressão é resultado da consideração que a fertilidade não é apenas uma função das características do solo, mas depende também do estoque de mata (virgem ou secundária)

suficiente tempo. Porém, quando se usa a terra por mais tempo e o período de pousio diminui, aumentam os problemas de manejo de fertilidade e de controle das invasoras. A principal razão para a introdução da mecanização é a necessidade de maior controle de infestação devido ao aumento das „ervas daninhas“ com o uso seguido por mais tempo da mesma área e da diminuição do tempo do pousio. Sem a mecanização, a mão-de-obra necessária para a capina aumenta significativamente ocasionando uma perda do rendimento de trabalho (Schmitz et al., 1991). A diminuição do pousio é relacionada à pressão sobre a terra e o aumento da intensidade do seu uso, devido ao aumento da população ou da concentração de terra. Os pesquisadores duvidaram que nesta região com baixa densidade populacional e com o plantio de culturas anuais apenas em áreas menores dos lotes de 100 ha este momento da transição já tivesse chegado. Estes questionamentos técnicos se juntaram às dúvidas sobre a existência de uma verdadeira demanda pelo lado dos agricultores.

Os pesquisadores do LAET foram desafiados pelo projeto de mecanização da prefeitura de Altamira, que iniciou em 1993 com o preparo de áreas de 5 ha em 22 estabelecimentos situados na faixa da Transamazônica, através de trator de esteira. O LAET foi convidado a participar junto aos outros órgãos envolvidos e por causa de sua abordagem participativa, não tinha como se recusar em atender a demanda formulada. Em vez de se envolver numa ação sem convicção, propôs o acompanhamento científico do projeto da prefeitura, sem compromisso com a execução, a partir do final de 1993.

Paralelamente, o LAET iniciou outra pesquisa, em março/94: levantamento das experiências existentes com mecanização na região, cujo objetivo era verificar a viabilidade econômica e ecológica da mesma. Como a maioria das experiências com a mecanização, especialmente com a tração animal, pode ser encontrada no lado oeste da Transamazônica, foi definida a região de Uruará para realizar o levantamento, fato que garantiu a inclusão de um número suficiente de propriedades com solos menos férteis correspondentes à grande maioria dos estabelecimentos da agricultura familiar da região.

Mesmo no município escolhido, foram encontrados poucos agricultores que tinham experiência com a mecanização. Dos pelo menos 3.000 agricultores em Uruará, as organizações locais identificaram apenas 9 agricultores (0,3%). Os agricultores entrevistados identificaram o problema da

que poderia ser utilizado no sistema "corte e queima", do impacto das "ervas daninhas" (ou vegetação espontânea) e da quantidade do litter.

fertilidade do solo como questão chave para a produção por mais tempo na mesma área e, por conseguinte, para a introdução da mecanização, sendo que o único método de manejo da fertilidade encontrado é o pousio. Eles ainda têm à sua disposição uma área suficiente para continuar com a agricultura itinerante. A mecanização, por estas razões, sofre uma falta de demanda e apenas é usada de maneira limitada. Foram encontrados tratores e implementos abandonados, apesar da experiência destes agricultores com a mecanização. Este quadro confirmou, em geral, as hipóteses dos pesquisadores.

A reação à restituição dos resultados que questionou a viabilidade econômica e ecológica da mecanização, na situação da maioria dos estabelecimentos da Transamazônica, foi contraditória. Em geral, sentiu-se uma certa insatisfação, na maioria dos participantes, agricultores e técnicos locais, em relação aos resultados, percebendo-se que eles teriam preferido um resultado "positivo", que apresentasse tanto a tração animal quanto a motomecanização como solução viável a ser introduzida.

Confrontados com a reação dos agricultores a estes resultados, os pesquisadores quiseram saber, porque os agricultores mostravam tanto interesse na mecanização. Começaram até a questionar a motivação dos agricultores e elaborar uma série de hipóteses. Identificaram, entre outros, o interesse de uma parte dos produtores num projeto de financiamento, outros queriam aproveitar a destoca para a implantação de pastagem, que teria também o efeito de valorização da terra (Schmitz et al., 1996). Identificaram, também, que nos seminários em Uruará, técnicos locais, em vez de assumirem o papel de facilitadores foram os defensores das suas próprias propostas, quer dizer, entraram como atores na formulação da demanda. A sistematização dos resultados por uma equipe interinstitucional não refletiu bem os debates. Os agricultores, inicialmente por ocasião da conferência em Uruará, não mostraram muito interesse na questão da mecanização. Este tema foi mencionado só por um, entre nove grupos de trabalho, porém, no documento final, aparece como prioritário (Relatório, 1994).

Não obstante os resultados da pesquisa, formaram-se grupos de agricultores em vários municípios, mostrando interesse em fazer uma experiência com a mecanização, solicitando o acompanhamento pelo LAET. Uma demanda de pesquisa emergiu e evoluiu de forma bem discutida, no município de Uruará, através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR)

e da Associação dos Pequenos Produtores de Uruará (APRUR). Apesar dos seus questionamentos técnicos, os pesquisadores decidiram atender o pedido, e em seguida foi combinado, entre LAET e MPST, fazer uma experiência prática com um grupo de agricultores interessados. O método escolhido foi a pesquisa-ação. Como não se tratou de um projeto contando com a infraestrutura necessária para garantir o acompanhamento agropedológico e agrônômico suficiente, a combinação de uma pesquisa-ação com uma pesquisa em estabelecimentos¹² (*on-farm research*) forneceria resultados mais ricos para tirar conclusões. A pesquisa contou, neste momento no início do ano 1995, com a participação de até 27 interessados, sendo da responsabilidade do STR a seleção final.

No início da atuação, existia apenas uma demanda aparente, um pedido de pesquisa sobre o tema da mecanização. Não era claro e nem formalizado pelos agricultores. Esse pedido foi mobilizado pelos técnicos (e pelos políticos), reforçado pelas organizações dos agricultores e, finalmente, assumido pelos próprios agricultores. Só a partir deste momento, se desencadeou um processo de co-construção de uma demanda social, processo que envolve negociações entre vários atores sociais (Albaladejo, 1996).

4. A CO-CONSTRUÇÃO DA DEMANDA SOCIAL

O grupo de agricultores, organizados pelo STR de Uruará e a APRUR, começou a discutir com os pesquisadores os elementos de uma pesquisa-ação em torno da mecanização, que no princípio seria realizada através da tração animal, conforme decisão tomada anteriormente, ainda sem a participação dos pesquisadores.

O objetivo desta pesquisa-ação era desenvolver tecnologias para a intensificação do cultivo de culturas anuais, com o uso da terra por mais tempo do que no sistema tradicional, utilizando métodos adequados de gestão da fertilidade do meio, de preparo da área para o cultivo e de mecanização para o preparo de solo e capina, como uma opção viável do ponto de vista técnico-econômico e ecológico para a agricultura familiar da região. Em várias reuniões foram definidos os procedimentos.

12 Propomos este termo em vez de "pesquisa em meio camponês" (Jouve, 1991) ou "pesquisa em propriedades" (Ribeiro et al., 1997) por não ser restringido ao campesinato nem à propriedade (título) do estabelecimento administrado.

A idéia do projeto era não ser clientelista, para romper a tradição da região que contou por muito tempo com subvenções de órgãos públicos, no início da colonização, e o costume de ter projetos financiados, o que favoreceu a criação de uma mentalidade assistencialista. Apenas as sementes seriam distribuídos para garantir um mínimo de homogeneidade para alcançar os objetivos da pesquisa. Os equipamentos e animais seriam financiados por um crédito do Banco do Brasil. A destoca, no caso dos agricultores que usariam um trator de esteira, seria paga pelos agricultores à prefeitura em produtos. A equivalência produto seria definida pelo STR.

Foi criada uma equipe técnica composta pelo LAET, junto aos serviços de pesquisa e assistência técnica local, Embrapa, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), e um grupo de circulação de informação (GCI) composta por representantes das organizações dos outros municípios da atuação do PAET que, junto aos agricultores, avaliariam a pesquisa-ação. Com a contribuição de três agricultores e da equipe técnica foi realizado um treinamento de tração animal e de guincho de alavanca, introduzido pelo LAET, como alternativa à destoca mecanizada.

No final desta fase foi elaborado um termo de compromisso que definiu o papel e as tarefas de cada parceiro. Assinaram este termo à pesquisa todos os agricultores (na época 14 produtores), a Prefeitura Municipal de Uruará, o STR, a APRUR, a Fundasur¹³ e o MPST.

Após toda esta negociação, vários acontecimentos colocaram em dúvida este processo de construção da demanda social que se realizou durante um período de cerca de um ano.

Um dos acontecimentos que mais influenciou o andamento da pesquisa-ação, no início de 1996, foi o fato de que o financiamento através de crédito do Banco do Brasil não foi liberado. As razões que levaram a este resultado não foram totalmente esclarecidas até hoje. Os pesquisadores perceberam os impactos de uma forte desarticulação do projeto. A Fundasur desenvolveu uma tendência de hegemonia em relação aos projetos no município. Assumiu, também, uma posição de trabalhar para todos os setores

¹³ A Fundação de Desenvolvimento Sustentável de Uruará (Fundasur) foi criada para articular a atuação para o desenvolvimento e congregou os principais atores ao nível do município, entre outros: a prefeitura municipal, o pároco da Igreja Católica/CPT, técnicos locais dos órgãos Embrapa, Emater e Ceplac, o MPST e o STR.

da sociedade local, fato que levou à eliminação de projetos que poderiam ser conflitivos e, em seguida, das organizações reponsáveis para eles. Esta tendência se fortaleceu em 1996 por duas razões: As negociações para a realização de projetos planejados nas conferências municipais entraram numa fase decisiva. Foi articulada uma coligação entre o PSDB (o candidato de prefeito representou os comerciantes e madeireiros) e o PT (o candidato de vice-prefeito representou os movimentos sociais).

Os órgãos governamentais se tornaram mais importantes para conseguir recursos para o município a partir dos projetos elaborados no processo de planejamento municipal e colher os frutos deste exercício. As aspirações da Fundasur se juntaram ao desagrado dos madeireiros sobre um projeto de gestão comunitária de recursos naturais ao nível da agricultura familiar, iniciado nas conferências. Não se precisava mais do LAET para lançar idéias inovadoras o que começou atrapalhar o entendimento amplo entre todos os setores da população de Uruará. A pouca expressão independente do movimento social local facilitou o isolamento do LAET e a sua "eliminação" como ator ao nível municipal por alguns anos. Apenas a pesquisa-ação continuou como atividade do LAET.

A desarticulação se efetivou principalmente a partir de colaboradores da pesquisa-ação da equipe técnica e do movimento social, idealizadores do projeto, respectivamente. Isso mostra que em determinados momentos, os atores assumiram uma dupla identidade: além de ser profissional (incluindo neste termo também uma função oficial dentro do movimento social), eles atuarem como políticos (candidato a vice-prefeito, vereador, deputado estadual), o que predomina em relação à atuação profissional, um fenômeno muito comum na região.

A falta de financiamento e, em nível menor, o discurso da desarticulação difundido entre os agricultores tiveram um impacto negativo na pesquisa-ação. Entre outros, surgiu uma articulação liderada pelo então presidente do STR de negociar o não-pagamento dos serviços da prefeitura para a destoca que beneficiaria apenas a parte dos produtores que optou pelo uso do trator de esteira. Quando não tinha mais expectativa de que o financiamento sairia, os agricultores deram um ultimato para o LAET procurar uma maneira de financiar o projeto, tarefa que no termo de compromisso não era atribuída ao LAET. A partir deste momento a pesquisa-ação tomou um novo rumo que

passou pelos seguintes passos: Discussão sobre as modalidades de pagamento da destoca e do fundo perdido que foi solicitado de entidades financiadoras; maior envolvimento do MPST (com nova diretoria) defendendo os interesses dos agricultores ao nível regional; exclusão de agricultores que não cumpriram o seu papel, por iniciativa do MPST que teve a autoridade, como organização representando os movimentos populares, de entrar neste assunto.

Isso culminou num debate sobre a proposta do “crédito coletivo”, feito pela nova diretoria do MPST, transformando o eventual financiamento dos animais e equipamentos à tração animal através de fundo perdido num fundo rotativo administrado pela APRUR junto aos participantes do projeto e alimentado pelo pagamento deste investimento nas condições de um crédito rural. Esta forma de um crédito coletivo foi aceita depois de um debate aberto, sem pressão nenhuma, por todos os agricultores.

Mas a situação não permaneceu estável como os pesquisadores pensavam. Nos três meses seguintes, o grupo diminuiu para cinco agricultores. Apenas neste momento, depois do que os candidatos apoiados pelo movimento social tinham perdido as eleições municipais de Uruará, se mostraram os verdadeiros motivos da integração no “grupo da mecanização”. Os participantes eram selecionados pelas organizações por motivos políticos para mostrar a viabilidade da proposta do movimento social antes das eleições municipais, em estabelecimentos, que na sua maioria eram bem visíveis na rodovia Transamazônica. Agora não queriam mais fazer este “serviço” para o movimento, especialmente um que investiu na candidatura de um familiar para vereador, se sentiu prejudicado também pelos custos da campanha eleitoral.

No princípio, a saída dos agricultores não surpreendeu os pesquisadores, pois a hipótese central da pesquisa apontou a difícil manutenção da fertilidade do meio para poder estabelecer o nível da produtividade das culturas anuais e um processo complexo, para experimentar um roteiro que permitisse manter o nível da produção. Finalmente, chegou o financiamento, foram comprados os animais e equipamentos e o trabalho pôde começar, dois anos depois do início do diálogo. No ano 2000, os agricultores que estão no projeto tem áreas de seis anos de uso consecutivo, fizeram experiências com a mecanização, práticas de manejo de fertilidade e alternativas à destoca prejudicial com trator de esteira. Um dos resultados mais importantes é a introdução de leguminosas entre os participantes e em outros estabelecimentos da região.

5. CONCLUSÕES

A demanda, ainda apenas aparente, partiu de vários atores reunidos nos seminários de planejamento da região, sendo a predominância dos técnicos dos órgãos locais e dos políticos que conseguiram despertar o interesse dos agricultores, por causa de suas experiências em outras regiões ou por motivos como a relação da mecanização com a imagem de uma agricultura moderna. Os pesquisadores do LAET que, por razões técnicas, reagiram com cautela tiveram que mostrar serviço frente ao desafio da prefeitura de Altamira e a pressão exercida pelos agricultores e suas organizações, pois o tema foi escolhido como uma das prioridades do PAET, e escolheram a pesquisa como saída. Os primeiros resultados confirmaram suas hipóteses, porém os agricultores e suas organizações insistiram em experiências que possam fornecer resultados mais seguros. Assim os pesquisadores começaram a elaborar hipóteses sobre os motivos dos agricultores, duvidando da influência e manipulação dos técnicos e lideranças.

A escolha da pesquisa-ação, negociada com um grupo de agricultores em Uruará como método permitiu, no decorrer do processo, conhecer a verdadeira demanda dos agricultores e, através de suas reações, saber se a inovação promete ser válida e quais as razões. Foi a crise, provocada por uma desarticulação que deixou aparecer a demanda real. Mesmo assim, uma parte dos agricultores continuaram, disfarçando ainda os verdadeiros motivos. Uma segunda crise, a perda da eleição em Uruará, mostrou que a demanda aparente, a mecanização e intensificação das culturas anuais, foi compartilhada finalmente somente por uma minoria. Para entender melhor a complexidade da situação, tem que lembrar que a desarticulação partiu de pessoas que tiveram um papel importante na implantação do projeto. Apenas durante a ação se revelaram os motivos dos participantes, muitos selecionados pela organização dos agricultores por motivos políticos para mostrar a viabilidade da proposta do movimento social antes das eleições municipais em estabelecimentos, que na sua maioria eram bem visíveis na rodovia Transamazônica. Somente poucos agricultores tinham o interesse de enfrentar um trabalho de experimentação para descobrir uma maneira de produzir por mais tempo na mesma área. A maioria dos agricultores queria uma solução imediata.

Apesar do fato de realizarmos um projeto técnico, a introdução da tração animal, reconhecemos logo que as motivações dos agricultores eram muito influenciadas por considerações sociais e políticas. A mediação por organizações representativas dos agricultores complicou o trabalho pelos critérios políticos na seleção dos participantes e levou à crise do projeto no momento da desarticulação, porém sem inviabilizar a pesquisa-ação. Apesar disso, a parceria era fundamental para a construção da demanda, o acompanhamento da pesquisa-ação e a futura divulgação dos resultados através das redes de comunicação existentes na região.

Apenas através da ação comum e do tempo compartilhado apareceu a demanda real. Dificilmente pode-se avaliar até que nível os próprios agricultores estavam conscientes dos seus motivos reais desde o início ou apenas através da construção da demanda. Os agricultores que permaneceram se reuniram em torno de um objeto comum, a intensificação, produzindo por mais tempo na mesma área, utilizando a mecanização, reduzindo o desmatamento e oferecendo uma perspectiva para os filhos continuarem como agricultores. Este objeto fronteira contribuiu para abrir uma porta para ter um tempo maior de coaprendizagem e permitiu experimentar, também, outras tecnologias de manejo da fertilidade do meio como leguminosas e uso de esterco.

6. REFERÊNCIAS

ALBALADEJO, C. Como definir uma problemática social?. Belém, NEAF/CAP/UFGA, 1996. 4p. (mimeografado).

ANDRÉ, M. E. D. A. Etnografia da prática escolar. 4. ed. Campinas, Papirus, 2000. 128p.

BARBIER, R. La recherche action. Paris, Anthropos/Ed. Economica, 1996. 112p.

CASABIANCA, E; ALBALADEJO, C. Des multiples légitimités de la recherche-action. In: _____. La recherche-action: ambitions, pratiques, débats. Paris :INRA, 1997. p. 11-25 (Etudes et recherches sur les systèmes agraires et le développement, 30)

CONTO, A.J. de et al. A mecanização na pequena propriedade na região Nordeste do Estado do Pará, Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 34, 1996, Aracaju-SE, Anais... Brasília, SOBER, p.385-410. 1996.

COSTA, F de. **Ecologismo e a questão agrária na Amazônia.** Belém, NAEA/UFGA, 1992. 81p.

COSTA, F. de. Políticas públicas, camponeses e desenvolvimento regional sustentável: uma avaliação das possibilidades do FNO-Especial. In: TURA, L.R.; COSTA, F. DE A. (orgs.). **Campesinato e estado na Amazônia: impactos do FNO no Pará.** Brasília: Fase, 2000. p.323-379.

DARRÉ, J.P. Une condition de la recherche-action: la coopération sur la problématique et son évolution. In: ALBALADEJO, C; CASABIANCA, E (eds.). **La recherche-action. ambitions, pratiques, débats.** Paris :INRA, 1997. p. 177-182 (Études et recherches sur les systèmes agraires et le développement, 30).

DUFUMIER, M. **Les projets de développement agricole: manuel d'expertise.** Paris, Wageningen: Éditions Karthala, CTA, 1996. 354p.

ELIAS, N. **Engagement und Distanzierung.** 2.ed. Frankfurt: a.M., Suhrkamp, 1990. 272p.

ELLIS, F. **Peasant Economics: farm households and agrarian development.** .2.ed. Cambridge, Cambridge University Press, 1993. 309p.

EMATER - PARÁ. **Programa de Produção de Alimentos.** Projeto Mecanização Agrícola. Altamira, 1993. 15p. 118

FEARNSIDE, P.M. Desmatamento e desenvolvimento agrícola na Amazônia. In: Lená, P; Oliveira, A.E.de (Orgs.). **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois.** Belém, MPEG / ORSTOM, 1991. p.207 -222.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa.** Trad. S. Netz. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004. 312p.

HAMELIN, P. **A obrigação da reestruturação do projeto de colonização de Uruará.** Belém, 1994. 3p. (mimeografado).

GUIMARÃES FILHO, C. et al. **O enfoque de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e sua implementação na Embrapa.** Brasília, EMBRAPA-DPD, 1993. 29p.

JOUBE, P. **A experimentação no meio camponês.** Tradução L.M. Grzybowski. Rio de Janeiro, AS-PTA, 1991. 29p.

KITAMURA, P. C. **Agricultura migratória na Amazônia: um sistema de produção viável?** Belém, Embrapa-CPATU, 1982. 20p. (Documentos 12).

LAMNEK, S. **Qualitative sozialforschung.: methoden und techniken.** 3.ed. Weinheim, Beltz, Psychologie Verlags Union, 1995. 440p.

PORTUGAL, A. D. **A importância estratégica da prospecção tecnológica para o SNPA.** In: Castro, Antônio Maria Gomes de et al. (eds.). **Cadeias produtivas e sistemas naturais: prospecção tecnológica.** Brasília, EMBRAPA-SPI, 1998. p.9-20.

RELATÓRIO. **Conferência Municipal Uruarense sobre Projetos Econômicos Alternativos, 1., 1994, Uruará. Relatório final.** Uruará, 1994. 66p.

RIBEIRO, M. de ES.; LUGÃO, S.M.B.; DAROLT, M.R. **A pesquisa adaptiva no contexto da pesquisa sistêmica.** In: IAPAR. **Enfoque sistêmico em P&D: a experiência do IAPAR.** Londrina: IAPAR, 1997. p.81-109.

RUTHENBERG, H. **Farming Systems in the Tropics.** 3. ed. Oxford, Clarendon Press, 1980. 424p.

SAINTE MARIE, C. DE; CASABIANCA, E. **Innoverdans des productios patnmoniales.** communication à l'École Chercheurs INRA-ESR/CNRS-BETA, Grenoble: INRA, 1995. 23p. mimeografado.

SCHMITZ, H.; CASTELLANET, C.; SIMÕES, A. Participação dos agricultores e de suas organizações no processo de desenvolvimento de tecnologias na região da Transamazônica. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Série Antropologia, v.12, no.2, p.201-246, 1996.

SCHMITZ, H.; HURTIENNE, T. Agricultura itinerante e importância da floresta secundária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 3, Florianópolis, SC. **Anais...** Florianópolis: EPAGRI, UFSC, 2005. Resumo expandido.

SCHMITZ, H.; SOMMER, M.; WALTER S. **Animal traction in rainfed agriculture in Africa and South América: determinants and experiences.** Braunschweig: Vieweg, 1991. 311 p.

STAR, S.L.; GRIESEMER, J.R. Institutional ecology, 'translations' and boundary objects: amateurs and professionals. In: *Social Studies of Science*, v.19, p.387-420, 1989.

WALKER, RT et al. **As contradições do processo de desenvolvimento agrícola na Transamazônica.** Belém, Embrapa Amazônia Oriental, 1997. 117p. (Documentos 93).

O DISCURSO SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS ORGANIZAÇÕES DE TRABALHADORES RURAIS: UMA REFLEXÃO A PARTIR DOS DOCUMENTOS DA CONTAG.

William Santos de Assis¹

RESUMO

A participação dos trabalhadores rurais na definição de uma estratégia geral de desenvolvimento para o país tem crescido nas últimas décadas. Por meio de suas organizações esses trabalhadores lutaram décadas seguidas pelo reconhecimento político e pela credibilidade de opinar sobre os rumos do desenvolvimento. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) desempenhou um papel relevante à medida que reivindicava mudanças na legislação e nas políticas de desenvolvimento. Considerados atrasados, os agricultores, principalmente os de pequeno porte, não participavam nas esferas de tomada de decisão em relação às políticas públicas de desenvolvimento. A partir da década de noventa o segmento do sindicalismo de trabalhadores rurais ligado a Contag, desenvolveu um discurso sistemático sobre o desenvolvimento nacional incluindo elementos multidimensionais influenciados pela tríade social, econômica e ambiental. O sistema Contag, pela sua dimensão e importância, se constitui em um dos atores fundamentais na luta pela implementação de um projeto de desenvolvimento mais equânime, com base na sustentabilidade, o que não nega o papel e a importância de outros atores.

Palavras-chave: Organizações; desenvolvimento; contag; trabalhadores rurais.

1 Professor/Pesquisador do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Pará. Docente do Programa de Pós Graduação em Agriculturas Amazônicas (MAFDS) e Membro do Laboratório Sócio Agrônômico do Tocantins associado ao NEAF.
E-mail: williamassis@ufpa.br

ABSTRACT

The participation of the rural workers on the definition of a general development strategie for the country in the last decades increased. Through their organizations the workers fought during decades for their polical recognizement and credibility to opinion about the ways of development. The National Confederation of Agriculture workers ("Contag") had a relevant role because it claimed for legislation changes and development policies. Considerated as retrograde, the rural workers, mainly the small ones, did not participate on the decision spheres in relation of the public policies for development. Since the ninetheeth the workers segment related to "Contag" developed a systematic discourse about the national development including multidimensional aspects influenced by the social, economical and environmental background. The system "Contag" because of its dimension and importance, is one of the most fundamental actors on the fight for the implementation of a development project more equal, with basis on sustainability, that do not deny the role and importance of other actors.

Keywords: Participation; rural workers; contag; development; organizations.

1. INTRODUÇÃO

O modelo de desenvolvimento rural brasileiro sempre foi excludente em relação aos chamados pequenos agricultores. A ênfase dada a processos produtivos que priorizam as culturas de exportações por gerarem divisas para o país acarreta um conjunto de efeitos devastadores do ponto de vista social, econômico e ambiental. Não é de hoje que se verificam as altas taxas de concentração fundiárias associadas a culturas como a cana de açúcar, o algodão, o café e, mais recentemente, a pecuária e a soja. A concentração de terras exclui do processo produtivo um grande contingente populacional deslocando-o para as periferias de centros urbanos. Junto com o poder transformador do avanço dessa lógica em diversas regiões do país, veio também a alta degradação de ecossistemas como a Mata Atlântica, Cerrados e nos últimos 40 anos, a Amazônia.

As organizações dos agricultores familiares nem sempre tiveram a oportunidade de participar ativamente desse debate. Nos períodos onde as liberdades civis eram restritas, parte da estrutura dessas organizações permaneceu atrelada ao Estado como canal de políticas assistenciais. Com a abertura política e a retomada da autonomia das organizações de representação, com o ciclo de fortalecimento dessas organizações e do surgimento de novas identidades no campo, novos temas e demandas são incorporados nas pautas de discussão. O debate sobre o modelo de desenvolvimento passa a ser uma preocupação central das organizações.

O objetivo desse texto é de fazer uma discussão não exaustiva da evolução do pensamento sobre o desenvolvimento sustentável no discurso das organizações de representação dos agricultores familiares. Toma-se como base de análise informações proveniente de uma das mais importantes organizações de representação em nível nacional, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Devido ao extenso material existente, nos limitamos a alguns documentos escolhidos como base da análise. Além disso, fizemos a escolha de permanecer na esfera nacional com raras incursões nos níveis locais. Estamos cientes das limitações dessa escolha, no entanto, para os objetivos desse texto, que pretende fazer uma leitura exploratória da temática, consideramos suficiente. A complexidade do tema sugere que estudos sobre a documentação de outras organizações, movimentos e entidades governamentais e não governamentais, são de fundamental importância para complementar essa leitura.

2. A LUTA DOS TRABALHADORES RURAIS POR RECONHECIMENTO E POR DIREITOS (60-70)

Na década de sessenta quando a organização formal dos agricultores começa a se estruturar², a pauta de discussão era dominada por questões legais

2 Até 1963 a legislação brasileira proibia os trabalhadores rurais de se organizarem em Sindicatos. Isto não significa que o não houvesse organização. As Ligas Camponesas no nordeste, o Master no sul, as Associações de Pequenos Produtores em várias regiões do país, eram formas organizativas existentes desde a década de 50. Segundo depoimento de Lyndolpho Silva havia um decreto de 1944 (Decreto Lei n 7.038/44), instituído por Getúlio Vargas que já permitia a sindicalização dos trabalhadores rurais, só que as dificuldades burocráticas e a pressão contrária de fazendeiros eram tantas que a opção era fundar Associações de caráter civil. Na década de cinquenta existiam perto de 50 sindicatos em todo o território nacional (SILVA, 2004).

e pela defesa de direitos básicos, inclusive pelo próprio reconhecimento da categoria³. No I Congresso da Contag⁴, em 1963, a prioridade da pauta de discussão eram as reformas de base, dentre elas a reforma agrária. Partidos políticos como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e setores da Igreja Católica, particularmente aqueles ligados à Teologia da Libertação, tiveram influência forte no processo de criação da confederação. O apoio da Contag à luta em defesa das reformas de base rendeu-lhe uma intervenção do regime militar que durou cinco anos. Só em 1968, com a eleição de uma nova diretoria e a definição de um plano de ação mais autônomo em relação ao governo federal, a confederação volta a tratar questões como a legislação trabalhista e agrícola, o cooperativismo, a formação das lideranças e a organização sindical. A reforma agrária continua sendo a principal bandeira de luta e pela primeira vez aparece no discurso da organização a necessidade de se perseguir a elaboração de uma "política agrícola diferenciada para os pequenos produtores" (CONTAG, 2005d). A força coercitiva e a vigilância do regime militar, no entanto, impõem ao sindicalismo uma estrutura verticalizada conforme a legislação trabalhista, que unificou as categorias de trabalhadores e instituiu o sindicato único de base municipal.

No início da década de setenta em pleno auge da ditadura militar, novas ameaças de intervenção ameaçaram a confederação. Em 1973, a realização do II Congresso da Contag, elege como prioridade para discussão a questão agrária (entenda-se a defesa da reforma agrária), a política agrícola para a pequena produção e o cumprimento dos direitos trabalhistas dos assalariados e assalariadas rurais. Esses temas são discutidos sem que haja uma articulação maior entre eles e sem fazer referência a um projeto de desenvolvimento mais amplo para a sociedade. O Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR) limitava-se a atacar questões prioritárias dentro de certos limites permitidos pela Lei como as questões ligadas ao Estatuto do Trabalhador Rural, ao Furrural⁵ e ao Estatuto da Terra. O III Congresso, em 1979, teve um caráter mais de reflexão interna do próprio MSTR e uma preocupação com a formação dos quadros sindicais. Duras críticas foram feitas ao modelo

3 Foi no governo de João Goulart, em 1963, através da Lei 4.211/63, que os trabalhadores rurais conquistaram o direito à sindicalização.

4 Participaram do I Congresso representantes de 475 Sindicatos de Trabalhadores Rurais e 29 Federações.

5 Programa criado pelo Governo Federal em 1971, que assegura direitos previdenciários aos trabalhadores rurais.

sindical vigente. Desse Congresso saiu a definição de que o sistema Contag deveria modificar suas formas de lutas, massificando-as ao máximo possível através de um processo sistemático de formação de quadros e da participação nas lutas pela redemocratização do país.

O processo de modernização da agricultura brasileira, desencadeada a partir dos anos 60 e intensificada nos anos 70, agravaram os aspectos negativos do modelo de desenvolvimento até então preconizado no país. Exclusão social, concentração de terras, degradação ambiental, tomam dimensão alarmante em todas as regiões. São três feridas abertas numa sociedade que luta para se livrar do autoritarismo governamental e do domínio de uma elite organizada e esclarecida. Na Amazônia, em particular, eleita como fronteira agrícola do país por sucessivos governos, o efeito da modernização conservadora se faz sentir pelos intensos conflitos agrários, elevadas taxas de concentração fundiária e altíssimos índices de degradação ambiental. Os diferentes processos de exclusão social gerados a partir da modernização da agricultura fazem emergir, nesse período, novas identidades no campo que irão se consolidar nas décadas seguintes. No âmbito do sindicalismo de trabalhadores rurais, a década é fechada com uma profunda crítica ao modelo oficial de sindicalismo e a busca por autonomia e liberdade, conforme as determinações da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Percebe-se, portanto, que a discussão de um projeto de desenvolvimento mais amplo para a sociedade aparece de forma tangencial em função de questões emergenciais dos trabalhadores rurais bem como da necessidade de enfrentamento da situação política. A prioridade era de se fazer reconhecer, conquistar direitos que até então eram privilégio dos trabalhadores urbanos e garantir a transição do regime militar para um regime democrático. O que ressalta nesse tempo todo, porém, é o papel estratégico e mobilizador que a bandeira da reforma agrária representou para o movimento sindical de trabalhadores rurais. Mas, temos que ter em mente, como diz Wanderley, se referindo a década de 70, "os camponeses não foram convocados para participar do projeto de modernização da agricultura sob o argumento tautológico de que eram tradicionais e avessos ao progresso" (WANDERLEY, 2003, p.57).

3. A REDEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS E O FORTALECIMENTO DE MÚLTIPLAS IDENTIDADES (80 – 90)

A década de oitenta foi marcada por lutas que visavam a redemocratização do país⁶. A Contag se envolveu em várias dessas lutas como a campanha pela anistia política, pela convocação da Assembléia Nacional Constituinte e a campanha pelas “diretas já”. O IV Congresso da Contag, em 1985, é realizado em clima otimista com o início da Nova República e da redemocratização do país. Várias personalidades do governo federal participaram do Congresso, no qual foi lançado o I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), atendendo ao tema central do Congresso que era a reforma agrária. Nesse período também foi oficializada a convocação da Assembléia Nacional Constituinte. Os outros temas que dominaram a cena do IV Congresso foram: a questão da igualdade de direitos entre trabalhadores urbanos e rurais; a integração dos trabalhadores rurais à Previdência Social e; a impenhorabilidade da pequena propriedade no caso de empréstimos junto ao sistema nacional de crédito rural.

No campo sindical, são experimentadas novas iniciativas organizativas e de representação a partir da realização dos Congressos da Classe Trabalhadora (CONCLAT) de 1981 e 1983. O Conclat tinha como objetivo a construção de uma representação nacional unificada dos trabalhadores. Nesse processo de discussão foram criadas centrais sindicais comó a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e Central Única dos Trabalhadores (CUT)⁷. Esse período é marcado também por um ciclo de mobilizações que vão fortalecer a emergência de identidades que começaram a ser geradas no final do período anterior. O Movimento Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), movimentos indígenas, o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, entre outros, são exemplos de iniciativas desse período.

6 Alguns autores fazem uma leitura crítica do uso desse termo. Alguns chegam a sugerir que a passagem do regime militar para o regime democrático não chegou a ser uma re-democratização, mas uma liberalização. Os elementos que reforçam estes argumentos são: a abertura política foi na verdade um conjunto de concessões entre o setor brando e o setor moderado (oposição) do regime militar; a agenda política de transição foi limitada pelos próprios militares (RICCI, 2001, citado por PAULA, 2005)

7 A Contag filiou-se inicialmente a CGT, da qual logo se desfilou e em 1995, filiou-se à CUT.

As novas identidades surgidas nesse período, além de contribuírem para uma reflexão em torno do modelo de desenvolvimento, forçam o governo a pensar novas políticas. O final da década, no entanto, é marcado pelos intensos debates sobre a Assembleia Nacional Constituinte do país e da profunda crise econômica decorrente do modelo desenvolvimentista cuja noção de progresso era focada unicamente para a expansão capitalista. A visão predominante nas décadas do regime militar de Estado Indutor do Desenvolvimento passa a ser fortemente questionada. Seringueiros, índios, trabalhadores rurais, canavieiros, sem terras, ribeirinhos e outros grupos passam a denunciar os impactos nefastos de políticas incentivadoras de desmatamentos e a resistir ao avanço da concentração fundiária decorrentes dessas políticas. Nesse período, a Amazônia passa a ocupar lugar de destaque na agenda internacional. Impactos negativos na biosfera são associados de forma direta aos níveis de degradação dos recursos naturais da Amazônia, principalmente, ao desmatamento e às queimadas. Nesta perspectiva, a preservação dos ecossistemas naturais da Amazônia passa a ser crucial para a manutenção da vida futura em escala planetária.

4. A DISCUSSÃO EM TORNO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ANOS 90 EM DIANTE)

A década de noventa é marcada por grandes transformações a partir da aplicação massiva do receituário neoliberal que iniciou no governo Collor e teve prosseguimento e se consolidou no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). A desestruturação da máquina do Estado, a privatização de empresas estatais, a liberdade para o capital especulativo de curto prazo, podendo transitar livremente para dentro e para fora do país, o agravamento da dívida interna e externa, a ação governamental dentro dos limites traçados pelo FMI, a abertura comercial em detrimento de produtos industriais internos são marcas fortes dos anos noventa e prova da consolidação do alinhamento da política nacional com as determinações das grandes potências econômicas mundiais. Além de uma conjuntura econômica adversa, inicia-se um período de relativo fechamento dos espaços de interlocução entre Estado e sociedade civil. Mas, este não é um processo exclusivo do Brasil. O processo de exclusão

social e econômica deu-se em escala mundial, basta para isso verificarem-se os indicadores sociais em todo o mundo. O aumento da miséria, a diminuição de postos de trabalho, a concentração fundiária e a degradação ambiental são marcas fortes desse período.

Apesar desse clima desfavorável, a questão do desenvolvimento sustentável vem à tona a partir da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, no Rio de Janeiro, em 1992. Mesmo pouco preciso, o termo passa a ser utilizado em diferentes frentes: governos estaduais da região amazônica, assessores de diferentes entidades não governamentais e lideranças políticas bem como nas organizações de trabalhadores rurais. No campo político a preocupação maior era com a crise política e econômica que se estabeleceu em torno do governo Collor. Muitas energias, não só do movimento sindical de trabalhadores rurais⁸ como de toda a sociedade, foram drenadas para se contrapor ao projeto de liberalização que começa a ser implementado pelo então presidente e sua equipe. Em alguns estados a discussão de alternativas ao modelo de desenvolvimento já avançava para propostas concretas. No caso do Acre, a morte do líder sindical e ambientalista, Chico Mendes, deslançou o processo de criação de Reservas Extrativistas (Resex), cujos princípios combinam a exploração econômica com a preservação da biodiversidade. Posteriormente esta iniciativa veio a ser assumida pelo governo estadual.

O V Congresso da Contag, realizado em 1990, identificou a necessidade de se construir um *Projeto Alternativo de Desenvolvimento* (CONTAG, 2005c) que orientasse a ação sindical em âmbito nacional. O tema da *sustentabilidade* que já povoava as elaborações de entidades ambientalistas nacionais e internacionais, ainda não aparecia de forma explícita no discurso das organizações de trabalhadores. O máximo que se chegou a fazer foi o lançamento da ideia da elaboração do projeto no meio sindical e identificar a necessidade de mudanças internas no próprio movimento sindical para permitir uma melhor compreensão das dinâmicas do desenvolvimento rural. A Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, em 1992, foi um momento mobilizador e disseminador do conceito de *desenvolvimento sustentável*. A conferência permitiu intercâmbios que influenciaram a dinâmica dos movimentos sociais, das organizações de representação de trabalhadores rurais e urbanos, dos grupos de assessores, de governos estaduais como os do Acre e Amapá. A partir daí, a cooperação

8 A Contag fazia parte do Comitê em Defesa da Ética na Política que coordenou a campanha que levou ao impeachment do presidente Collor de Melo.

internacional priorizou ações de cunho preservacionista e aportou recursos financeiros e técnicos para a experimentação de iniciativas concretas em nível dos biomas Mata Atlântica e Amazônia. O Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), talvez seja o maior programa de cooperação internacional nessa área. O programa desenvolveu ações nas áreas de Experimentação e Demonstração; Conservação de Áreas Protegidas; Fortalecimento Institucional; Pesquisa Científica; Lições e Disseminação. Os chamados projetos demonstrativos (PDA) viabilizados pela cooperação internacional e ancorados no Ministério do Meio Ambiente, são exemplos dessas iniciativas.

Apesar de temas como a reforma agrária, a elaboração de política agrícola diferenciada para o pequeno produtor e a melhoria de condições de vida para os assalariados rurais, serem bandeiras de lutas recorrentes do movimento sindical, nem sempre estavam articuladas compondo um projeto único de longo prazo. A discussão mais sistemática sobre um projeto alternativo de desenvolvimento começa a ser esboçada em meados da década de noventa. Durante o VI Contag, realizado em 1995 foram lançadas as bases para a construção do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS). Segundo documentos desse congresso, os princípios que deveriam sustentar a elaboração de um novo projeto de desenvolvimento para a sociedade seriam:

“a) o ser humano como centro do projeto de desenvolvimento; b) a distribuição de renda e de terras através de uma reforma agrária ampla e massiva; c) a valorização e fortalecimento da Agricultura Familiar; d) a valorização da participação de todos na formulação de políticas públicas; e) a inclusão social de homens, mulheres, jovens e terceira idade através da geração de emprego e renda no campo e nas cidades; f) a atuação do Estado na diminuição das desigualdades; g) a solidariedade, cooperação e equidade; h) o fortalecimento dos sindicatos e cooperativas atuantes (CONTAG, 2005b, p.12).”

O principal objetivo do PADRS era de se contrapor ao projeto neoliberal representado pelo governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Na concepção da Contag, tal projeto seria uma construção dos trabalhadores

e trabalhadoras rurais, do MSTR e de seus aliados políticos. O processo de liberalização da economia avançava a passos largos sem que as organizações dos trabalhadores fossem consultadas. Mesmo com um leque amplo de políticas compensatórias definidas pelo governo FHC, como forma de diminuir os impactos negativos do processo de liberalização da economia, agrava-se a crise econômica na base social do movimento sindical. Esta situação reforça a discussão no seio do movimento sindical da necessidade de elaboração do projeto alternativo em novas bases. Nesse sentido, a Contag entendia como passo fundamental a discussão conceitual sobre desenvolvimento. Na busca de uma redefinição do conceito de desenvolvimento, novos elementos foram agregados ao discurso das lideranças e aos documentos escritos circulados pela confederação. O trecho abaixo, retirado do texto do PADRS, retrata bem essa posição.

“O MSTR entende, portanto, que o desenvolvimento deve incluir crescimento econômico, justiça, participação social e preservação ambiental. Este desenvolvimento deve privilegiar o ser humano na sua integralidade, possibilitando a construção da cidadania. Neste caso, as questões econômicas têm que estar articuladas às questões sociais, culturais, políticas, ambientais e às relações sociais de gênero e raça (CONTAG, 2005a, p. 2).”

Tanto as bases de sustentação de elaboração do PADRS, citadas acima, quanto essa tentativa de conceituação, indica que o ponto de partida da discussão sobre o desenvolvimento se assenta agora em noções amplas. No VII Congresso, realizado no ano de 1998, a Contag elege o PADRS como a principal ação do sindicalismo em nível nacional. Na visão da entidade, a construção de um novo projeto de desenvolvimento passa necessariamente por uma reforma agrária ampla e massiva, pelo fortalecimento da agricultura familiar, pela ampliação da oferta de emprego no campo e na cidade, pela diversificação de ocupações produtivas no campo, pelo reforço das políticas sociais e pela valorização das mulheres, idosos e jovens. Tanto no VIII (2001) quanto no IX Congresso (2005) da Contag, existem formulações sobre o papel estratégico da reforma agrária e da agricultura familiar na construção do PADRS. Reproduzimos abaixo a formulação do IX Congresso por representar a atualidade da discussão.

“O PADRS se contrapõe aos padrões dos sucessivos modelos de desenvolvimento rural implementados no Brasil, em que o enfoque econômico-financeiro se sobrepõe à dimensão social, política, cultura e ambiental das populações [...] O MSTTR⁹ propõe a construção de um desenvolvimento rural sustentável, em que o elemento fundamental é a realização de uma ampla e massiva reforma agrária, não apenas como mecanismo distributivo de terras, mas como medida eficaz para promover a ampliação, valorização e o fortalecimento da agricultura familiar [...] Para o MSTTR, a realização da reforma deve interferir na base e estrutura fundiária promovendo a ruptura com o desenvolvimento excludente, concentrador de terra e renda e reprodutor do poder oligárquico, representado pelo Agronegócio e pelo latifúndio [...] Neste sentido, a agricultura familiar é estratégica para a sustentabilidade do desenvolvimento rural, quando fomenta a interiorização do desenvolvimento possibilitando a inclusão social, produtiva e política das populações locais (CONTAG, 2005c, p. 17).”

Nos últimos 10 anos, com a realização dos VII, VIII e IX Congressos, o MSTTR se empenhou em lutas imediatas por melhoria das condições de vida da população rural ao mesmo tempo em que fez um esforço de tentar encontrar caminhos para elaboração e implementação do PADRS. Segundo a Contag, a concepção, elaboração e implementação do PADRS, significam um avanço grande no movimento sindical à medida que este deixa de ser apenas reivindicativo e passa a ser propositivo. Para se chegar ao PADRS, a Contag propõe a elaboração dos Programas de Desenvolvimento Local Sustentável (PDLS). Por sua vez, os PDLS, deverão representar as iniciativas dos Grupos de Mobilização Social. Esses mecanismos visam, segundo a Contag, garantir uma ampla participação e uma representação mais próxima possível das realidades dos agricultores familiares em nível local. Após 10 anos do lançamento das bases do PADRS, o movimento sindical redefiniu seus princípios. Considerado como um processo constante da produção e reprodução da qualidade de vida para os trabalhadores do campo e da cidade, o PADRS redefine seus princípios no VIII Congresso, em 2001, incorporando novas noções como a valorização

⁹ A partir do IX Congresso a Contag assume a sigla MSTTR (Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais) em substituição a MSTR (Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais)

do meio rural, gestão democrática das políticas públicas, segurança alimentar e resgate da solidariedade entre os trabalhadores. Reproduzimos abaixo os princípios de elaboração do PADRS, definidos no VIII Congresso.

“a) Contraposição e combate ao projeto neoliberal; b) Valorização do meio rural como espaço privilegiado para a implementação de políticas públicas de inclusão social; c) Realização de uma ampla e massiva reforma agrária; d) Valorização e fortalecimento da agricultura familiar; e) Fim de toda e qualquer discriminação de gênero, geração, etnia e raça; f) Melhoria das condições de vida, de renda e trabalho para os assalariados e assalariadas rurais; g) Gestão democrática e descentralizada das políticas públicas, garantindo a participação dos diversos atores sociais em todas as etapas do processo, da concepção de propostas e tomada de decisões; h) Mobilização das energias e potencialidades voltadas ao desenvolvimento local, regional e nacional, respeitando as diversidades, através de ações múltiplas e coletivamente articuladas; i) Distribuição da riqueza, da renda e do poder; j) Segurança e soberania alimentar; l) Geração de emprego e ocupações produtivas garantindo a igualdade de oportunidades; m) Resgate da prática da solidariedade, da cooperação, associativismo e da equidade social, como força política e econômica dos trabalhadores e trabalhadoras rurais; n) Qualificação e reconversão profissional dos trabalhadores e trabalhadoras, articulando o ensino formal, a pesquisa e a assistência técnica; o) Combate ao desemprego, à fome, à miséria e à violência; p) Respeito à biodiversidade e garantia da preservação e recuperação dos ecossistemas; q) Emprego tático das negociações, do embate e da pressão no processo de construção do projeto (CONTAG, 2005b, p.14).”

Independentemente da viabilidade concreta da realização ampla dos objetivos do PADRS, que os princípios formulados no IX Congresso nos levam a imaginar, podemos perceber que à dimensão econômica e de mercado são agregadas tantas outras como a ambiental e territorial, a organização social, a formação e qualificação profissional, a geracional e a da solidariedade

e cooperação. Portanto, falar de um projeto de desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade da agricultura familiar pressupõe a definição de critérios claros que se adequem ao amplo espectro de questões que fazem parte hoje do horizonte imaginário da categoria. Da mesma forma, a implementação de um projeto de tal envergadura, pressupõe a montagem de uma estratégia de várias facetas, flexível e ágil. O IX Congresso define a estratégia para implementação do PADRS nos seguintes termos.

“A estratégia a ser adotada pelos STRs, FETAGs e a CONTAG, deve se orientar pela participação política e a gestão democrática na comunidade, município, território ou região, transformando os excluídos e marginalizados em cidadãos e cidadãs; nunca perdendo de vista a articulação entre o local, regional, territorial com o global, e o rural com o urbano, na perspectiva de uma sociedade justa, democrática, igualitária e solidária (CONTAG, 2005c, p.13).”

Percebe-se na definição da nova estratégia a inclusão de noções como gestão democrática dos territórios, resgate da solidariedade entre os trabalhadores e a articulação entre o nível local, regional e global. Estas três noções se ligam estreitamente com as modificações em curso no próprio processo organizativo interno do movimento sindical. A estrutura sindical oficial verticalizada está sendo duramente criticada tanto no âmbito do sindicalismo contagueano quanto fora dele. A noção de sindicato único por município está sendo ultrapassada por uma noção mais aberta que permite a organização com base na identidade cultural e geográfica e nos processos sociais e econômicos locais. A percepção da noção de interrelação existente entre os diferentes níveis local, regional, nacional e global, aponta para mudanças na maneira de negociar as políticas públicas, na redefinição das lutas e na elaboração das propostas. Isto exige novas instituições, novas formas de lutas e novos espaços e formas de negociação. Ao mesmo tempo em que se propõe a quebra da estrutura verticalizada, se busca novas formas de convivência entre grupos e organizações. A solidariedade aparece como um princípio norteador dessa busca de convivência e de articulação entre diferentes, porém com problemas comuns. Para a Contag, o PADRS é um caminho de convergência de todas essas questões.

Qual a capacidade real das organizações de agricultores gerenciarem um quadro de tamanha complexidade? Qual a velocidade e a eficiência de passagem do discurso da esfera nacional para as esferas locais? Como o local reage a tais discursos? Como articular os diferentes níveis e as diferentes frentes de luta? Como articular as diferentes identidades surgidas? O complexo sistema sindical montado pela Contag forma na atualidade uma rede de 27 federações (nível estadual) e 4.130 sindicatos (nível municipal), sem contar as associações e cooperativas filiadas, que representam mais de 15 milhões de trabalhadores. Alguns dos instrumentos utilizados para nivelar e aprimorar as práticas de implementação do PADRS são: o Grito da Terra Brasil, a Marcha das Margaridas, os Encontros e Congressos Regionais, a participação em Conselhos, Câmaras Técnicas, Grupos de Trabalho (GTs) e Fóruns e os cursos de formação e capacitação. A agricultura familiar, através de suas organizações de representação, tem demonstrado grande capacidade de se adaptar as novas situações não só econômicas como às transformações do ambiente político e institucional. No entanto, os impactos concretos decorrente desses processos de adaptação ainda estão por serem evidenciados.

5. PEQUENO AGRICULTOR X AGRICULTOR FAMILIAR: PARA ALÉM DA DISCUSSÃO CONCEITUAL A BUSCA PELA INTEGRAÇÃO AOS PROCESSOS DE MUDANÇA.

No VI Congresso, em 1995, o movimento sindical fez a substituição do termo "Pequeno Produtor" por "Agricultor Familiar". Nos congressos subsequentes, esta é a denominação oficial assumida pelo sistema Contag. Segundo a confederação: "assumir a nova denominação implica em abrir novos horizontes de atuação política para o MSTR" (CONTAG, 2005d). Mas, não é só o sindicalismo contagueano que reivindica essa denominação. Em 2001, foi criada na região sul do país, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-Sul). A Fetraf-Sul, surge a partir do contexto dos anos noventa, onde as lutas por crédito diferenciado para a agricultura familiar, linhas emergenciais de créditos para atingidos por estiagem, pela implementação efetiva de direitos conquistados na Constituinte e a crítica à estrutura oficial do sindicalismo, eram o motor das discussões na

região sul (CORDEIRO et al, 2003). Foi crucial para a criação da Fetraf, a articulação paralela ao sindicalismo oficial no âmbito do Fórum Sul dos Rurais, liderado por sindicalistas cutistas. A criação de Federações de Agricultores Familiares em outros estados da federação se ampliou em 2005. No estado do Pará chegou-e a cogitar transformação a atual Federação de Trabalhadores Rurais na Agricultura (FETAGRI) em Federação da Agricultura Familiar (FETAGRI, sd).

Portanto, longe de ser uma simples questão terminológica, esta decisão aponta para transformações na maneira das organizações dos agricultores familiares se relacionarem com o Estado e a sociedade em geral. Nesse mesmo período o governo federal lançava o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), cravando o conceito no seio das políticas governamentais. Posteriormente, a criação da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), abre a possibilidade de tratamento diferenciado e orientado para este segmento. A criação do Pronaf, no entanto, apesar de representar um avanço importante se comparado com a política dos períodos anteriores, não pode ser considerada como uma mudança radical do enfoque da política agrícola brasileira. Indícios da manutenção de uma estratégia desfavorável à agricultura familiar no governo FHC pode ser medida por alguns fatores como o avanço que o chamado "agronegócio" tem demonstrado nas últimas décadas, principalmente com a expansão da soja na região norte; a forte articulação e influência do empresariado rural junto a setores do aparelho do governo; a defasagem dos preços dos produtos agrícolas provocados pela política de importação de alimentos no âmbito do principal instrumento do governo FHC, o plano Real; a redução dos gastos públicos na área da agricultura e; a depreciação da qualidade de vida dos agricultores familiares em decorrência das políticas de ajuste estrutural (CORDEIRO et al, 2003)¹⁰.

Enquanto governo, organizações de agricultores familiares e movimentos sociais procuravam formas de implementar o Pronaf, travou-se um debate em diferentes esferas sobre a pertinência do uso conceitual da categoria Agricultor Familiar. Não nos propomos aqui a aprofundar o debate sobre as implicações e a pertinência dessa mudança, mas gostaríamos de lembrar a pesquisadora Maria Nazaré Baudel Wanderley (2003), que sugere que

¹⁰ Para uma discussão mais aprofundada ver Delgado (2001) e Buainain, (1997).

o surgimento do termo Agricultura Familiar tem a ver com as transformações políticas, sociais e econômicas em curso na sociedade global. Trata-se, na verdade, de uma tentativa das organizações se adaptarem aos processos de integração econômica e social em nível nacional e global. Wanderley se posiciona nesse debate colocando três questões para reflexão, quais sejam:

“a) o conceito de agricultura familiar (e de agricultor familiar) é pertinente para a compreensão do ator social a que estamos nos referindo. Mesmo sendo uma identidade “atribuída”, na maioria dos casos, ela é incorporada pelos próprios agricultores e a diferença de outras denominações impostas de fora (agricultor de baixa renda, por exemplo), ela aponta para qualidades positivamente valorizadas e para o lugar desse tipo de agricultor no próprio processo de desenvolvimento; b) a convicção de que o agricultor familiar não é um personagem passivo sem resistência diante de forças avassaladoras vindas de fora e de cima de seu universo. Pelo contrário, ele constrói sua própria história nesse emaranhado campo de forças que vem a ser a agricultura e o meio rural inseridos em uma sociedade moderna. E o faz recorrer à sua própria experiência (camponesa) e procurando adaptar-se, como já foi dito, às novas “provocações” e desafios do desenvolvimento rural; e) o reconhecimento da grande diversidade de situações concretas que essa categoria genérica “agricultura familiar” pode incluir (WANDERLEY, 2003, p. 58 e 59)¹¹.”

As três questões levantadas por Wanderley nos remetem a uma reflexão mais aprofundada do significado das lutas e das proposições dos agricultores organizados em torno da Contag, especialmente, no que se refere à proposta de desenvolvimento. Em que pese a fragilidade dos processos ainda em andamento podemos afirmar que grandes mudanças ocorreram no movimento sindical a partir do momento que o mesmo assume categorias como Desenvolvimento Rural Sustentável, Agricultura familiar, Gênero, Etnia, Raça, dentre outros. Ainda em 1995, foi criada a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Em 1997, realizou-se a primeira plenária

¹¹ Para maiores detalhes sobre esse debate ver Wanderley (2003); Lamarche (1993); Lamarche (1998); Shanin (1980); Mendras (1982).

nacional de mulheres trabalhadoras rurais, onde as questões específicas das mulheres foram discutidas na perspectiva de integrá-las ao escopo geral das lutas do sindicalismo de trabalhadores rurais. Na visão da Contag, não se poderia avançar na perspectiva da construção de um novo projeto de desenvolvimento sem que as questões relativas às mulheres, jovens e as pessoas idosas e etnias não fossem apropriadas pelo conjunto da categoria. Pode-se imagina esse discurso como peça de retórica, mas o fortalecimento da participação das mulheres na confederação e nas lutas localizadas nos indica outro caminho. Manifestações como a Marcha das Margaridas¹² vão consolidar a participação das mulheres trabalhadoras rurais no processo de discussão do projeto de desenvolvimento. Assim, o movimento sindical além de incorporar a identidade de agricultor familiar, agrega novos elementos como a discussão do papel da mulher, dos jovens e dos idosos na sociedade.

Em relação à segunda questão levantada por Wanderley, inúmeros estudos mostram que na década de noventa, a criatividade do movimento sindical e de outros movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), gerou um repertório de ações coletivas muito amplo (COMERFORD, 1999)¹³. Ações como ocupação de terras, de prédios públicos, interdição de estradas, grandes passeatas e marchas, são prova da capacidade organizativa e da não passividade dos agricultores familiares. Os "Gritos da Terra Brasil" foram a principal forma de luta e negociação da Contag com as instâncias de governo em nível federal, estadual e municipal. Através dos Gritos, a discussão de políticas públicas ganhou capilaridade nos diferentes níveis de atuação do movimento sindical de trabalhadores rurais.

O surgimento do MST, a criação das Federações da Agricultura Familiar (FETRAFs), desvinculadas da Contag, mas tendo sua base social constituída pelos agricultores que teoricamente teriam o perfil da Contag, o surgimento de movimentos com autonomia em relação ao movimento sindical, mas de certa forma articulados a este como os atingidos por barragens, quebradeiras de coco, seringueiros, quilombolas compõem o quadro diverso de situações

12 Nome em alusão a uma líder sindical da zona canavieira de Alagoa Grande na Paraíba, Margarida Alves, assassinada em plena atividade sindical. Em 2000, o coletivo de mulheres da Contag, com apoio de um conjunto de entidades da sociedade civil, realizou a primeira marcha das Margaridas, manifestação que reuniu mais de 20 mil mulheres de todas as regiões do país. Em 2003, estima-se que a participação na segunda Marcha das Margaridas foi de 50 mil mulheres.

13 Ver também Tura (1996) e Chaves (2000).

ao qual se refere Wanderley. Esta diversidade de situação torna a discussão em torno de um projeto de desenvolvimento extremamente complexo e exige das lideranças sindicais o desenvolvimento de habilidades para negociação de diferentes temáticas num ambiente institucional bastante diversificado. Neste sentido, o PADRS tem se constituído em desafio constante do movimento sindical, não só devido ao momento político vivido pelo país, mais também por essa grande diversidade de situações. Construir um arco de alianças, unificar pautas de reivindicação entre os diferentes movimentos e organizações, realizar grandes mobilizações, negociar em diferentes níveis da estrutura governamental, participar de espaços de discussão com caráter deliberativo ou consultivo, são algumas das habilidades exigidas das lideranças sindicais que emergiram a partir da década de noventa.

6. O PADRS COMO EIXO ARTICULADOR DA AÇÃO SINDICAL

Desde a sua aprovação no VII Congresso, em 1998, o PADRS exigiu um esforço de discussão elaboração e formulação por parte do movimento sindical e das organizações da agricultura familiar. Além dos Congressos Regionais e Nacionais da categoria, o PADRS foi discutido também nas Plenárias Nacionais de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (PNTTR), nos Gritos da Terra Brasil, nas Marchas das Margaridas, em Congressos Regionais e Municipais e serviu como orientação para discussão de políticas públicas em Conselhos, Câmaras Técnicas, Grupos de Trabalho e outros espaços. Passados mais de 10 anos do seu lançamento, o PADRS torna-se o principal instrumento de orientação da luta sindical. Nele está contido um leque amplo de temáticas que afetam não só os trabalhadores rurais como também outros setores da sociedade. Na tentativa de se adequar ao novo cenário político e econômico da realidade brasileira e internacional, o MSTR, em seu IX Congresso propõe os seguintes eixos para aprofundar a estratégia de implementação do PADRS.

“Política transversal de gênero, geração, raça e etnia: discute-se o papel e a participação da mulher trabalhadora rural no desenvolvimento e a construção de novas relações entre homens e mulheres, o papel do jovem e do idoso, identidade racial e étnica;

Reforma Agrária e Agricultura Familiar como bases para o desenvolvimento sustentável: aqui se discute o papel da reforma agrária o desenvolvimento sustentável, meio ambiente, organização da produção e a política de crédito (Pronaf). No segmento relativo ao fortalecimento da agricultura familiar, discute-se ainda a questão da pesquisa e da extensão rural voltadas para esse público. Nota-se ainda uma preocupação com as especificidades do desenvolvimento de determinadas regiões como o Semi-Árido e a Amazônia, que são alvo de formulações específicas dentro do PADRS;

Relações de trabalho: discutem-se aqui as relações de trabalhos, níveis salariais e qualidade de vida dos assalariados e das assalariadas do campo e a erradicação do trabalho escravo, erradicação do trabalho infantil e proteção ao trabalhador adolescente;

Política permanente de valorização do salário mínimo;

Políticas sociais: discute-se nesse eixo a política de educação do campo, a política de saúde, Previdência Social;

Relações da Contag com o Congresso Nacional: prioriza-se a atividade de lobby junto aos parlamentares no sentido de convencimento das propostas do movimento sindical, principalmente as relacionadas ao PADRS;

Relações internacionais: procura-se fazer uma reflexão sobre a relação do MSTTR e os organismos internacionais como FAO, PNUD, IICA e OIT. Em parceria com a CUT, discute-se a participação no Fórum Consultivo Econômico e Social do Mercosul (FCES). Debate-se ainda a participação do MSTTR na OMC, ALCA, e União Européia;

Papel da formação no PADRS: considerado como um instrumento político-pedagógico, a formação se propõe a utilizar abordagens sedimentadas na construção coletiva e no respeito aos saberes, desejos e necessidades dos envolvidos (CONTAG, 2005c)."

Cada eixo acima relacionado é discutido em comissões temáticas compostas por delegados presentes ao Congresso. Cada comissão define um leque de prioridades a serem trabalhadas nos níveis nacional, estadual, regional e municipal. A análise dos documentos das comissões temáticas mostra um número muito grande de propostas, cada uma delas referidas a um

certo espaço de discussão e de tomada de decisão. Diante do amplo leque de propostas surgidas nos diferentes espaços mencionados, alguns problemas são apontados pelo próprio MSTTR, dentre elas: a) dificuldade de encaminhar as deliberações políticas aprovadas e deliberadas nos coletivos nacional, estadual e municipal, numa estrutura composta atualmente de 27 Federações e 4.103 Sindicatos; b) a grande diversidade produtiva, política, cultural e organizativa desse conjunto; c) resistência de algumas lideranças em fazer parte da organicidade da Contag; d) poucos dirigentes liberados fazendo que muitas vezes que o mesmo dirigente participe no nível municipal, estadual e nacional; e) ampliação das demandas locais em função da descentralização de algumas políticas; f) pouca participação de jovens e idosos em espaços de deliberação; g) deficiência na capacitação dos dirigentes para atuar nesse leque amplo de temáticas (CONTAG, 2005c).

Na tentativa de garantir a articulação da implementação das propostas e a organicidade em torno da Contag, o MSTTR começa a esboçar mudanças significativas em sua estrutura. O primeiro passo é a criação de coordenações regionais. Foram criadas cinco coordenações regionais no IX Congresso (2005), quais sejam: Coordenação das regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul do Brasil. A função dessas coordenações é de articular as ações e lutas estaduais, regionais e nacionais; facilitar a implementação das resoluções aprovadas; incorporar demandas e práticas regionais, visando a descentralização e a democratização das tomadas de decisão; qualificar a ação do MSTTR no nível regional; articular a sociedade civil em torno das propostas do MSTTR através de Fóruns, formulação de políticas e mobilizações (CONTAG, 2005c). Em nível local essas modificações já estão em andamento independente da ação da Contag, como é o caso do estado do Pará, que criou desde 1996, 10 coordenações regionais no âmbito da Federação Estadual de Trabalhadores Rurais (FETAGRI-PA). No Nordeste existem estruturas como Polos Sindicais, que se articulam independentemente da estrutura oficial do sindicalismo.

Diante de tamanha complexidade e baseado no discurso de que a agricultura familiar deve ser o motor do desenvolvimento, o MSTTR propõe através de seu nono congresso a criação de uma Lei que regule todas as questões relativas a este segmento. A Lei deveria definir um conceito para agricultor(a) familiar, definindo o público e características da atividade

econômica para efeito de legislação tributária, trabalhista, previdenciária e sindical; estrutura de fomento e gestão, programas e políticas de apoio; fontes e volumes de recursos e demais questões pertinentes (CONTAG, 2005c).

7. CONSIDERAÇÕES PARA UMA REFLEXÃO

A modernização da agricultura brasileira tomou grande impulso no período mais fechado à participação da sociedade nos rumos das políticas. Isto lhe conferiu um perfil excludente acarretando impactos ambientais e sociais que refletiam diretamente na qualidade de vida da população, principalmente, a rural. Nos primeiros anos da organização formal dos agricultores familiares brasileiros, a reforma agrária e a luta por direitos foram suas principais bandeiras de luta. O sindicalismo de trabalhadores rurais, articulados em torno da Contag, desempenhou um papel importante nesse processo. Antes de discutir um projeto de desenvolvimento amplo, o MSTTR¹⁴ tinha que articular os trabalhadores rurais em função de direitos básicos que até então eram privilégios dos trabalhadores urbanos. Durante todo o período do regime militar, o MSTTR se envolveu em lutas amplas da sociedade como a abertura política, as mudanças constitucionais e redemocratização do país.

Com a abertura política e a aprovação da nova Constituição, novos horizontes se abriram para a ação sindical. Apesar da reforma agrária ser mantida como principal bandeira de luta, os esforços do MSTTR se voltaram também para outras questões pertinentes ao desenvolvimento dos agricultores familiares como as políticas sociais, a discussão da preservação ambiental, a política de financiamento da produção, dentre outros.

Na década de noventa, o MSTTR internaliza em suas discussões a noção de desenvolvimento sustentável. Apesar de presente em seu discurso, a operacionalização dessa noção tem constituído um desafio constante nos últimos dez anos. As grandes transformações políticas e econômicas da década têm exigido das lideranças sindicais e de seus assessores um esforço redobrado para formular as bases e princípios para a implementação de um novo projeto de desenvolvimento. O ambiente de maior abertura para a participação da sociedade tem estimulado a discussão interna nas próprias organizações dos agricultores familiares. O sistema Contag, pela sua dimensão e importância, se constitui em um dos atores fundamentais na luta pela implementação de

¹⁴ Para usar a denominação atual.

um projeto de desenvolvimento mais equânime, com base na sustentabilidade. No entanto, não se pode negar papel, à importância e à influência das novas identidades que surgiram nas últimas décadas, na definição dos rumos e na implementação de tal projeto.

Percebe-se que a complexidade pertinente à discussão e implementação de um projeto em bases sustentáveis, implica profundas transformações que vão desde os aspectos técnico, institucionais, ético e cultural. Esta complexidade aponta para a necessidade do desenvolvimento de novas habilidades dos dirigentes sindicais e dos outros atores sociais envolvidos nos processos. O MSTTR, em nível nacional, tem envidado esforços no sentido de encontrar mecanismos de formulação e implementação de um projeto alternativo de desenvolvimento. No entanto, algumas questões precisam ser refletidas numa perspectiva de longo prazo, dentre elas: Como o discurso do desenvolvimento sustentável é entendido e resignificado pelas organizações da agricultura familiar nas esferas locais? Como as experiências locais interagem com as orientações do discurso macro? Será que a experiência acumulada pelos agricultores familiares e suas organizações nas diferentes regiões estão sendo incorporadas nas formulações do discurso macro? Qual a capacidade das organizações dos agricultores familiares atuarem nas diferentes esferas mantendo a coesão de suas propostas? Qual tipo de formação e capacitação pode surtir efeitos mais eficazes na preparação dos dirigentes para atuação nesse novo contexto? Como articular as diferentes identidades surgidas no campo em torno de um projeto de desenvolvimento sustentável unificado? Que tipo de organizações e instituições pode se adequar a esse contexto?

A reflexão sobre estas questões e tantas outras pode nos ajudar a entender as reais implicações das transformações ocorridas nas últimas décadas nas organizações dos agricultores familiares e o impacto da internalização de noções como desenvolvimento sustentável, gênero, etnia e solidariedade em seus discursos. Quais as implicações concretas da adoção desse novo aparato conceitual para a sua viabilização e reprodução da agricultura familiar?

Como a agricultura familiar está sendo vinculada estreitamente à noção de sustentabilidade, seja pelos setores governamentais, pelos grupos de assessores e pelas próprias organizações de representação, torna-se de fundamental importância, a análise das suas capacidades de reprodução. Neste sentido, reforçamos as preocupações de Sabourin (2002), de que a análise tem que ser feita para além dos aspectos agroecológicos e técnicos. Os aspectos

ligados às transformações organizacionais e institucionais, políticos bem como os econômicos se apresentam como de fundamental importância.

8. REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*, v. 4, n 2, abr./jun. 2000.
- BOUAINAIN, A. M. **Trajetória recente da política pública brasileira.** Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, Núcleo de Economia Agrícola (NEA), 1997. (Documento preparado em fevereiro de 1997 para discussão interna do grupo de técnicos do projeto UTF /F AO / 036 /BRA).
- CHAVES, C. A . **A marcha nacional dos sem-terra: um estudo sobre a fabricação do social.** Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia Política, 2000.
- COMERFORD, J. C. **Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas.** Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia Política, 1999.
- CONTAG. **Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável.** 2005a .
- CONTAG. **Documento de Base.** CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS, 8, 2005,. Brasília, março de 2005b.
- CONTAG. **Documento de Base.** CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS, 9., 2005, Brasília, março de 2005c.
- CONTAG. [http/ /www.contag.org.br/](http://www.contag.org.br/). 2005d.
- CORDEIRO, A; SCHMITL, C. J; ARMANI, D. **Organizações sociais rurais diante do ajuste: o caso do Brasil.** Porto Alegre, 2003. (Relatório de pesquisa)
- DELGADO, N. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, S. **Políticas públicas e agricultura no Brasil.** Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2001.

SILVA, Lyndolpho. **O camponês e a história: a construção da Ulatub e fundação da Contag nas memórias de Lyndolpho Silva.** Paulo Ribeiro Cunha - Organizador. São Paulo: IPSO - Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicas, 2004. (Série Memória & História; 4).

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. **Estudos Sociedade e Agricultura** n 21, Rio de Janeiro, 2003.

LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura Familiar 1: uma realidade multiforme.** Campinas, Unicamp, 1993.

LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura Familiar 2: do mito à realidade.** Campinas, Unicamp, 1998

SABOURIN, E. <http://www.geocities.com/ptreview/index16.html>. 2000

SHANIN, T. A definição de camponês: desconceituações. **Estudos CEBRAP**, 26, 1980.

MENDRAS, H. **La fin des paysans**, 2 ed. Paris, Actes Sud, 1984.

TURA, L. R. **Gritos do campo: reconhecimento político e exercícios de cidadania no Pará.** 1996, 146 f. Dissertação (Mestrado) - UFRJ/IFCS/PPGS, 1996.

ORIENTAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS

1. A Revista do NEAF, publicação anual do programa de Pós Graduação em Agriculturas Amazônicas, do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Pará (PPGAA/NCADR/UFGPA), divulga trabalhos de caráter científico das diversas áreas do conhecimento, voltados para o debate sobre Agricultura Familiar.
2. A revista aceita trabalhos redigidos em português, espanhol ou francês, nos seguintes formatos:
 - 2.1. *Artigos inéditos*: com páginas numeradas na margem superior e não excedendo a vinte laudas (para papel tamanho A4, com espaço um e meio e margens laterais de três centímetros, fonte Times New Roman, tamanho 12), incluindo referências bibliográficas, notas, tabelas e figuras, sempre em **preto e branco**, assim como resumo na língua do artigo (português, espanhol ou francês) e o abstract.
 - 2.2. *Resenhas bibliográficas*: Pequenas resenhas de livros recentes, jamais excedendo a 7 laudas.
3. O artigo e/ou resenha deve vir acompanhado do nome completo do autor, de sua titulação acadêmica e do nome da instituição a que está vinculado, além do endereço para contato e email.
4. A pertinência para publicação será avaliada pelo Conselho Editorial, no que diz respeito à adequação ao perfil e linha editorial da Revista, e por parecerista *ad hoc*, no que diz respeito ao conteúdo e qualidade das contribuições.
5. Enviar artigo e/ou resenha para correio eletrônico, no endereço: revistaagriculturafamiliar@gmail.com, com confirmação de leitura, nas formatações específicas da revista, conforme itens 2 e 3 desta norma, e o processador de texto deve ser compatível com a plataforma Windows.

6. Os artigos, em língua portuguesa, espanhola ou francesa, devem ser apresentados em sua versão definitiva e acompanhados de título, de **abstract**, e de um resumo em português (sendo opcional resumo no idioma do artigo) contendo entre 100 e 150 palavras, e mais as palavras chaves.
7. As notas de rodapé devem conter apenas informações explicativas ou complementares, e devem ser numeradas em ordem sequencial.
8. As resenhas devem apresentar referência completa das obras analisadas, indicando o número de páginas de cada uma. As resenhas não precisam receber título, nem conter notas ou referências bibliográficas fora do texto.
9. As referências bibliográficas devem conter o nome completo do autor, o título da obra, o local e a data de publicação, o nome do editor e o número de páginas, enquadrando-se em uma das situações a seguir:

a) **Livro**

PRESSMAN, Roberto Silva. **Engenharia de software**. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1995. 132 p.

b) **Capítulo de Livro**

b1) **Sem autoria especial**

CHUMBLEY, Jeff. Impressão: passado e presente. In: _____
Impressão: seu guia para impressão em rede. Rio de Janeiro: Campus, 1993.
cap.1.

b2) **Com autoria própria**

TAROUCO, Liane Margarida Rockenbach. Evolução do gerenciamento de redes. In: CARVALHO, Tereza Cristina Melo de Brito (Org.). In: **Gerenciamento de redes: uma abordagem de sistemas abertos**. São Paulo: Makron, 1993. Cap. 1, p. 1-12.

c) **Artigo de periódico**

GURGEL, Carlos. Reforma do Estado e segurança pública. **Política e Administração**. Rio de Janeiro, v.3, n.2, p. 15-21, set. 1997.

d) Artigo de jornal

MARACY, Heimar. Programa dá ao Macintosh aparência de 'Windows 95'. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 set. 1997. Informática, Caderno 5, p. 9.

e) Trabalhos publicados em eventos

SAGGION, Horácio, CARVALHO, Ariadne. Análise textual visando a tradução automática. In: SEMINÁRIO INTEGRADO DE SOFTWARE E HARDWARE, 22., 1995, Canela. **Anais...** Porto Alegre: Instituto de Informática da UFRGS, 1995. V. 1, p. 201-212.

f) Documentos eletrônicos

Consultado no WWW

ALVES, Castro. **Navio negreiro**. [S.L.]: Virtual Books, 2000. Disponível em. <http://www.terra.com.br/virtual_books/freebook/port2/navionegreiro.htm>. Acesso em: 8 mar. 1999.

g) Dissertação e Tese

CARVALHO NETO, Marcus Bentes de. **Skinner e o papel das variáveis biológicas em uma explicação experimental**. 1996. 104 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 1996.

10. Para citações no texto, seguir as regras baseadas na NBR 10520 de agosto 2002, conforme exemplos descritos a seguir:

a) Entradas pelo sobrenome do autor, pela instituição responsável ou pelo título incluído na sentença

Nas citações, as entradas pelo sobrenome do autor, pela instituição responsável ou pelo título incluído na sentença devem ser em letra maiúscula e minúscula e quando estiverem entre parêntese devem ser em letras maiúsculas.

Exemplos:

A ironia seria assim uma forma implícita de heterogeneidade mostrada, conforme a classificação proposta por Authier-Reiriz (1982, p. 25).

“Apesar das aparências, a desconstrução do logocentrismo não é uma psicanálise da filosofia” (DERRIDA, 1967, p.293).

b) citações diretas, no texto, de até três linhas

As transcrições diretas, no texto, de até três linhas devem estar encerradas entre aspas duplas.

Ex:

Barbour (1971, p.34) descreve, “o estudo da morfologia dos terrenos [...] ativos.”

ou

“Escrever é parte da ciência. Não obstante, muitos cientistas deixam de receber treinamento na arte de escrever” (BARRAS, 1979, p.1).

c) Citações diretas, no texto, com mais de três linhas

As transcrições diretas, no texto, com mais de três linhas, devem ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, com letra menor que a do texto utilizado e sem aspas.

Exemplo:

A teleconferência permite ao indivíduo participar de um encontro nacional ou regional sem a necessidade de deixar seu local de origem. Tipos comuns de teleconferência incluem o uso da televisão, telefone, e computador. Através de áudio conferência, utilizando a companhia local de telefone, um sinal de áudio pode ser emitido em um salão de qualquer dimensão (NICHOLS, 1993, p.181).

d) As citações de citações

Quando as idéias transcritas foram citadas pelo autor do documento que foi lido, devem ser indicadas no texto, registrando-se o sobrenome do autor do documento original, seguido da expressão apud e a seguir o sobrenome do autor do documento consultado. Na lista de referências bibliográficas indica-se apenas a fonte da obra consultada.

Exemplo:

“Em termos históricos, Bonet (apud Mullett, 1971, p.56) foi o primeiro [...]”

10.1 Quanto ao sistema

a) Citação por autor-data

a.1) Um autor

Exemplo:

Para Ruiz (1982, p. 5) “o pensamento é dedutivo quando, a partir de enunciados mais gerais dispostos ordenadamente como premissas de um raciocínio, chega a uma conclusão particular ou menos geral”

“O pensamento é dedutivo quando, a partir de enunciados mais gerais dispostos ordenadamente como premissas de um raciocínio, chega a uma conclusão particular ou menos geral”.(RUIZ, 1982, p. 5)

a.2) Dois autores

Exemplo:

“A editoração no Brasil passou a ter enfoque a partir de 1970” (CABRAL; SOUZA, 1983, p.21)

Segundo Cabral e Souza (1983, p. 21) “a editoração no Brasil [...]”

a.3) Três autores

Exemplo:

Um aspecto importante da produção do guaraná é que “os plantios tradicionais começam a produzir a partir do terceiro ou quarto ano de implantação e, por volta do quinto, alcançam nível de produção econômica” (ENRÍQUEZ; SILVA; CABRAL, 2003, p.77).

Conforme Enríquez, Silva e Cabral (2003, p.77), um aspecto importante da produção do guaraná é que “os plantios tradicionais começam a produzir a partir do terceiro+ ou quarto ano de implantação e, por volta do quinto, alcançam nível de produção econômica”.

a.4) Mais de três autores

Devem ser citados pelo sobrenome do primeiro seguido da expressão “et al.” o ano de publicação e o número da página citada.

Ex:

Segundo Maia et al. (1981, p.13).

a) Mais de um trabalho publicado pelo mesmo autor no mesmo ano.

No texto, cita-se o autor e o ano seguido por letras minúsculas de acordo com a ordem do alfabeto.

Exemplo:

“O tema tem sido abordado em outros trabalhos (Gomes, 1994a, p.12, 1994b, p.5, 1995a, p.3, 1995b, p.8, 1995c, p.15)”

Na lista de referências bibliográficas as mesmas citações (nome, ano e letra) devem ser relacionadas na mesma ordem.

b) Trabalhos publicados pelo(s) mesmo(s) autor (es) em anos diferentes.

Citam-se cada trabalho em ordem cronológica (do mais antigo para o mais recente):

Exemplo:

Tal fenômeno foi pesquisa por Plomin & DeFries (1979, p.9, 1980, p.43, 1983, p.18, 1984, p.7, 1986, p.5, 1988, p.21).

c) Autores com o mesmo sobrenome e data

Acrescenta-se ao sobrenome, separadas por vírgula, as iniciais de seus prenomes.

Exemplo:

(Alves, F, 1990)

(Alves, O, 1990)

11. A aceitação do trabalho implica a cessão de direitos autorais para publicação. A Revista não se compromete a devolver as colaborações recebidas.

Contato :

Emails : revistaagriculturafamiliar@gmail.com ; neaf@ufpa.br

Fones : 91- 32017913 Laura Ferreira ; Paulo Martins

